



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XIII Legislatura

Número: 25

II Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 15 de outubro de 2024

Presidente: *Deputado Joaquim Machado (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Luís Garcia)*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 02 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com o **Debate de urgência sobre “Reestruturação e Modernização do Setor das Pescas”**, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PS.

A intervenção inicial coube ao Sr. Deputado Gualberto Rita (*PS*), tendo o debate prosseguido com as intervenções dos/as Srs./as Deputados/as Jaime Vieira (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), Francisco Lima (*CH*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), João Mendonça (*PPM*), Paulo Gomes (*PSD*), Carlos Freitas (*PSD*), Hélia Cardoso (*CH*), Mário Tomé (*PS*), Olivéria Santos (*CH*) e José Ávila (*PS*), bem como do Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas

(*Mário Pinho*).

Seguiu-se a apreciação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XIII – “Aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período compreendido entre 2025 e 2028”**, apresentada pelo Governo Regional.

Feita a apresentação da iniciativa por parte do Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*), participaram no debate os Srs. Deputados Carlos Silva (*PS*), Francisco Lima (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Joaquim Machado (*PSD*), António Lima (*BE*), João Mendonça (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*) e Vasco Cordeiro (*PS*).

Em votação final global, a iniciativa foi aprovada por maioria.

Dando seguimento à agenda, avançou-se para o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XIII – “Estatuto dos Bombeiros Profissionais da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

O Sr. Deputado Pedro Neves procedeu à apresentação do diploma, tendo usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as Olivéria Santos (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Flávio Soares (*PSD*), António Lima (*BE*), José Eduardo (*PS*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e Andreia Cardoso (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado.

Por fim, passou-se à análise da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XIII – “Adapta o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental à Região Autónoma dos Açores”**, apresentada pelo Governo Regional.

Feita a apresentação da iniciativa por parte do Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*), intervieram no debate os Srs. Deputados António Lima (*BE*), José Ávila (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Flávio Soares (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), João Mendonça (*PPM*), José Eduardo (*PS*) e a Sra. Deputada Olivéria Santos (*CH*).

Em votação final global, a iniciativa foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 02 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Eram 10 horas e 02 minutos.

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

Peço o favor ao Sr. Secretário para proceder à chamada.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** Costa Machado **da Costa**

José Joaquim Ferreira **Machado**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Miguel Teixeira Raposo

Luís Carlos Quota Soares

Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio

Paulo Rui Paiva Ferreira Chaves

Paulo Duarte Gomes

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo José da Cunha Simões

Rúben Filipe Rebelo Cabral

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Maria Salomé Dias de Matos

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

Gualberto Costa Rita

Inês Soares de Oliveira e Sá

Maria Isabel Góis Teixeira

Joana Sousa Pombo Tavares

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José Gabriel Freitas Eduardo

José Miguel de Freitas Toste

Lubélio de Fraga Mendonça

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Luís Miguel Vieira Leal

Mário José Dinis Tomé

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila de **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela **Costa Dias**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Chega (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo da Cunha **Pacheco**

José Paulo Machado de **Sousa**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular (CDS-PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)**Pedro Miguel Vicente Neves****Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, temos quórum.

Está aberta a sessão.

Pode entrar o público.

O primeiro ponto da nossa agenda é um **debate de urgência sobre “Reestruturação e Modernização do Setor das Pescas”**, requerido pelo Partido Socialista.

Esta matéria é regida pelos artigos 185.º e 186.º do nosso Regimento. Também conforme determina o Regimento, os tempos destinados a intervenções foram definidos pela Conferência de Líderes, ao abrigo do artigo 132.º. Os tempos já estão disponíveis nos nossos ecrãs: o Governo Regional, o Partido Socialista e o PSD têm 25 minutos; o Chega, 15 minutos; o CDS, 12 minutos; o PPM, o Bloco de Esquerda, a Iniciativa Liberal e o PAN dispõem de 10 minutos cada.

Para iniciar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Gualberto Rita, do Partido Socialista.

Deputado Gualberto Rita (PS): Bom dia.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pesca no arquipélago dos Açores é, de facto, uma atividade enraizada na cultura local, transmitida ao longo de gerações. Ela tem uma tradição artesanal e sustentável, que valoriza não só os recursos marinhos, mas também a preservação ambiental e cultural. Este setor de produção primária desempenha um papel crucial na economia da Região, sendo um dos pilares do abastecimento alimentar da população açoriana. A sua importância estende-se ainda à preservação dos valores culturais, reforçando a identidade açoriana e o modo de vida das

comunidades costeiras.

Em março de 2022, o Presidente do Governo dos Açores comprometeu-se com a fileira da pesca, assegurando que não haveria a implementação de Áreas Marinhas Protegidas sem a existência de um plano de reestruturação robusto, capaz de garantir a sustentabilidade social e económica daqueles que desejassem cessar ou manter a atividade, devido ao impacto que essas medidas poderiam ter em todo o setor.

A 4 de abril 2023, o Presidente do Governo Regional voltou a dizer que este Executivo estava “focado em aumentar a produtividade, segurança e rendimentos no setor das pescas”.

Já a 3 de maio deste ano, o Secretário Regional do Mar e das Pescas disse que o Governo Regional pretendia “realizar um estudo que «desse uma visão clara» de como é que o setor das pescas deve ser reestruturado”.

Dois anos e meio depois, o que constatamos é uma sucessão de reuniões sem resultados concretos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador ... e que o Governo ainda não dispõe de um plano estratégico regional para o setor da pesca, nem de uma visão clara sobre como implementá-lo e financiá-lo de forma eficaz.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Na semana em que os Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores se preparam para votar alterações legislativas substanciais, que visam implementar 30 % de Áreas Marinhas Protegidas, o setor mais afetado por essas mudanças — o da pesca — continua sem qualquer resposta às suas preocupações e necessidades. Isso é profundamente grave e revela uma

falta de consideração pelas implicações que estas medidas terão sobre o setor.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Com um reduzido número de bancos de pesca, apenas cerca de 1 % da área total da ZEE corresponde às zonas onde as embarcações açorianas habitualmente exercem atividade pesqueira. Este cenário é agravado pela imposição de quotas sobre espécies de elevado valor comercial, como o goraz, os beryx e o atum, que são fundamentais para a economia da pesca local. A aplicação destas quotas tem resultado numa quebra significativa dos rendimentos dos pescadores, afetando diretamente a sustentabilidade económica das comunidades que dependem deste setor.

Os XIII e XIV Governos dos Açores, formados pela coligação PSD, CDS-PP e PPM, no âmbito do programa Blue Azores, estabeleceram como meta a criação de Áreas Marinhas Protegidas (AMP) que abrangem 30 % do mar dos Açores, com 15 % dessa área sob proteção total até ao final do ano. Sim, foi o Governo de coligação PSD, CDS-PP e PPM...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Uma boa coligação!

O Orador: ... que decidiu antecipar em sete anos o prazo para a implementação das Áreas Marinhas Protegidas e ampliar a área de proteção de 15 para 30 %. No entanto, a construção de uma AMP é um processo complexo e demorado, que requer a participação ativa de várias partes interessadas, incluindo a comunidade científica, pescadores e a sociedade civil.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Este processo deve ser sustentado por investigação e ciência de qualidade, destacando-se o papel do Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP) na análise dos diferentes cenários possíveis, considerando os objetivos de conservação e de desenvolvimento sustentável da pesca. A implementação das

AMP deve ser encarada não apenas como uma medida de proteção ambiental, mas também como uma ferramenta de gestão da pesca, garantindo a preservação dos recursos marinhos e, ao mesmo tempo, assegurando a viabilidade económica das comunidades pesqueiras.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A imposição de uma percentagem de área protegida, a falta de consenso sobre o impacto dessa medida na frota açoriana e a pressa na implementação das Áreas Marinhas Protegidas estão a gerar uma enorme pressão e desconforto em toda a fileira da pesca.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não apoiado!

O Orador: Isso está a desencorajar o investimento no setor e a afetar os comerciantes, que enfrentarão uma redução nas exportações devido à diminuição das capturas, o que poderá comprometer a sustentabilidade económica das suas empresas. A indústria conserveira também será prejudicada, já que terá de aumentar as importações por falta de matéria-prima.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria...

O Orador: Além disso, como podemos promover os Açores como um destino turístico de qualidade se não tivermos o melhor peixe do mundo nos restaurantes e hotéis? Seremos forçados a importar peixe congelado, muitas vezes proveniente de pesca de arrasto.

A instabilidade atinge também os pescadores açorianos, que temem pela continuidade da sua principal fonte de rendimento. Vale lembrar que na nossa Região existem centenas de famílias que dependem exclusivamente de um único membro — o pescador — para o seu sustento.

Neste contexto, perante a redução das possibilidades de pesca causada pela implementação das Áreas Marinhas Protegidas e, conseqüentemente, a diminuição dos rendimentos dos pescadores, é essencial realizar uma avaliação e caracterização mais detalhada sobre o rendimento da frota antes da adoção dessas

restrições.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mais uma?!

O Orador: Com base nesse diagnóstico, torna-se fundamental a realização de um estudo rigoroso sobre o impacto social e económico desta medida na comunidade piscatória e em toda a cadeia do setor da pesca.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mais um?!

O Orador: Passar de uma cobertura de menos de 10 % de Áreas Marinhas Protegidas para 30 % em poucos meses exigia uma preparação que não foi realizada. Agora, é urgentemente necessário um Plano Estratégico de Reestruturação do Setor da Pesca, com um orçamento superior a 10 milhões de euros, para o período de 2025 a 2030.

Deputado José Eduardo (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Esse plano deve contemplar:

— A cessação definitiva da atividade da pesca, com um plano de abate de embarcações e artes de pesca, que tenha em consideração as diferentes realidades de cada ilha, o tipo de arte de pesca e o segmento de frota. Este plano deve garantir dignidade tanto para os que desejam continuar no setor, como para aqueles que pretendam sair, oferecendo opções de reorientação profissional ou a criação de rendimentos complementares ou alternativos à pesca;

— A modernização da frota no que diz respeito à eficiência energética, à segurança e às condições de conservação do pescado a bordo, bem como promover a digitalização do setor pesqueiro, com a implementação de um sistema de gestão de base de dados e o desenvolvimento de ferramentas digitais que apoiem a gestão das operações diárias no setor das pescas;

— É fundamental também garantir a implementação de um plano que ajuste o

número de pescadores, embarcações e o esforço de pesca às novas áreas limitadas, evitando o risco de sobre-exploração. Para isso, devem ser estabelecidos planos de gestão específicos para espécies como o atum e o espadarte, prevendo, quando necessário, a cessação temporária da atividade, com a devida compensação salarial para armadores e pescadores, à semelhança do que já é praticado a nível nacional;

— O plano deve contemplar ainda o reforço da fiscalização e monitorização das atividades marítimas, assegurando a disponibilização de novos meios de vigilância, controlo e fiscalização. Atualmente, não estamos a cumprir de forma eficaz com a fiscalização do que já está em vigor, sendo, por isso, essencial garantir uma estrutura mais robusta e eficiente para proteger as áreas marinhas e a atividade pesqueira;

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: — Deve promover também parcerias entre investigadores, pescadores e organizações representativas do setor, incentivando iniciativas de cogestão e acompanhamento das pescarias de espécies como o goraz, os beryx e o chicharro. Esta colaboração permitirá uma gestão mais eficaz e sustentável das pescarias, garantindo a preservação dos recursos e o equilíbrio entre a conservação e o rendimento para os profissionais do setor;

— Um plano de reestruturação que seja acompanhado por um programa robusto de capacitação e formação profissional, incluindo a promoção da escolarização, ajustando a oferta formativa às necessidades específicas da pesca e à realidade das nossas comunidades piscatórias. Este programa deve garantir que os pescadores tenham acesso a novas competências, essenciais para enfrentar os desafios do setor e para a sua diversificação profissional, quando necessário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Basta de tratar os pescadores da Região...

Deputado Francisco Lima (CH): Não é basta, é chega!

O Orador: ... como os parentes pobres do orçamento e da governação regional!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não abdica que sejam já definidas verbas para apoiar os pescadores e exige, em nome do setor da pesca dos Açores, o respeito e a valorização que lhe são devidos.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas.

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): Muito bom dia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

A pesca faz-se de recursos, de todos os recursos, particularmente os biológicos, no mar dos Açores, da gestão cuidada e ponderada de recursos disponíveis, garantindo a experiência da pesca às gerações vindouras, primando-se assim pela sustentabilidade. Isto não foi feito até agora. E é por isso que nós dizemos: se queremos transmitir às gerações futuras, o futuro começa agora.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Devemos, contudo, com humildade, reconhecer que o setor da pesca da Região Autónoma dos Açores enfrenta hoje desafios muito importantes, limitações de abundância de recursos biológicos, por vezes sazonal, com a consequente limitação de quotas disponíveis para o setor, o problema da fiscalização de um milhão de quilómetros quadrados, bem como o conhecimento do próprio ecossistema a nível natural, a nível social, a nível económico e, não esqueçamos, quiçá importante, a nível da própria governança.

Mas devemos reconhecer também que existe um conjunto de potencialidades e de oportunidades que devem ser avaliadas, para uma gestão sustentável da atividade: mais segurança, digitalização e monitorização, descarbonização de embarcações e de infraestruturas, mais seletividade, mais valor acrescentado do pescado, mais literacia, mais inovação. Estamos a falar de infraestruturas portuárias da geração 4.0, de embarcações com segurança da geração 4.0. É um objetivo difícil, mas é esta a ambição do Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O XIII Governo Regional dos Açores já tinha identificado a necessidade de iniciar um processo participativo para a reestruturação do setor. O XIV Governo Regional dos Açores tomou a decisão de intensificar e alargar o processo de consulta do setor, para uma reestruturação sustentada e, tanto quanto possível, a longo prazo. Quero sublinhar as palavras “longo prazo”.

Consultar o setor no sentido de desenvolver um processo participativo onde o Governo Regional não propõe, Sr. Deputado Gualberto, qualquer solução para o problema, mas procura consensos entre os diferentes parceiros para soluções.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Que fique claro: na nova abordagem, não é o Governo a propor, é o setor! A estratégia para a reestruturação do setor das pescas está a ser definida numa perspetiva e numa base horizontal.

Assim, esta intervenção tem como propósito demonstrar que falar em reestruturação e modernização do setor das pescas não pode nem deve ser um processo de trabalho entre quatro paredes, rodeado de números e de soluções, de dinâmicas futuras baseadas e escritas em documentos que poucos conhecem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A reestruturação e modernização do setor das pescas deve ser um processo participativo, se possível de cocriação, onde devem estar presentes aqueles que, diária e continuamente, trabalham neste setor, quer seja no papel de produtor, comerciante, industrial ou comunidade científica, envolvendo os *stakeholders*, motivando a sua participação e colaboração.

Deputado José Ávila (PS): Aí é que está o problema!

Deputado Carlos Silva (PS): E vai começar a definir as áreas?

O Orador: A reestruturação e modernização do setor das pescas corresponde à procura do ponto de equilíbrio que garanta ao setor a sustentabilidade. É um objetivo difícil, Srs. Deputados, mas vamos, em conjunto, desenhá-lo.

Os desafios que se colocam para este objetivo são enormes. Não devemos ser românticos nem líricos. O Governo Regional está consciente destes desafios, Srs. Deputados, que em muitos casos ultrapassa a competência da decisão de gestão própria, como são os casos da gestão complexa de recursos partilhados, já aqui referidos pelo Sr. Deputado Gualberto, ou das lacunas do conhecimento do ecossistema nas suas quatro dimensões da sustentabilidade.

O trabalho dos governos regionais anteriores, incluindo propostas de planos de ação e planos estratégicos, ainda que identificando alguns dos problemas, demonstrou de forma muito clara que soluções de curto prazo não resolvem o

problema de fundo. Por isso, estamos uma vez mais aqui, Srs. Deputados, no Parlamento, a falar de um problema que era suposto ter soluções estratégicas, desenhadas e definidas, ainda que num quadro adaptativo.

Deputado José Miguel Toste (PS): Era suposto!

O Orador: E estamos a discuti-las, porque aquilo que foi proposto não funcionou.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem! Desde 2014!

O Orador: O Governo Regional dos Açores, liderado por esta coligação, já promoveu sete reuniões participativas, sustentadas numa visão bem definida, ouça, Sr. Deputado: desenvolver um setor da pesca nos Açores que seja sustentável, eficiente e competitivo, garantindo a exploração sustentável dos recursos marinhos e o equilíbrio socioeconómico e ambiental.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Tendo, por isso, definido como missão, ouça mais uma vez, Sr. Deputado: promover a qualidade dos produtos da pesca, capacitar e valorizar os profissionais do setor, otimizar os rendimentos ao longo da cadeia de valor, modernizar a frota e as infraestruturas portuárias e equipamentos, reforçar o conhecimento, a gestão e o controlo através da cooperação, apelando à corresponsabilidade de todos os envolvidos.

Não é o Governo Regional que está a dizer isto, Srs. Deputados, é o setor que está a dizer isto!

Deputado José Ávila (PS): Não é verdade!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O que vos li corresponde à visão e à missão definida pelos próprios

interessados no processo participativo que estamos a desenvolver. Claro, este processo participativo determinou um conjunto de medidas para reestruturar e modernizar o setor das pescas: a renovação da frota e o seu ajuste ao uso sustentável de recursos disponíveis, a adoção de um controlo, monitorização e fiscalização mais eficazes, baseado nos meios de deteção remota e protocolos de cooperação, a promoção de medidas de cogestão, a diversificação da atividade da pesca, a capacitação profissional e a literacia, a valorização do produto e uma distribuição equitativa desse valor ao longo da cadeia de comercialização. Uma vez mais, não é o Secretário a falar, é o setor a definir o que é que pretende.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Não é verdade!

O Orador: Mas sejamos claros e honestos, considerando a natureza do ecossistema do mar dos Açores — fragmentado e profundo — e considerando o conhecimento científico disponível deste ecossistema, qualquer plano estratégico para a reestruturação do setor deve prever políticas precaucionárias e adaptativas. É por isso, Srs. Deputados, que este processo é difícil, longo, mas é um processo que apenas será possível trilhar e desenvolver em conjunto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Chamo ainda a atenção que, num setor tão dinâmico e imprevisível, onde as abundâncias dos recursos dependem de diversas variáveis, importa clarificar que um plano de reestruturação e modernização do setor das pescas não é estanque e não é absoluto, ou seja, requer avaliações e revisões adaptadas à realidade.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É preciso que exista!

O Orador: Se olharmos para o passado, nos últimos dez anos, Sra. Deputada, tivemos dois planos de reestruturação do setor, um em 2015 e outro em 2018, que abordavam temáticas que, incrivelmente, correspondem às fragilidades que hoje

a oposição aponta como responsabilidade deste Governo Regional.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E o atual?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ora aí está!

O Orador: Apresentaram medidas, algumas ainda por implementar, para renovar a frota, para aumentar o controlo e a fiscalização da pesca, para dinamizar a mobilidade dos pescadores e para aumentar o rendimento dos pescadores. Abateram-se embarcações sem que tivesse sido desenvolvido um plano de abates...

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): O Sr. Secretário já tem um plano de abates?

O Orador: ... tendo em conta os segmentos da frota e os reais impactos dessa política, quer em termos económicos, quer em termos sociais.

Deixaram-se infraestruturas ao abandono, Sr. Deputado. Após a inspeção e levantamento do estado atual dos equipamentos de elevação de cargas e guinchos náuticos, pertencentes à Lotaçor, realizados em 2023, e que os senhores têm conhecimento, determinou-se o encerramento imediato de duas gruas de coluna e de três pórticos, tal era a dimensão de perigo que os mesmos representavam para os pescadores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O nosso compromisso não é com o passado, o nosso compromisso é com o futuro, é com o setor das pescas a médio e longo prazo, é com a sustentabilidade económica, social e ambiental das comunidades piscatórias, é com a sustentabilidade dos recursos disponíveis no mar dos Açores, assegurando o futuro.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PPM: Muito bem!

O Orador: Motiva-nos a possibilidade de desenvolver o plano de reestruturação e modernização do setor da pesca que determine uma visão a seguir num próximo quadro comunitário de apoio ao setor para a Região, ou que influencie a valorização do nosso pescado e, conseqüentemente, o aumento do rendimento dos profissionais da pesca.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Motiva-nos também, e devia motivar V. Exas., fazer parte da solução de uma visão partilhada e estratégica, outra vez, a longo prazo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Estamos cientes do desafio que é encontrar o equilíbrio e promover um plano perfeito, mas a nossa determinação e compromisso com este setor e com os envolvidos não permite encontrar outra forma de trabalhar e de atuar que não a disponibilidade para encontrar soluções alternativas da gestão de recursos, da renovação e da adaptação da frota, do aumento da monitorização e da fiscalização do setor, da aposta na literacia e na capacitação dos profissionais do setor, da valorização dos nossos recursos.

Nesta linha de pensamento construtivo, o setor tem proposto, de forma insistente, que sejam assumidos compromissos políticos de longo prazo, que cubram os ciclos de transição política. Pois bem, meus senhores, o Governo Regional está disponível para procurar esses potenciais compromissos, para uma reestruturação do setor a longo prazo.

Deputado Carlos Silva (PS): É preciso já, não é a longo prazo!

O Orador: O Governo Regional dos Açores tem vindo a procurar, com firme determinação, em três níveis de poder, em concreto: a nível regional, junto da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas e Ambiente, do XIV Governo

Regional da Madeira; a nível nacional, junto das Secretarias de Estado do Mar e das Pescas do XXIV Governo da República; e no âmbito da Comunidade Europeia, quer no âmbito da RUP, que liga o país à União Europeia para a defesa dos interesses do setor, quer ao nível da Comunidade Europeia.

Com o objetivo de inaugurar um novo modelo de autonomia para o século XXI, uma autonomia de cooperação em que todos se entreejudam no exercício de objetivos comuns, onde a verdadeira gestão partilhada entre a República e as Regiões Autónomas consubstancie na união de vontades de ambos os níveis de poder público, para se alcançar uma solução final justa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Neste processo político, agora, com a Sra. Ministra do Ambiente, como V. Exas. bem conhecem, foram anunciadas algumas destas medidas.

Permitam-me também salientar que o meu chefe de gabinete e a Sra. Diretora Regional estão hoje e amanhã em Bruxelas numa ação conjunta das RUP, com vista à sensibilização das instituições europeias. O Governo Regional tem uma proposta própria, para além das duas propostas que estão em cima da mesa, para gestão, Sr. Deputado, dos quadros comunitários que referiu.

Permitam-me também, antes de concluir, referir que já foi lançado o procedimento concursal, na Inspeção Regional das Pescas, para dois técnicos superiores.

Deputado Nuno Barata (IL): Isso é o que vocês sabem fazer bem feito!

O Orador: E, em breve, será lançado o procedimento concursal para três inspetores superiores das pescas, também já autorizado pela Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. Serve isto para vos dizer que o Governo Regional desenvolve e cumpre os compromissos que assume.

Ainda, a nível da fiscalização das pescas, foi instaurado o centro de controlo integrado no âmbito regional, na sede da Inspeção Regional das Pescas, no passado do mês de setembro. E os inspetores da Inspeção Regional das Pescas receberam a devida formação na semana de 30 de setembro a 4 de outubro. Não

se deve subestimar esta medida, é uma medida importante no âmbito desta cooperação institucional entre a República e o Governo Regional.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Além disso, prevemos, até ao final do presente ano, celebrar um protocolo de cooperação com a Marinha e com a Autoridade Marítima Nacional, aplicável na Região Autónoma dos Açores, para a utilização dos sistemas de controlo, inspeção e vigilância instalados e os que venham a ser instalados, sob a responsabilidade de gestão da Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos, pela Marinha e pela Autoridade Marítima Nacional, com vista a assegurar o controlo da atividade das pescas. É assim, Srs. Deputados, que se faz a gestão do setor, não é com bandeiras que não têm consequência!

Em suma, estamos, aqui, hoje, a falar da reestruturação do setor das pescas dos Açores tendo em conta um passado e tendo em conta as medidas avulsas do XI e do XII Governo Regionais dos Açores. Queremos que a reestruturação do setor do XIV Governo Regional dos Açores tenha um resultado objetivo. Reestruturar e modernizar não deve ser um mero e simples ato político, mas sim uma ação de respeito, de corresponsabilização e de compromisso para com o futuro da pesca, para com o futuro dos Açores. É isso que este Governo está a fazer.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições. Aliás, a Mesa já regista duas inscrições.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Jaime Vieira, do PSD.

(*) Deputado Jaime Vieira (PSD): Exmo. Sr. Vice-Presidente da Assembleia (em representação do Sr. Presidente da Assembleia), Exmas. Sras. e Srs. Deputados,

Exmos. Srs. Membros do Governo:

No início deste debate de urgência, o PS mostrou aquela que é a sua verdadeira ação política nesta Casa: a ação política do fingimento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Ó Jaime, não podes dizer isso!

O Orador: Podemos, acima de tudo, demonstrar isso através do fingimento do PS, que faz de conta que hoje não existem três diplomas, repito, três diplomas, que falam das Áreas Marinhas Protegidas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Segundo fingimento: parece também que hoje não leu e não viu os órgãos de comunicação social que afirmam que a República vai compensar os pescadores açorianos por alguma falta de rendimentos que possa existir.

Deputado Carlos Silva (PS): Em quanto?

O Orador: E, neste sentido, é mais uma ação deste Governo Regional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Mas, ainda, o maior fingimento a que se assiste nesta Casa é que parece que não existe passado do Partido Socialista na responsabilidade das pescas nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Existem vários passados!

O Orador: Estes são três grandes fingimentos que hoje podemos observar.

Caras senhoras, caros senhores:

O setor das pescas é, sem dúvida, um setor determinante na economia dos Açores, bem como, possivelmente, é este setor que mais tem contribuído para as exportações na Região.

Como sabemos, a profissão de pescador é, muito possivelmente, a profissão onde

existe maiores incertezas e, muito possivelmente, as maiores injustiças. Um pescador, ao sair de casa para ir à pesca, não sabe ao certo quanto vai ganhar, se vai pescar muito ou pouco, qual é o preço que será vendido em lota, como acontece a maioria das vezes.

Aliás, deixem-me partilhar com V. Exas. a letra de uma música do nosso conterrâneo e artista luso-americano Jorge Ferreira.

Deputado Carlos Silva (PS): Vais cantar, é?

O Orador: Eu poderia cantar, que continuava a encantar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, pelo amor de Deus, não faça isso!

O Orador: E a letra da música é a seguinte:

*“Saindo de casa vai à profissão
Ele vai para o mar em busca do pão,
Deixando para trás o que lhe é querido
O que lhe é amado e nunca esquecido.*

*Mas o mar é cruel, é falso e traidor
Num dia dá pão e noutra dá dor,
E é por isso que eu digo que o homem do mar
Tem muito valor!”*

Este poema demonstra, de certa forma, a razão pela qual os pescadores têm de ter o respeito de todos nós. Por este motivo e por outros, exige de todos nós um esforço para que, dia após dia, este Governo e este Parlamento tomem medidas

que possam dar as melhores condições de trabalho, contribuindo também para o aumento do rendimento dos pescadores, bem como de toda a fileira.

Deputado Carlos Silva (PS): É isso que estamos a defender!

O Orador: Neste sentido e dando continuidade ao que já estava a ser feito pelo Governo de coligação, o XIII Governo Regional dos Açores está a desenvolver estratégias para todo o setor das pescas, estratégias estas que visam adaptar a Região e os pescadores açorianos para o futuro. Sim, é preciso pensar já no futuro, mas nunca esquecendo o presente. E é isto que este Governo Regional tem vindo a fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, a tutela tem realizado reuniões com todos e para todos, repito, reuniões com todos e para todos, com a Associação de Comerciantes, com a indústria, com a Federação das Pescas, mas também com as associações, que estão mais próximas dos pescadores e dos armadores.

Por isso, este é, claramente, um Governo dialogante, um Governo que ouve para tentar resolver. Não anuncia para fingir que faz, como faziam as governações do Partido Socialista.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Deste modo, o plano de reestruturação está em marcha. E não será o Governo a impor este documento, como já foi referido, mas sim o setor. Esta é a grande diferença deste Governo de coligação para o Partido Socialista. O XIII Governo ouve quem está na área, dialoga, sendo humilde o suficiente para perceber que o setor é que sente o dia a dia desta atividade.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Ó Sr. Deputado, a gente não fala com as

mesmas pessoas!

O Orador: Sim, porque a humildade política faz a diferença!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Por isto, por esta forma de ser, não será o Governo o autor deste plano, não queremos ser o autor de nada, mas sim os pescadores, os armadores, as indústrias conserveiras, os comerciantes, todos eles é que têm de dizer o que pretendem para a pesca no futuro.

Para este Governo, existem quatro grandes preocupações: a sustentabilidade, a formação, a ciência e o rendimento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Assim, o Governo Regional dos Açores, ouvindo o setor, já está a desenvolver uma estratégia para as pescas, estratégia esta que visa adaptar a Região e os pescadores açorianos para o futuro. E, neste sentido, devo dizer que muito já foi feito: a manutenção de equipamentos e infraestruturas ligadas à pesca, as gruas, os pórticos... É preocupação diária deste Governo. Muitos destes equipamentos já estão resolvidos, mas também muitos deles foram, claramente, esquecidos pelo Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Na fiscalização, este Governo, que admitiu e reconheceu, nunca enfiou a cabeça debaixo da areia como se fazia no passado, em que havia um problema de falta de recursos humanos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Já contratou dois técnicos superiores para a área, que já estão no ativo. E, possivelmente, muito rapidamente, a contratação também de três inspetores para colmatar uma falta que existia de recursos humanos na fiscalização.

Com este Governo, a articulação política existe também com outras regiões, num triângulo entre a República e a Madeira, em que se tenta encontrar as melhores estratégias para melhorar o setor, fruto deste diálogo e em conjunto, para encontrar a melhor solução para a quotas de atum.

Com esta articulação com a República, também os inspetores regionais têm acesso aos dados do centro de controlo do mar, estando no imediato a saber, sem necessitarem de pedir autorização, onde estão as diversas embarcações. Foi mais uma conquista deste Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este diálogo com a República, que agora existe, não existia com o governo do Partido Socialista, que tinha o governo da República da mesma cor política.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é que é essa!

O Orador: Na formação, a certificação da Escola do Mar veio originar o desaparecimento dos carimbos vermelhos, que eram uma espécie de licenças *ad hoc*, que era praticado pelo Partido Socialista. Agora, todos os formadores têm competência para formar. Agora, os cursos ligados à pesca são certificados. Um pescador nos Açores pode, a partir desta altura, pescar no território nacional, por exemplo, ou na Região Autónoma da Madeira.

No entanto, para terminar, Sras. e Srs. Deputados, resta questionar o Partido Socialista se é necessário haver uma reestruturação. Se sim, o que falhou nos vários anos da governação socialista? Porque não resolveram quando estavam no poder, com maiorias absolutas? Ou seja, tinham todas as condições para fazerem e não fizeram. Resta perguntar: porquê?

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Antes o Jorge Ferreira!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, do Chega.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já que se invocou aqui uma música, caro colega, eu gostava de invocar uma outra que é muito antiga, muito tradicional, que é: “O mar enrola na areia...” E para cantar estou cá eu, mas não vou cantar hoje.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Canta, mas não encanta!

O Orador: Ora bem, então vamos desmistificar esta frase, entre o enrolar e o mar, quem é o mar e quem é a areia. E pode utilizar a palavra “chega”, não lhe fica mal. Não é basta, é chega. Esse ChatGPT está todo baralhado. Mas é que chega mesmo! O PS veio, aqui, hoje, dizer que está tudo por fazer, vai-se fazer isto, vai-se fazer aquilo, tem de se fazer aquele outro... E a coligação vem dizer que tudo está a fazer. E o mar enrola na areia. E os pescadores, o que é que dizem? Os pescadores dizem que os vários governos, ao longo desta autonomia, olharam para os pescadores como os coitadinhos da economia, como os meninos: toma lá um chocolate e está calado!

Como é que nós podemos observar isto, o abate? Eu ouço falar tanto do abate dos barcos. Esquecem-se é que, quando estamos a falar do abate dos barcos, estamos a matar a pesca. Sr. Secretário, em nome do Governo, o senhor vai ter de assumir se queremos pesca ou se não queremos pesca, ou se queremos manter a pesca ligada às máquinas, uma morte anunciada, uma morte lenta, uma morte que vai beneficiar os herdeiros. Quem são os herdeiros? E o mar continua a enrolar na areia. Os espanhóis, os tais chineses que não existem. Os pescadores conhecem os chineses. Os pescadores veem os barcos chineses. Tirando ali o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, mais ninguém viu os chineses. Ninguém sabe dos chineses.

Os chineses não existem. Os espanhóis também não existem, mas pescam ao lado dos pescadores açorianos, com regras completamente diferentes. E o mar continua a enrolar na areia. E nós continuamos a enganar os pescadores açorianos. Nós vamos adiando.

Qual foi a última facadinha? As reservas. Mas das reservas já ouço falar há muitos anos. Lembram-se da Caloura? Lembra-se daquela reservazinha, a Caloura?

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Não é uma reserva, é uma área protegida!

O Orador: Quem foi que a fez? Foram aqueles senhores. Quem é que enfiou na gaveta? Foram aqueles senhores. Quem é que a tirou da gaveta? Foram os senhores. E assim andamos nós.

O pescador quer pescar (ação), quer apanhar peixe. Nós temos um mar imenso, eu não compreendo como é que nós andamos aqui a pagar para não pescar. E tanto é verdade, Sr. Secretário, e o senhor ouça com atenção que é para depois eu não ter de repetir, há uma outra notícia de que o Governo da República vai pagar, vai indemnizar os pescadores, com essa história das reservas, se for aprovado.

Deputado Carlos Silva (PS): Então o senhor vai votar contra as áreas marinhas?

O Orador: Ó senhores do Governo, já pagaram o furacão Lorenzo? E o dinheiro do hospital, já chegou, está na conta? Já se pode gastar? Já se pode pagar? É porque isto de parangonas nos jornais, nos últimos tempos, não fossemos nós ter de fazer duas queixas contra certos órgãos de comunicação social, os tais que os senhores querem pagar...

Notícias de jornal, para mim, valem a zero. Nós queremos um compromisso e queremos ouvir da boca do Sr. Secretário. Primeiro, havendo reservas, havendo essas tais áreas... E os pescadores concordam que tem de haver uma proteção. Mas o que é que não existe? Um plano estratégico. Existe um plano estratégico? Esse plano está feito? Eu posso ver? Podemos todos ver? Podemos todos ler?

E o mecanismo compensatório, quanto é que é? Onde é que isso está escrito?

Quando é que vai ser? Podemos todos ver?

Ó Sr. Secretário, nós podemos até concordar com estas reservas, mas é se os pescadores ganharem alguma coisa com isto. Não é para abater barcos, não é para pescar menos. Senão, lá temos os chineses, lá temos os espanhóis, que andam aí à grande e à francesa.

A vigilância da nossa área marítima é uma anedota, não existe! A Marinha não tem meios! A Marinha nunca teve meios de vigilância! Com drones?! Com drones de mil euros?! Ó senhor, isto é anedótico. Os nossos pescadores são fiscalizados todos os dias. Os espanhóis têm regras diferentes, os espanhóis que vêm aqui para o porto da Horta. Isto é tudo mentira?

Ó senhor, nós temos de assumir este compromisso. E o senhor vai perguntar aos seus colegas da República. Quando o Chega apresenta uma recomendação ao Governo para se aumentar as quotas de pesca portuguesas, e na Região Autónoma dos Açores e da Madeira criar uma quota muito específica, melhorar a nossa quota, o que é que fez o PSD? Votou contra! O que é que fez o PS? Absteve-se! O que é que fez o IL? Votou contra! O Bloco de Esquerda votou contra! O PCP absteve-se! O Livre votou...

Deputado Carlos Silva (PS): Como é que o Chega vai votar amanhã?

O Orador: Eu vou enviar à Mesa, Sr. Presidente, este documento para que todos possam ler e morrer de vergonha, porque, nos Açores, com isto, nós estamos a dizer que não queremos mais quota. O que é que estamos a dizer com não queremos mais quota? Que não queremos mais pesca. E os outros vêm para a nossa casa, para o nosso quintal, para a nossa maior área marítima pescar o que é nosso.

Não me venham com conversas de que não há peixe. Há peixe! E o que os portugueses e os açorianos, especificamente, não estão a apanhar, outros estão a apanhar. Porquê? Porque nós não sabemos cuidar da nossa casa. Nós não sabemos mimar os nossos pescadores.

Sr. Secretário, eu não quero menos barcos de pesca, eu quero mais pesca e quero uma frota mais moderna, como os espanhóis fizeram. É isto que nós precisamos. Mas preciso do seu compromisso neste plenário, preciso que diga aqui de viva-voz, o senhor ainda tem tempo, que há um plano estratégico que o senhor nos vai mostrar e que há um mecanismo compensatório aos pescadores. Caso contrário, não conte com o Chega.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. A Mesa, de momento, não regista qualquer inscrição.

(Pausa)

Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é costume falar-se de pesca nesta Casa. Parece que esta semana vamos ter dois momentos para o fazer.

Eu ouvi com atenção a intervenção do Sr. Deputado Gualberto Costa Rita e a intervenção do Sr. Secretário Regional. Quem vive da pesca, quem investe na pesca, quem sobrevive do setor extrativo, está cansado de palavras vãs, promessas de um futuro de longo prazo e soluções que não saem das gavetas.

Uma coisa é certa, o Sr. Secretário Regional diz que foi o setor que foi ouvido, que foi o setor que ajudou nessas tomadas de decisão, eu não quero trazer a discussão para o nível dos lugares-comuns, mas o setor o que diz é que, no fim,

quem se lixa é o mexilhão.

E este é que é o problema deste debate, que está por fazer há trinta anos. Não é um debate que começou agora ou que se vai prolongar pela próxima semana, é um debate que está por fazer há trinta anos. Que setor é que nós queremos ter no presente e no futuro na área extrativa da pesca nos Açores? Porque não é futuro nenhum importar pescado para a nossa alimentação, não é futuro produzir com recurso à aquacultura. E explico rapidamente o porquê: a aquacultura, nos Açores, é uma experiência falhada, já existiu nos anos noventa, mais recentemente duas experiências, não faltam estudos científicos e é, de facto, um setor que deixa muito a desejar, quer ao nível da sua experiência económica, quer mesmo ao nível de experiência ambiental, até porque, para criar seiscentos ou setecentos gramas de qualquer espécie que se produza em cativeiro, é preciso capturar dez ou doze quilos de outra espécie qualquer, noutra lugar qualquer do mundo, para transformar em farinha para dar de alimento a esses peixes que são criados em cativeiro.

E isto, na perspetiva até da sustentabilidade ambiental, não faz sentido, porque não pode ser apenas uma parangona “agir local, pensar global”, portanto, se é preciso capturar noutra lado qualquer, noutra latitude qualquer, noutra longitude qualquer, dez quilos de pescado para produzir aqui um quilo de peixe de aquacultura, não estamos a contribuir para a sustentabilidade ambiental ao nível do planeta.

E por isso é que não acredito na importação de pescado para nos alimentarmos, não acredito na produção da aquacultura. O que eu acredito, sim, é que continuemos a trabalhar com o setor, por forma a que o setor possa continuar a desenvolver o exercício da pesca de uma forma confortável, de uma forma rentável e com o máximo de sustentabilidade ambiental possível. E isto não se faz por decreto nem com palavras bonitas daquela tribuna, faz-se no terreno trabalhando com o setor.

E aquilo que está em cima da mesa neste momento é nós contribuímos para o cumprimento de uma meta que foi decidida pelos burocratas de Bruxelas, que Portugal continental não consegue cumprir, e nós vamos fazer aqui na Região o esforço de cumprir essa meta. Nós é que vamos ajudar a República a cumprir essa meta e vamos ficar aqui todos sentados, Sr. Deputado Jaime Vieira, à espera de que a República acuda os nossos produtores, os nossos pescadores e os nossos armadores. Porque da República não vem nada de bom, nunca veio! E permitam-me que repita aqui até estar cansado, que não me levou cansar: da República não vem nada de bom, a não ser essas promessas vãs!

Deputado José Pacheco (CH): Não vem é nada! Nada!

O Orador: Aliás, essa promessa que agora aparece devia estar materializada antes de nós tomarmos a medida. Antes de nós tomarmos a medida é que a República já devia ter dito: sim, os senhores vão definir essas Áreas Marinhas Protegidas, os senhores vão ajudar-nos a cumprir esta meta que os burocratas de Bruxelas nos obrigaram a cumprir, mas têm aqui já, antes de os senhores nos fazerem esse favor, a solução para os armadores e para os pescadores. Isso não existe. E eu não fico tranquilo enquanto não vir isso materializado. Enquanto não estiver preto no branco no papel quanto é e como é que os armadores e os pescadores vão ser ressarcidos desta impossibilidade de desenvolver o exercício da pesca, eu não fico tranquilo. E o senhor também não devia ficar nem aquele senhor devia ficar, porque, repito à saciedade, eu não acredito na bonomia dos políticos da República, centralistas (que os há), de todos os partidos políticos!

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Neste debate sobre a reestruturação do setor das pescas, começo efetivamente por dizer que este é um setor que tem tido sucessivos debates neste Parlamento, e

ainda bem, de facto, é um setor que merece esse debate e merece essa reflexão pela sua importância para a economia regional e também pela sua complexidade, porque é, de facto, um setor extremamente complexo de gerir e de garantir a sua sustentabilidade.

O setor das pescas, principalmente a grande maioria de quem nele trabalha, enfrenta dificuldades, que nem sempre são as mesmas, mas têm vindo a permanecer, algumas até a aumentar ao longo do tempo.

Os baixos rendimentos são, sem dúvida, a maior dificuldade que quem trabalha no setor das pescas sente no dia a dia. Os últimos tempos têm sido difíceis. O aumento dos custos de produção leva, naturalmente, a uma quebra no rendimento. Mesmo que o valor global das vendas seja idêntico, estamos a falar de quebras acentuadas de rendimento com os custos de produção.

Este ano, tivemos problemas numa área muito importante para os Açores, no que diz respeito ao atum, nomeadamente ao atum-patudo, com o fim precoce da quota, o que nos leva a dizer que é preciso mudar a forma como se está a gerir essas quotas. Não podemos continuar, por um lado, a ter uma espécie tão valiosa a preços muito baixos. E, ainda por cima, o esgotamento precoce da quota leva, claramente, à redução do seu preço, à sua desvalorização.

Tivemos ainda os alertas, por parte das associações que representam o setor, da possível venda de embarcações neste setor, o que é uma desistência da atividade. É, claramente, um sinal de alarme, um sinal que nós, enquanto Parlamento, e o Governo, enquanto executivo, temos de estar atentos.

Ora, há problemas que não são de agora, mas que não têm tido resolução, relativamente a manutenções e às condições infraestruturais nos portos.

Relativamente também à Lotaçor, não posso deixar de dizer que, numa área tão essencial como as pescas, para nós, é incompreensível que a Lotaçor tenha tido três presidentes em três anos. Já vamos no terceiro presidente em três anos.

Deputado Nuno Barata (IL): E ainda não mexeram naquilo que é preciso mexer!

O Orador: Não há empresa que consiga ter um plano de atividades e de desenvolvimento correto e estável desta forma.

No momento em que vivemos, estamos, efetivamente, em vésperas de tomar uma decisão que é importante, que é estruturante, que é uma mudança, efetivamente, muito substancial de paradigma no que diz respeito à gestão das pescas, mas essencialmente à questão do mar, que é a expansão muito acentuada das Áreas Marinhas Protegidas. E, como é óbvio, esse é um objetivo que nós acompanhamos em pleno. Elas têm de acontecer não só no papel, mas na prática. Têm de acontecer, claramente, com dois ou três princípios de que não se pode abdicar: em primeiro lugar, outras experiências em outros países assim o indicam, as Áreas Marinhas Protegidas só funcionam se toda a gente estiver efetivamente no mesmo barco, se aqueles que são os principais interessados estiverem não só envolvidos, mas também empenhados em que isto corra bem. E é preocupante que neste momento isto ainda não esteja a acontecer.

Não vamos ser catastrofistas e dizer que, por não estar a acontecer agora, tudo vai falhar. Julgo eu que ainda há tempo para corrigir aquilo que não foi bem feito.

E para garantir que haja este consenso, este apoio de todos os setores e do setor das pescas em particular, há a criação e implementação das Áreas Marinhas Protegidas.

Efetivamente, também sabemos que aquilo que se irá votar esta semana não terá aplicação prática senão daqui a alguns anos, com a implementação de toda a regulamentação que é necessária, nomeadamente, mas não só, dos planos de gestão. Por isso é fundamental que se corrija esse aspeto. Se não houver apoio também do setor das pescas, que é o setor, talvez o único, que pode ter prejuízos pelo menos numa determinada fase, é fundamental que esse acordo com o setor das pescas aconteça e que estejam verdadeiramente empenhados da mesma forma que outros setores possam estar.

E, naturalmente, independentemente da necessária reestruturação do setor —

reestruturação talvez não seja o melhor termo, não é um termo que goste particularmente —, as medidas de mitigação imediatas são fundamentais, nomeadamente apoios financeiros à quebra de rendimento. Nós dissemo-lo há um ano, que as Áreas Marinhas Protegidas só poderiam ser implementadas garantindo-se o apoio financeiro aos pescadores.

Bem, vem o Governo da República dizer que, sim, está tudo garantido. Veremos. Esperemos que sim, mas veremos. De promessas está o Inferno cheio. Nós temos de esperar para ver, mas é preciso garantir desde já a implementação das Áreas Marinhas Protegidas e que o projeto seguinte relativamente às Áreas Marinhas Protegidas Costeiras seja implementado, com o empenhamento de todos e com o acordo de todos.

Efetivamente, para garantir um futuro sustentável para o setor das pescas, não posso deixar de dizer que modernizar a frota, assegurar uma justa distribuição de rendimentos, com contratos de trabalho em todas as ilhas, porque sabemos que isso não existe em todas as ilhas, é fundamental. Bem, desde que o Bloco de Esquerda está nesta Casa que o diz. Foi em 2008, estamos em 2024, é demasiado tempo.

Os Açores não podem querer ter um mar preservado, querer ser pioneiros na questão das Áreas Marinhas Protegidas, mas não se garantir um mísero contrato de trabalho a quem na pesca trabalha. Isso é ao mesmo tempo querer estar na vanguarda da questão ambiental, mas estar na idade da pedra da questão laboral. Não pode efetivamente acontecer.

É preciso avaliar também o impacto da pesca lúdica e garantir que não concorra com a pesca profissional. E isso, não nos enganemos, acontece. Acontece e não pode acontecer. É preciso garantir a melhoria de fiscalização com meios adequados. E já vimos que alguns meios haverá, mas também é preciso que os meios não embarquem nas notícias falsas que são partilhadas nas redes sociais sobre barcos chineses que não existem e, apesar de os meios oficiais nada dizerem,

enviarem-se navios e aviões para fiscalizar aquilo que não existe. Sr. Secretário, tenha mais cuidado com as notícias falsas partilhadas pelo Chega.

Deputado Francisco Lima (CH): Notícias falsas?!

O Orador: E termino dizendo, no que diz respeito à questão das Áreas Marinhas Protegidas, que o projeto das Áreas Marinhas Protegidas é efetivamente fundamental. É fundamental para garantir os compromissos das Nações Unidas, não são apenas compromissos nacionais. Também só terão efetivamente sucesso se todos os intervenientes neste setor, também os pescadores, estiverem efetivamente nesse barco.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima, do Chega.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aqui, o Bloco de Esquerda acabou de dizer que a notícia é falsa, uma notícia dos supostos barcos chineses. E o Chega não podia deixar passar isso em claro. Pelos vistos, o Sr. Deputado sabe mais do que nós. O facto de os barcos não estarem lá quando lá chegaram, passado várias horas, não quer dizer que a notícia é falsa.

E mais, essa notícia já foi desmentida, porque não foram lá fiscalizar os barcos por causa das redes sociais, o Governo Regional mandou fiscalizar muitas horas antes de o Chega o ter denunciado. E, portanto, que eu saiba, nem o José Pacheco, nem eu, nem nenhum de nós trabalha na Marinha nem trabalha no Governo. Portanto, se o Governo lá foi, isso é um problema do Governo, não é um problema do Chega.

E o senhor acabou de chamar de mentirosos à bancada do Chega. Se fosse por esse diapasão, a gente estava sempre a chamar de mentirosos ao pessoal do Bloco de Esquerda pelas mentiras e falácias que diariamente aqui nos impõem.

E, portanto, isto não é um caso como funciona na Venezuela, não foi o Nicolás

Maduro que mandou fiscalizar os barcos, foi o Governo, como muito bem entendeu.

E se o senhor não fala com os pescadores, não sabe e não conhece. Só se preocupa é com os contratos de trabalho, mesmo que não haja rendimento. É sempre as mesmas agendas. Ó homem, mude o disco, não toque o mesmo, diga alguma coisa diferente!

E vem aqui acusar de mentira... Isso quer dizer que o senhor sabe a verdade. Então, para a próxima vez, o Chega vai ligar para si para saber se existem barcos chineses ou não.

Deputado António Lima (BE): Se calhar é melhor!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Olhe que não é nada mal pensado!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, do CDS.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente.

O Partido Socialista traz-nos, aqui, esta manhã, um debate de urgência sobre a reestruturação e modernização do setor das pescas, não sei se para admitir que, desde 2014, enquanto era Governo, falava e admitia que estava a trabalhar na reestruturação das pescas, e chegado hoje admite que efetivamente o plano de reestruturação, supostamente implementado pelo governo socialista, falhou.

Mas, relativamente a esta questão e àquilo que tem sido feito, acho que em primeiro lugar é preciso reconhecer qual tem sido o caminho por parte deste Governo. Daquilo que o Sr. Secretário mencionou da tribuna, temos de reconhecer que, sem dúvida, tem existido um caminho, que ainda é longo, que tem sido percorrido de melhoria e manutenção dos diversos equipamento e infraestruturas

nos nossos portos, desde as gruas, os guinchos, aos equipamentos de frio, aos sistemas de produção de gelo. Tem existido esse plano de ação de manutenção das infraestruturas portuárias, que tem sido importante para que possamos oferecer melhores condições aos nossos pescadores. É isso de positivo que tem sido desenvolvido.

Deputado Nuno Barata (IL): Manadas tem mais gruas do que São Miguel inteira!

A Oradora: Não é verdade, Sr. Deputado. Quando for a São Jorge, fazemos essa visita.

Quanto à questão da Inspeção Regional das Pescas, o aumento dos recursos humanos é um aspeto também positivo. Sem dúvida que precisamos de uma fiscalização robusta para o setor. Isso foi sempre algo apontado, não de agora, mas de há largos anos atrás. E é claro que é preciso continuar esse caminho, para robustecer a questão da fiscalização, que é sem dúvida importante.

Também algo que é de extrema importância para o setor é a questão da articulação, quer com a Madeira, quer com a República, em termos do acesso a este centro de controlo do mar, instalado na Direção Regional das Pescas, em que temos acesso à informação do centro integrado de controlo do mar, algo que antes não era possível sem uma autorização prévia. Neste momento, a Região consegue aceder a esta informação.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: É algo que é também importante, bem como o trabalho a ser desenvolvido em parceria para melhorar a questão da quota do atum.

E, depois, temos, sem dúvida, aqui, o plano de reestruturação do setor das pescas, algo que é importante hoje, como há muitos anos atrás. Era anunciado por todos em 2016, era transmitido pela Federação das Pescas e os próprios pescadores admitiam que existia embarcações a mais para os Açores. Em 2016, o que era transmitido era esta preocupação. Tal era reconhecido até por parte do Governo

Regional e pelo Sr. Secretário de então. Mas a verdade é que este caminho, em 2016, não foi percorrido, no sentido de perceber qual é a nossa capacidade de carga, quais são os recursos que temos em cada área, para poder fazer uma adequação entre a nossa frota, os recursos que temos para pescar e a capacidade de carga em cada local, em cada área. Isso é um trabalho que é fundamental para a sustentabilidade do setor das pescas hoje, mas também comprometidos com o futuro, que é isso que nós queremos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Queremos uma pesca que seja sustentável, que seja competitiva e que também possa dar resposta aos desafios do futuro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): “Sustentável” foi palavra que não se ouviu dali!

A Oradora: É isso que pretendemos e é essa a nossa visão para o setor, termos uma frota adequada e ajustada também àquela que é a realidade atual. É esse o caminho que está a ser percorrido por parte deste Governo Regional, que o deve ser.

Quanto ao plano de reestruturação em si, quando o Partido Socialista vem afirmar que nada aconteceu desde há dois anos, que não aconteceu nada em relação ao processo de reestruturação da frota, eu não posso compreender, porque, desde 2014, se nós formos ver: em 2014, o Governo apresentou o Plano Estratégico Regional das Pescas; em 2015, apresentou o plano “Melhor Pesca, Mais Rendimento”; em 2016, o grupo de trabalho; em 2018, o plano de reestruturação do setor. A pergunta que faço à bancada do Partido Socialista é: estes planos falharam? Não se conseguiu reestruturar o setor?

Deputado Carlos Silva (PS): Os rendimentos aumentaram?

A Oradora: Quando o senhor me vem falar da bancada do Partido Socialista, que foi governo até 2020, e vem acusar este Governo que há dois anos não faz nada

para a reestruturação do setor, temos de perguntar porque é que o Sr. Deputado mencionou dois anos, portanto, temos de perceber o que é que falhou.

Quando o Sr. Secretário vem afirmar, tem afirmado sempre, e bem, no nosso entendimento, que tem feito um plano, que está a ser construído com o setor, como já foi dito, é verdade que temos de ter o setor do nosso lado, porque de nada serve para qualquer governo vir apresentar um plano muito bonitinho, com muitas ações, em que o setor não está de acordo e em que o setor não se revê naquele plano. E isso nunca trará os resultados que nós pretendemos para o setor. Aqui é exatamente o inverso que está a ser feito, é um processo participativo, desde a ciência, do setor, a ser construído de baixo para cima, para podermos envolver toda a comunidade e todo o setor neste compromisso, com futuro, para termos uma pesca cada vez mais rentável, mas também sustentável.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E, nesse sentido, esta estratégia que está a ser desenvolvida por parte do Governo Regional é a própria estratégia que o Sr. Deputado do Partido Socialista defende. O Sr. Deputado defende uma estratégia que envolva os pescadores e a ciência, não se podendo basear apenas no abate e nas artes de pesca. Ou seja, estamos a desenvolver esta reestruturação num processo participativo, que foi aquilo que o senhor disse que defende, mas, mesmo assim, ainda não está bem.

Deputado Carlos Silva (PS): Não há nada de concreto, Sra. Deputada!

A Oradora: Depois, relativamente aos desafios do futuro, sem dúvida que eles também são muitos para este setor. É esse caminho que tem vindo a ser desenvolvido. É claro que temos de continuar este caminho do melhor rendimento ao nosso pescador. Se formos ver os números que nos são dados pela estatística, a verdade é que temos menores capturas, mas também temos o maior rendimento no preço do pescado. Neste momento, atravessamos esta boa evolução no preço do pescado, mas claro que nada é certo. Há um caminho que é preciso percorrer.

O Governo Regional está a percorrer, com este compromisso acima de tudo com o futuro, o que também é importante para as futuras gerações.

Há a necessidade também de continuar com o rejuvenescimento do setor das pescas. Falo, por exemplo, de uma realidade que me é mais próxima, que é a da ilha de São Jorge, da importância de termos cada vez mais jovens para o setor da pesca. E o que noto no contacto mais direto com a comunidade é que temos bastantes jovens interessados em ingressar no setor da pesca, em serem pescadores. E isso é um aspeto bastante positivo e uma oportunidade que o Governo Regional também deverá aproveitar.

Para terminar, dizer que é este o caminho que o Governo Regional está a percorrer. Acho que esta reestruturação já há muitos anos que era imprescindível. Hoje em dia, claro, por maioria de razão, sem dúvida, é o caminho certo, é este processo participativo e de envolvimento de todos, para que possamos de uma vez por todas ter um setor mais competitivo, mais sustentável e com maior rendimento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Mendonça, do PPM.

Deputado João Mendonça (PPM): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Membros do Governo:

A modernização do setor nos Açores teve um impacto social e económico profundo, com medidas estratégicas implementadas desde o início do Governo da Coligação, que visam garantir um setor competitivo, sustentável e capaz de enfrentar os desafios futuros. Para atingir esses objetivos, é necessário apostar numa abordagem integrada que inclua a modernização da frota, o reforço das infraestruturas e a valorização dos produtos pesqueiros. Mas tudo isto construído

a partir da base, das expectativas, problemas e soluções apresentados pelos diversos agentes do setor.

A fábrica da CONSERAN, na ilha do Pico, é um exemplo notável desta transformação. Com um investimento de 16 milhões de euros, a fábrica criou cerca de 100 postos de trabalho, muitos dos quais ocupados pelos antigos trabalhadores da COFACO. Além de conservar atum, a fábrica diversificou a sua produção para incluir espécies de menor valor comercial, gerando novas oportunidades de exportação e otimizando o aproveitamento dos recursos marinhos. Este projeto é essencial para a economia local, contribuindo significativamente para a fixação da população e criação de empregos.

Importa ainda referir a requalificação da rede de frio levada a cabo em diversas ilhas, amentando a capacidade de conservação do pescado e garantindo a frescura dos produtos capturados.

Esta medida foi essencial para manter a qualidade e valorizar a pesca nos mercados nacionais e internacionais, ajudando os profissionais da pesca a aumentar o rendimento e a competitividade.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Muito bem!

O Orador: Outro projeto relevante foi a aquisição de um navio para investigação científica, que representou um investimento de cerca de 19,8 milhões de euros, que será usado para divulgar o conhecimento sobre os recursos marinhos e monitorizar os ecossistemas das águas açorianas. Este navio terá um papel central na recolha de dados científicos, que apoia a gestão sustentável das pescarias e a preservação dos recursos. Paralelamente, a construção do Tecnopolo Martec, um investimento de 22,8 milhões de euros, irá fortalecer o Cluster do Mar nos Açores, promovendo a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a formação especializada, criando um ambiente propício à investigação e dinamismo no setor marítimo.

É de justiça reconhecer o papel muito relevante que teve o anterior Secretário Regional do Mar e das Pescas, Manuel São João, no planeamento e execução destas medidas. Assim como é importante referir o trabalho aturado que está a ser desenvolvido pelo atual titular da pasta nestas e em todas as outras matérias.

Reconhecemos a importância de apoiar tanto os pescadores que desejam continuar na atividade, quanto aqueles que procuram alternativas.

Para os que querem manter-se no setor, promovemos formações contínuas em parceria com a Escola do Mar dos Açores, capacitando mais de 573 profissionais entre 2021 e 2023 em áreas como a segurança e gestão ambiental.

Para quem optar por sair, oferecemos programas de reconversão profissional, garantindo que tenham novas oportunidades de trabalho.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: O nosso compromisso com a sustentabilidade, certificação, controlo e gestão de quotas do pescado, reflete-se em projetos como o POPA, o MoniCO, e através do processo MSC.

Além disso, reforçámos a gestão participativa no setor, envolvendo os pescadores na definição de regras e quotas de captura, o que promove uma gestão mais equilibrada e responsável.

Para mitigar os impactos das paragens temporárias, reestruturámos o FUNDOPESCA, reduzindo o tempo mínimo para ativação do fundo e aumentando as compensações.

Para garantir uma gestão sustentável e baseada em dados fiáveis, o Plano Nacional de Recolha de Dados tem sido essencial.

Este plano permite controlar o estado de conservação das principais espécies comerciais, garantindo que a gestão dos recursos marinhos seja feita com rigor, ajustando as práticas de captura e preservação.

Todas estas iniciativas fazem parte de uma estratégia consistente que visa garantir a sustentabilidade, modernização e valorização dos produtos do mar dos Açores.

Hoje, o setor das pescas é mais forte, moderno e preparado para enfrentar os desafios futuros, gerando riqueza e emprego, ao mesmo tempo que preserva os recursos marinhos para as próximas gerações.

O impacto social e económico destas medidas é claro: comunidades mais fortes, uma economia regional mais robusta, e um setor pesqueiro mais sustentável e competitivo.

Muito obrigado.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Muito bem!

Deputada Délia Melo (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo. Retomamos os trabalhos às 11 horas e 40 minutos.

Eram 11 horas e 25 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 43 minutos.

Está inscrito o Sr. Deputado Gualberto Rita, do Partido Socialista, a quem dou a palavra.

(*) Deputado Gualberto Rita (*PS*): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, o senhor disse daquela tribuna: “O futuro começa agora.”

Sr. Secretário, a pergunta que deve ser feita é: se o senhor afirma que o futuro começa agora, o que é que andou o Governo Regional a fazer entre 2020 e outubro de 2024? Sr. Secretário Regional, se assim é, andaram a enganar o setor da pesca até ao momento sobre esse assunto, senão vejamos:

Em 10 de dezembro de 2020, o Sr. Secretário Regional dizia que, e cito, o “Governo trabalha no sentido de salvaguardar os nossos recursos, mas sem que ninguém seja marginalizado em toda esta equação”;

Em abril de 2021, dizia o Sr. Secretário: “É preciso estarmos munidos de elementos sólidos que nos possam guiar numa tomada de posição assertiva e de linhas orientadoras discutidas com os parceiros do setor.” Até agora, nada feito. Isso em abril de 2021;

Em novembro de 2021, o Sr. Secretário dizia: “Não empurramos os assuntos com a barriga para a frente à custa de anúncios sem a sua concretização plena, nem empurramos para debaixo do tapete os obstáculos que nos colocam.” Pois, Sr. Secretário, até ao momento foi exatamente isso que fizeram, foi empurrar esse assunto para debaixo do tapete e com a barriga para a frente;

Deputada Marlene Damião (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: O Sr. Secretário Regional disse, ainda em abril 2022, e cito: “O que se pretende em parceria com os representantes da fileira da Pesca é a assunção de um compromisso firme perante o quadro que nos foi colocado.” Onde é que está, Sr. Secretário? Onde é que estão o plano? Isso estamos a falar de abril de 2022. Portanto, Sr. Secretário, não nos tentem enganar, porque foi isso que o senhor veio para aqui dizer, que muito já foi feito, que muito se tem feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado! Isso de andar a enganar

não é para si!

O Orador: A verdade é que, desde 2020 até ao momento, nada foi feito.

Sr. Secretário, o senhor, daquela tribuna, falou e admitiu tudo isso. Agora, continuamos aqui sem uma palavra da sua parte. Quanto é que vai custar o Plano de Reestruturação do Setor das Pescas 2025–2030, Sr. Secretário? Quanto é que é? Se os senhores já estão desde 2020 a trabalhar no assunto, é muito mau que a gente chegue a outubro de 2024 e não se saiba quanto é que vai custar esse plano de reestruturação, esse tal plano de reestruturação que nós queremos e que nós aqui propusemos que seja firme, que seja robusto e que não deixe quem quer sair da pesca sem uma condição digna. Que verbas, Sr. Secretário, é que o senhor tem disponíveis para esse plano de reestruturação? E que medidas são essas, medidas sérias, medidas concretas?

Sr. Secretário, provavelmente há uma semana, não vou precisar a data, já foi entregue a anteproposta do Plano e Orçamento. Sr. Secretário, qual é a dotação orçamental que tem para a reestruturação do setor no Plano de Orçamento para 2025? Que valores é que o senhor tem? Que rubricas é que o senhor tem para o Plano e Orçamento de 2025, para a reestruturação do setor? O senhor que venha aqui a esta Casa dizer aos pescadores que estão lá em casa quanto é que tem para isso! Não vale a pena estar a enganar as pessoas. Os pescadores e os armadores precisam de respostas imediatas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E vai fazê-lo, mas isso é para o mês que vem, para o Orçamento!

O Orador: O Sr. Deputado Jaime Vieira fala em fingimento. Sr. Deputado Jaime Vieira, fingir, desculpe, o senhor sabe quem é que anda a fingir neste processo todo. A fingir anda o Governo aos pescadores, por exemplo, de Rabo de Peixe e de São Mateus quando não diz a verdade de quanto é que vai custar a esses pescadores quando ficarem inibidos de pescar nas zonas onde normalmente pescam. Isto é que é fingir!

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sr. Deputado Jaime Vieira, fingir é não dizer aos pescadores de São Mateus e de Rabo de Peixe quanto é que há no plano de reestruturação. Uma vez que eles vão ficar inibidos de pescar, uma vez que as embarcações deles não vão estar disponíveis para capturar aquilo que se deseja para manter a atividade da pesca, quanto é que o Governo tem para isso? Isso é que é fingir!

Portanto, o que eu aconselho ao Sr. Deputado Jaime Vieira e ao Sr. Deputado Paulo Gomes é que se preparem com uns bons capacetes antes de chegarem às vossas freguesias, porque isso vai doer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes, do PSD.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bem, vou ter de iniciar a minha intervenção com aquelas que foram as últimas palavras do Sr. Deputado Gualberto Rita, para lhe dizer que nunca tive problemas em entrar em qualquer porto de pescas dos Açores, muito menos de São Mateus.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Foi no passado, é no presente e será sempre no futuro. Ao contrário do Partido

Socialista, que abandonou São Mateus em diversas áreas de governação, abandonou a vila de São Mateus da Calheta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E mais, só se lembram de ir lá em vésperas de eleições ou para anunciar alguma desgraça. Agora, eu não, estou lá todos os dias. E não tenho problema nenhum com isso.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Por acaso não é verdade!

O Orador: Relativamente ao tema que nos traz aqui, nesta manhã, acho que o Partido Socialista devia ter decoro em vir falar em reestruturação e modernização do setor das pescas, porque nunca teve uma visão estratégica a médio e longo prazo para o setor. O que teve foi sempre medidas avulso, medidas para o imediato e nunca pensando naquilo que podia ser o setor das pescas para o futuro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Quais são as vossas medidas para o futuro?

O Orador: Já foi dito aqui, mas posso dar alguns exemplos daquilo que estou aqui a afirmar, já foi dito, mas nunca é demais relembrar:

Em 2014, o Governo Regional elaborou um documento chamado Plano Estratégico Regional da Pesca 2014–2020, que identificou algumas prioridades estratégicas para o setor;

Em 2015, mais um plano, o plano de ação “Melhor Pesca, Mais Rendimento” — espero que estejam a acompanhar e saibam o que é isso —, onde foram identificados os cinco principais fatores que contribuem para a quebra de rendimentos dos profissionais do setor, tendo sido sugeridas 22 medidas para a

sua resolução, medidas estas que na sua grande maioria ficaram por implementar;

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Esse plano foi concluído quase na totalidade!

O Orador: Em 2016, foi criado mais um grupo de trabalho, que visava aprofundar uma reestruturação a longo prazo no setor.

Portanto, tantos planos, tantos estudos e nada foi feito.

Deputado José Ávila (PS): Não é verdade!

O Orador: Relativamente a infraestruturas, dizer o seguinte: este Governo Regional, quer este, quer o anterior da responsabilidade da coligação, encontrou os equipamentos, nomeadamente os pórticos e as gruas, em estado lastimável. E quanto a isto, nunca poderão fugir àquilo que são as vossas responsabilidades nos anteriores governos. E porque é que isto aconteceu? Porque os governos do Partido Socialista preocupavam-se em realizar manutenções reativas, ou seja, acontecia a avaria e ia colocar-se lá um penso rápido, nunca aprofundando aquilo que é o verdadeiro problema do equipamento. Neste momento, o Governo Regional está a fazer intervenções, e já há outras previstas em mais de trinta equipamentos nas nove ilhas dos Açores. Chama-se a isso manutenção preventiva. E é isto que este Governo está a fazer, e muito bem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Claro que é um processo moroso, não é de um dia para o outro que se requalifica e repara mais de trinta equipamentos nos Açores.

Por exemplo, na ilha Terceira, temos três pórticos com graves problemas. Neste momento, está a ser realizada a manutenção em São Mateus da Calheta.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quem é que pagou a primeira?

O Orador: De seguida será a da Praia da Vitória e depois a o Porto das Pipas. Portanto, é um grande investimento que acontece porque não houve nenhum cuidado. Qualquer pessoa pegava numa grua e manuseava a grua. Isto também é verdade. Isto também é responsabilidade do Partido Socialista.

Relativamente a entrepostos frigoríficos, também referir e é bom lembrar os investimentos que já foram feitos, posso dar aqui exemplos: o das Lajes das Flores, de 750 mil euros; o da Madalena, que estava literalmente a cair aos bocados, um investimento de mais de 7 milhões de euros.

Foi este Governo que resolveu o licenciamento da Escola do Mar, que também era uma grande visão que o Partido Socialista tinha, mas nem licenciaram a escola. Foi este Governo que resolveu o Tecnopolo Martec, uma infraestrutura fundamental em termos de investigação. E foi este Governo que resolveu o problema crónico de prejuízos na Conserveira de Santa Catarina. Eram mais de 2 milhões de euros ao ano. Mais uma situação que ficou resolvida.

Deputado Carlos Silva (PS): E a Lotação como é que está?

O Orador: Para terminar, o Sr. Deputado José Pacheco falou, e muito bem, da questão dos abates, mas também convém nunca esquecer e relembrar as vezes que forem necessárias que foram os governos do Partido Socialista...

Deputado Carlos Silva (PS): O vosso futuro é falar do PS!

O Orador: ... que implementaram apoios a embarcações sem qualquer estudo científico, sem qualquer estudo sobre o impacto que iria ter-se junto do setor das pescas, junto dos pescadores e junto das suas famílias.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: De momento, a Mesa não tem inscrições. Pergunto se há alguma Sra. ou Sr. Deputado que queira participar no debate.

(Pausa)

Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho estado atento. E, como sempre, o discurso redondo neste círculo que nos encerra continua a ser um costume e um amontoado de parangonas, desde logo a modernização da frota. Mas eu não ouvi nenhum Sr. Deputado explicar o que é que se pretende com essa modernização da frota. O que é que se quer fazer com a frota que neste momento existe nos Açores, que é cada vez mais incipiente? Eu convido os Srs. Deputados a requererem ao Governo... Eu não preciso de requerer porque sei, mas convido os Srs. Deputados a requererem ao Governo o que é que foi a evolução da frota dos Açores nos últimos vinte anos, para percebermos nos últimos dez anos e nos últimos quatro a que é que ficou reduzida a frota de pesca da Região Autónoma dos Açores.

E mais, há uma preocupação e há indicadores que nos vão ficando na memória sobre o que é que vai ser o futuro da frota de pesca dos Açores, vai ser um futuro miserável, e eu vou explicar porquê: a União Europeia, neste momento, tem diretivas e tem uma política que assenta na proteção da pesca local. Ora, nos Açores, a pesca local, que já modernizou bastante as suas embarcações nos últimos vinte anos, ou seja, passámos de embarcações de boca aberta para embarcações cabinadas e semi-cabinadas, que deram condições de habitabilidade aos pescadores, mas que não aumenta a área de intervenção dessas embarcações, ou seja, não permite irem muito além das vinte milhas, trinta milhas ou cinquenta milhas da costa, o que faz com que desenvolvamos o exercício da pesca em cima dos recursos que existem à volta das ilhas e apenas à volta das ilhas. E à volta das ilhas, nomeadamente das ilhas que têm frotas mais poderosas — São Miguel e Terceira —, esses recursos já são muito poucos e as áreas onde se pode trabalhar esses recursos são ínfimas.

A Região já não tem frota para ir mais além. Neste momento, a Região tem duas embarcações, dois palangreiros, com mais de 24 metros. Chegou a ter trinta. Tem dois palangreiros com mais de 24 metros com capacidade para irem trabalhar nos bancos da Zona Económica Exclusiva e fora da Zona Económica Exclusiva. Tem dois navios a trabalhar no *longline*, que a gente nem sabe bem onde é que eles andam. São registados nos Açores, mas nem sabemos bem onde é que eles exercem a pesca e onde é que eles não exercem a pesca.

Portanto, falar de modernização da frota, é preciso consubstancializar essa parangona, é preciso explicar às pessoas o que é que é essa modernização da frota. E eu não ouvi isso de parte nenhuma. Se é para apenas criar condições de habitabilidade na frota local, então estamos conversados, porque não vamos ter recursos nem nos próximos dez anos, nem nos próximos cinco anos.

E este é que é o drama do setor na Região neste momento, é que nós não temos sequer capacidade de ir buscar os recursos onde eles existem. Por isso é que os espanhóis andam aí e vêm descarregar à Horta, por exemplo, o espadarte, com um *bycatch* de outras espécies que são admissíveis e que são, às vezes, superiores à descarga do espadarte. E é por isso que outras frotas vêm fazer, nas imediações da nossa Zona Económica Exclusiva, aquilo que devíamos estar a ser nós a fazer e que foi, eu diria, menosprezado por todos os governantes que estiveram no setor da pesca nesta Região, inclusivamente com perseguições pessoais a quem fez investimentos e a quem contribuiu para o histórico das capturas de algumas espécies altamente valorizadas nesta Região, como é o caso do goraz, dos beryx e do cherne.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Iniciativa Liberal esgotou o seu tempo.

Sr. Deputado Carlos Freitas, do PSD, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito obrigado.

Exmo. Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo da coligação, o XIII e o XIV Governo, nunca tomou a pesca como sendo, antes, agora e no futuro, o parente pobre da sociedade, como disse e referiu o Sr. Deputado o Gualberto Rita. Este Governo tem dignificado em muito o setor, um setor de extrema importância, como é o setor da pesca na nossa Região, por tudo aquilo que ela representa a nível económico, social, mas também cultural.

Ao contrário do passado, este Governo Regional está alinhado numa estratégia para o setor das pescas que seja sustentável, que seja eficiente e que seja competitiva, garantindo sempre um equilíbrio socioeconómico, mas também ambiental.

Não podemos esquecer que uma pesca sustentável implica deixar peixes suficientes no mar, evitando a sobrepesca, para que a sua população possa reproduzir-se de forma adequada, renovando-se de maneira contínua e permanecendo sempre produtiva e saudável.

Mas queria focar-me na valorização do pescado. Esta valorização que começa numa captura sustentável, com condições de higiene, conservação e manutenção do pescado a bordo das embarcações, garantindo sempre a sua excelência na fase da comercialização.

É com este Governo de coligação que o preço de pescado aumentou muito significativamente na nossa Região, atingindo até valores históricos, fazendo com que aumente também o rendimento em todo o setor.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Sempre com um princípio bem patente: a diminuição do esforço de pesca é compensada com a valorização deste produto de valor acrescentado, que é o nosso peixe.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas vamos a factos: por exemplo, uma espécie bastante capturada

nos nossos mares, a lula, em 2019, atingiu um preço médio anual nos Açores de 7,72 euros; em 2023, disparou para um preço médio anual por quilo de 9,74 euros; este ano, em 2024, já vai em valores acima dos 10 euros por quilo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado José Ávila (PS): Não sabe porquê?

O Orador: Mas parece que estes valores incomodam o Sr. Deputado.

Deputado José Ávila (PS): Não incomodam nada. O senhor é que não sabe!

O Orador: Mas tenho mais exemplos: o caso do goraz, em 2019, tinha valores na ordem dos 10,50 euros por quilo nos Açores; em 2023, atingiu valores históricos, recorde que andou na média dos 18,24 euros; este ano, baixou ligeiramente, mas sempre com valores muito substanciais, nos 15,65 euros. Estou a falar de um aumento de mais de 80 % em relação a 2019.

Se passarmos para o imperador, em 2019, tinha um preço médio por quilo nos Açores de 21,12 euros; em 2023, de 31,62 euros; e, pasme-se, em 2024, já vai com valores de 34,72 euros de média. Um aumento de mais de 60 % por quilo no imperador.

Com estes resultados que acabei de elencar, não resta qualquer dúvida de que, relativamente às espécies demersais de profundidade — apresentei três exemplos e podia ter dado muito mais que os resultados seriam semelhantes, ou seja, um aumento da valorização do nosso pescado —, com a estratégia que está a ser implementada por este Governo Regional, temos uma resposta capaz...

Deputado José Ávila (PS): Estratégia?!

O Orador: ... às várias preocupações do setor, desde questões de sustentabilidade, monitorização, fiscalização, controlo, investigação e desenvolvimento socioeconómico.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Há que prosseguir este caminho, um caminho de reestruturação das infraestruturas de apoio, como já foi dito, das lotas, dos portos, dos sistemas de frio, das gruas e pórticos, reforçando a qualidade dos serviços, da produção à comercialização.

Parece que o PS não tem memória. Parece que o PS não sabe como deixou este setor no fim de 2020.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ó senhor, pelo amor de Deus!

O Orador: Reforçar a promoção do nosso pescado em mercados internos e externos, por forma a que seja cada vez mais valorizado, fixando mais rendimento para quem exerce esta nobre profissão de pescador, tem sido um desígnio deste Governo Regional.

E também gostava de aproveitar a oportunidade para perguntar ao Sr. Secretário...

Deputado Carlos Silva (PS): Pode ser que o Sr. Secretário agora responda a si, já que não responde ao PS.

O Orador: ... acerca de duas situações na ilha do Pico, nomeadamente o ponto da situação do Porto das Ribeiras e também do Porto do Calhau, no concelho da Madalena.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra à Sra. Deputada Hélia Cardoso, do Chega.

(*) Deputada Hélia Cardoso (CH): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Gomes, eu também sou a favor de manutenções programadas, mas às vezes as reativas são necessárias. Neste momento, não há meios para tirar os barcos no Porto de Pipas e em São Mateus. Há aviso de proximidade temporal, os pescadores querem tirar os barcos de água e não conseguem. Estão a recorrer a empresas privadas. A minha pergunta é: como é que uma empresa privada com uma estrutura bem mais pequena consegue resolver o problema, e o Governo Regional com toda a sua estrutura não consegue?

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Gomes, do PSD, tem palavra.

(*) Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente. A Sra. Deputada Hélia tocou aqui numa questão que também convém aqui referir. Realmente, como disse há pouco, na ilha Terceira está a acontecer um problema grave, fruto de todas aquelas circunstâncias que já referi.

Deputada Olivéria Santos (CH): Não é só na Terceira, é nos Açores todos!

O Orador: No entanto, há aqui que ressaltar a excelente ligação entre a Secretaria das Pescas...

(Burburinho)

Como disse há pouco e vou voltar a repetir, os três pórtricos da ilha Terceira estão e estavam num estado lastimável.

Deputado Carlos Silva (PS): E continua lastimável, mais ainda!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Claro, a culpa é do PS!

O Orador: E neste momento, também graças à boa interligação entre o Governo Regional, a Lotaçor e a Portos dos Açores, e fruto também da grande requalificação que está a ser feita no Porto de São Mateus, no pórtico... Não é o ideal, as embarcações sempre que precisam de alguma vistoria ou de alguma manutenção têm ido para o Porto de Pipas. E nesse espaço, o pórtico do Porto de Pipas já teve pequenas avarias ao longo desses últimos meses, que têm sido reparadas rapidamente, para que a ilha Terceira não fique sem um pórtico. Portanto, essa situação a que se está a referir só se foi hoje ou ontem. Ainda a semana passada, com a vinda deste último mau tempo que assolou os Açores, foi tudo garantido, portanto, as embarcações conseguiram ir todas para o Porto de Pipas. Mesmo no Porto de São Mateus, através dos privados, todos conseguiram ir para terra. E, portanto, não aconteceu nenhuma situação anormal com as embarcações, como podia acontecer com o mau tempo. Realmente, tudo tem funcionado bem. A paciência dos pescadores e a boa compreensão também tem ajudado.

E como disse também na minha intervenção inicial, quando o pórtico de São Mateus ficar completamente pronto... O da Praia está parado, vai ser necessária também uma grande manutenção. E o do Porto de Pipas, que tem aguentado agora com todas essas varagens que têm acontecido.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima, do Chega.

(*) Deputado Francisco Lima (CH): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, ouvindo este debate realmente com muita atenção, também chego a uma conclusão e é uma pergunta até para o Governo: qual é a falta de dinheiro, para continuar a imputar ao PS a responsabilidade? É porque entretanto já passaram quatro anos. Daqui a dez anos, vamos continuar a imputar a responsabilidade aos outros?

Qualquer pessoa compra um carro velho, mesmo a cair de podre, mas ao fim de quatro anos já reparou o carro. Está tudo a cair de podre. As gruas estão a cair de podre. Isso acaba por ser desculpa de mau pagador. Está tudo avariado. Há falta de manutenção. Por vezes, uns baldes de graxa resolvem o problema. É um abandono total. Não me venham dizer que não tiveram, em quatro anos, tempo para fazer melhor do que o que existe. É uma desgraça. Os protocolos com Juntas de Freguesia que são donas de gruas, mas não reparam porque não têm verba. Tudo funciona mal.

Se o Estado não tem capacidade de manter os equipamentos, faça outro modelo, privatize as gruas. Eu tenho a certeza de que se as gruas fossem privadas, elas não estavam avariadas, até porque, e já foi dito aqui pela minha colega, os privados estão a socorrer a Administração, que com muito menos verba, com muito menos dinheiro têm as suas gruas funcionais.

E, portanto, o que existe aqui é uma falência total do Estado, que não tem capacidade de gerir nada. E parece que, quanto mais dinheiro pomos nos problemas, mais eles crescem.

É preocupante que um Governo que já está em governação há quatro anos continue a imputar a maioria das responsabilidades ao anterior Governo. Tem de chegar a uma altura de dizer: chega, vamos resolver os problemas!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Mário Tomé, do Partido Socialista, tem a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Antes de mais, o PS, após esta discussão toda, trouxe a debate um assunto de extrema importância para aproximadamente dez mil pessoas que estão ligadas de uma forma direta e indireta ao setor das pescas e, nomeadamente, aos três mil açorianos que estão de uma forma mais direta. Isto não se trata de fingimento, mas acima de tudo de uma preocupação de nós todos perante o atual estado que o setor está a atravessar.

Naturalmente, ter em conta também dois pressupostos: um dos pressupostos tem a ver com o novo quadro comunitário que vai entrar em vigor, o FEAMPA Pescas, que é de extrema importância para Portugal e para os Açores, que nos permite modernizar a frota, respondendo diretamente ao colega Nuno Barata, e também a parte da reestruturação.

Perdoem-me, mas fiquei estupefacto com o que ouvi aqui de alguns colegas e do Sr. Secretário, a dizer que, de facto, até agora não se fez nada em relação à preservação dos recursos e à proteção destas espécies para as gerações vindouras. De facto, o Sr. Secretário, por razões da sua carreira profissional, pela experiência que tem e pelo legado que tem, teve sempre um papel importante num conjunto de decisões que o Governo anterior tomou em relação a medidas precaucionárias que visaram a sustentabilidade, sempre numa estratégia clara. Nessa medida, naturalmente, o Partido Socialista não fez nada perfeito. Aliás, a questão dos portos é uma coisa curiosa, seja qualquer Governo que esteja em funções... Nós tivemos recentemente o furacão Lorenzo, tivemos o Efrain, que vão sempre afetar as infraestruturas portuárias, e essas vão carecer sempre de uma manutenção adequada que vise a segurança não só dos pescadores profissionais, mas de todos

utilizadores do mar. Não se esqueçam que os açorianos são todos utilizadores do mar.

Por isso, nós promovemos este debate de urgência, para esclarecer. E saímos daqui com poucos esclarecimentos. Foi preciso o Partido Socialista promover este debate para a Sra. Ministra vir para a comunicação social dizer, de forma clara, que vai ter x milhões para o programa de reestruturação da frota.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Foi por causa do debate!

O Orador: Mas a verdade é que os pescadores açorianos querem saber, preto no branco, aqueles pescadores que pescam no Princesa Alice, que pescam no banco D. João de Castro, que que pescam no Condor, o que é que lhes vai acontecer amanhã quando as Áreas Marinhas Protegidas estiverem em vigor. A questão de fundo é esta.

E vou referir o que disse a Sra. Deputada Catarina, o Sr. Deputado Jaime Vieira e o Sr. Secretário: o setor da pesca concorda todo com a implementação já amanhã das Áreas Marinhas Protegidas. Digam-me quais são os pescadores que concordam que isto seja feito já amanhã. Qual é a área? Quem são esses pescadores?

Portanto, eu penso que isto é um assunto que carece de muita maturação. Por esse motivo, nós promovemos este debate. Relativamente ao debate que teremos sobre as AMP, o Partido Socialista vai apresentar um conjunto de propostas de alteração que visam essa reestruturação.

E a primeira pergunta que lhe faço, Sr. Secretário, porque o senhor falou num plano de reestruturação que já está feito há não sei quanto tempo: diga-me, na proposta ou na anteproposta de Plano de Orçamento para 2025, qual é o valor que está afeto ao plano de reestruturação? Isto não é só para o Partido Socialista saber o que o Governo pensa, é para os pescadores açorianos e toda a fileira da pesca saber o que é que vai acontecer. É muito bonito falar, mas é preciso mais ação. E

esta ação tem de obrigar ao compromisso de todos nós aqui.

Ninguém coloca em causa a implantação de áreas marinhas. Aliás, nessa matéria, nós já temos dado vários exemplos, e não só nos governos do Partido Socialista, reparem: em 1991, o governo não era do Partido Socialista, nós tínhamos 959 embarcações registadas na frota dos Açores. Quer os governos do PSD, de uma forma gradual, e os do PS, ao longo destas décadas todas, têm reduzido o esforço de pesca, têm reduzido a frota pesqueira. Temos quinhentas e poucas embarcações.

Em 2018, o governo do PS apresentou um plano de reestruturação que envolvia não só áreas marinhas, mas medidas preventivas, como foram feitas, quando se diz aqui que não se fez nada.

A implementação de quotas para espécies residentes foi feita por quem? Isto não é uma medida precaucionária, meus senhores?!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: O tamanho mínimo dos anzóis foi feito por quem?

A diminuição da arte de palangre de fundo em toda a orla costeira dos Açores foi feita por quem? Isto não são medidas preventivas?! Os senhores não falem meramente por falar.

É verdade que há muito a fazer, mas também é verdade que é preciso transmitir lá para fora, Sr. Secretário, de uma forma mais direta, chamando as comunidades piscatórias, olho no olho, apresentando os mapas, o que é que vai ser feito com estas pessoas, onde é que eles vão pescar, quais são as alternativas, porque, deixando de pescar aqui, vão ter de pescar noutra sítio, aumenta o esforço de pesca. Quais são os planos de abate? São essas as questões que preocupam o Partido Socialista.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Dou agora a palavra à Sra. Deputada Olivéria Santos, do Chega.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Devo começar a minha intervenção referindo que eu nutro por este setor um carinho muito especial. Eu sou, orgulhosamente, filha de um pescador, um lobo do mar, do Porto da Caloura, na Vila de Água de Pau, onde eu resido, com muito orgulho. Sou sobrinha de tios pescadores, sou prima de pescadores. Portanto, é um setor que eu estou habituada a lidar de perto desde pequenina.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

A Oradora: Conheço as dificuldades, porque o meu pai trabalhava num barco de boca aberta. Tenho um tio que é armador num atuneiro. Portanto, conheço as diferenças, o que é sair para o mar, o que é vir tarde, o que é sair à meia-noite, conheço.

Falando com os meus familiares e falando com amigos pescadores, que também tenho, falando com pescadores de Água de Pau e de outras localidades, entristece-me ouvi-los dizerem que se sentem abandonados. Entristece-me ouvi-los dizerem que estão esquecidos. Entristece-me eles dizerem que a pesca vai acabar. Tudo menos isso, Sr. Secretário. A pesca não pode acabar. Não podemos acabar com a pesca nos Açores. Nós precisamos dos pescadores. Esses pescadores precisam de trabalhar porque têm famílias para alimentar. Isso é o ganha-pão deles, não têm onde ir buscar mais dinheiro.

E por falar em dinheiro, Sr. Secretário, onde é que andam os apoios do POSEI, que continuam atrasados?

Deputado José Ávila (PS): À espera de um rateio!

A Oradora: O que é que se passa com esse POSEI, que está sempre atrasado? São tantos os problemas. E agora é mais um problema. Vamos entrar no inverno, virá o mau tempo, vai ser difícil sair para o mar. Onde é que estão esses apoios?

Esses pescadores precisam urgentemente, como de pão para a boca, destes apoios. Muito obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Olivéria Santos.

A Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Não se registando mais inscrições, eu darei a palavra à bancada do Partido Socialista, que é a promotora do debate de urgência.

(Pausa)

Sr. Deputado José Pacheco, do Chega, faça favor.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vamos puxar pela língua. Ó Sr. Secretário, eu não recebi no meu e-mail, penso que ninguém recebeu. Onde é que está o plano estratégico? Onde é que está o compromisso com os pescadores? Não sou eu que pergunto, são os pescadores que perguntam. O senhor tem de se comprometer neste plenário. Para haver reservas, tem de haver um plano estratégico. Quais são as reservas? Onde é que são? Como é que são? Quanto tempo duram? Como é que são feitas? E os pescadores vão viver de quê? A não ser que este Governo assuma, como já assumiu o Partido Socialista, que vamos pegar nos pescadores e vamos mandá-los todos para o RSI. Olhe, da nossa parte, queremos acabar com o RSI. Os

senhores querem alimentar o RSI. Não contem connosco! Os senhores têm de comprovar aqui que há um plano para os pescadores, para a pesca dos Açores, caso contrário não contem connosco!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor está aí, Sr. Secretário?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas.

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar aqui pelo Sr. Deputado José Pacheco, para falar no “enrolar na areia”. Eu não discordo de V. Exa., com um pequeno senão: quando nós falamos destes processos, é preciso pôr um palavrão que se chama sustentabilidade. E a sustentabilidade leva-nos a pensar naquilo que o Sr. Deputado Nuno Barata levantou: como é que nós adequamos o tamanho da frota com a disponibilidade dos recursos disponíveis? Este é um trabalho difícil, Sr. Deputado. Não é um trabalho fácil.

Também responder-lhe relativamente à parte da frota chinesa que foi identificada. Qual foi o comportamento do Governo Regional? Quando o Governo é notificado pelos armadores...

Deputado José Pacheco (CH): Os senhores vão continuar nessa palhaçada, a dizer que não há chineses a pescar nos Açores?!

O Orador: Ouça, eu não lhe disse isso, Sr. Deputado. Eu vou-lhe dizer o que é que o Governo fez.

Presidente: Sr. Deputado José Pacheco, eu peço o favor de permitir que o Sr. Secretário continue a sua intervenção.

O Orador: Quando o Governo foi notificado pelos armadores da Região

Autónoma dos Açores, a Sra. Diretora Regional das Pescas notificou isso à Sra. Inspetora. E a Sra. Inspetora o que fez foi notificar o Centro de Vigilância Nacional. E o Centro de Vigilância Nacional fez o que o país tem de fazer, Sr. Deputado. Funciona assim. Este é o processo. Não foi nem o Secretário, nem a Diretora Regional, nem a Inspeção que mandou nenhum navio ou que enviou nenhum avião, está bem?

Deputado José Pacheco (CH): Não foi o Chega, de certeza! Foi o Bloco de Esquerda!

O Orador: O Centro de Vigilância Nacional não detetava nos seus sistemas nenhuma embarcação chinesa na Zona Económica Exclusiva. Contudo, por medidas precaucionárias, entendeu mover meios para a Região para provar isso. E provou que não tinha nenhuma embarcação chinesa na área.

Diz-me o senhor: bem, mas isso é a teoria. É o que é. O país tem esta forma de trabalhar e de reagir relativamente aos processos de vigilância.

Sr. Deputado Nuno Barata, o Sr. Deputado não pode desistir. O pior que podíamos fazer era os políticos desistirem deste processo e desacreditarem o processo porque não têm confiança no futuro. Isso não pode acontecer, não deve acontecer, é um mau sinal.

Eu acho que o senhor não ouviu o que eu disse da tribuna. Eu disse-lhe da tribuna quatro coisas importantes: a primeira é que a reestruturação é um processo participativo, não é um processo do Governo. O Governo não traz isto como ali o Sr. Deputado Gualberto Rita propõe. Nós fazemos isto com a minha equipa e com a equipa que trabalhou com o Partido Socialista nos governos anteriores. Nós produzimos isto num dia, num dia fazemos isto. Somos até capazes de dizer qual é o valor que está associado a isto. E, depois, na próxima legislatura, estaremos exatamente aqui a perguntar o que é que fizemos e porque é que não resultou.

E, portanto, nós estamos a trabalhar é com o setor, para tentar perceber como é que nós podemos verdadeiramente e de forma sustentada fazer isso.

Segundo, Srs. Deputados, eu começo a perceber que nós, na reestruturação do setor, temos um problema. E o problema está nos políticos. É preciso dizer isto. Porque este processo, se quiserem que seja sério, tem de ser um processo de longo prazo. Foi o que eu disse e voltei a dizer ali.

Terceiro, o processo requer um trabalho político paralelo ao trabalho técnico que está a ser feito, nomeadamente nesta quadratura entre as regiões autónomas, o país e a comunidade europeia.

Depois, é preciso um compromisso político para este processo. E, portanto, estes foram os quatro temas que eu daquela tribuna chamei a atenção.

Relativamente ao Sr. Deputado António Lima, eu confesso, Sr. Deputado, que não concordo consigo. Eu não penso que haja uma divergência generalizada relativamente ao processo das Áreas Marinhas Protegidas. É preciso sermos sérios, porque quem desenhou o polígono das Áreas Marinhas Protegidas não foi o Governo Regional. O Governo Regional coordenou o processo participativo e chegámos ao desenho que temos. Agora, ouça-me com atenção: temos uma divergência que tem a ver com a proporção de impacto que o Governo Regional estima, que alguns parceiros não concordam com essa metodologia.

Ora bem, o Governo, numa perspetiva de transparência, enviou já um processo, como tínhamos prometido, à Universidade dos Açores solicitando que confirme se as análises que foram feitas pelo Governo Regional para a avaliação destes impactos correspondem ou não ao valor estimado. E, portanto, estamos à espera desse estudo. E vamos chegar lá.

Perguntam: então, onde é que está o plano estratégico? Ó meus senhores, o Sr. Deputado Mário Tomé acabou de dizer aqui que o Partido Socialista vai apresentar propostas. Qual é o polígono no final que vai sair daqui? É o polígono que está proposto, ou há alterações a esse polígono?

Portanto, nós podemos trabalhar sobre as propostas socioeconómicas que serão incorporadas no âmbito da reestruturação do setor quando tivermos o polígono

definido, correto? Portanto, esse processo é um processo que está a decorrer em paralelo.

E ao contrário do que o Sr. Deputado Nuno Barata diz, o setor conhece, o setor discutiu isto, o setor sabe, Sr. Deputado Mário Tomé, o que é que vai acontecer, quais são as áreas que têm, as áreas onde não podem funcionar.

Deputado Mário Tomé (PS): Não é verdade!

O Orador: Portanto, não é verdade, não é sério, Sr. Deputado Mário Tomé, dizer que o setor não conhece as áreas que estão limitadas ao setor.

Sr. Deputado Gualberto Rita, o senhor é o último Deputado, é a última pessoa na Região Autónoma dos Açores que pode vir a acusar o Secretário Regional daquilo que o senhor veio acusar, porque o senhor tem grandes responsabilidades na situação atual, está bem?

Deputado João Vasco Costa (PS): Era o que faltava!

O Orador: E, portanto, não conte com o Governo Regional, não conte com este Secretário para vir vender a banha da cobra e dizer: está aqui, são quarenta milhões.

Deputado Gualberto Rita (PS): Três anos, Sr. Secretário! Onde é que está esse plano?

O Orador: Não, Sr. Deputado, o Secretário não vai fazer isso.

O senhor enumerou na tribuna um conjunto de frases que saíram diretamente do processo participativo, o que significa que o senhor está a acompanhar ou que pelo menos está a chegar, e é bom que assim aconteça, na rua o que está a ser discutido no processo participativo de reestruturação do setor.

Por último, Sr. Deputado Carlos Freitas, relativamente ao Porto do Calhau e ao Porto da Ribeira: o Porto do Calhau, enfim, está praticamente concluído, falta realizar apenas a vistoria para efeitos da renovação provisória da obra; o Porto da Ribeira, do Pico, a informação inicial do procedimento já decorre na Secretaria Regional das Infraestruturas, tem como valor de procedimento na ordem dos 2

milhões de euros.

Quero só fechar aqui com a Sra. Deputada Olivéria relativamente ao POSEI. É preciso perceber porque é que o POSEI está atrasado. Hoje mesmo começou a ser pago o POSEI à produção relativamente a 2023. Portanto, é uma mera coincidência.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Olhe que coincidência!

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado José Ávila, do PS, tem a palavra.

(*) Deputado José Ávila (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria começar por dizer que não é verdade que este Governo tenha procurado diálogo com os pescadores. Isso não é verdade.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Relativamente a este assunto e quando vem a debate a proteção do mar dos Açores, este Governo incentiva a pressão sobre os recursos noutras ilhas. Quando se fala em proteção do mar dos Açores, o anterior governo do PSD, do CDS-PP e do PPM, do qual o Sr. Secretário era Diretor Regional, aceita repensar reservas já instituídas.

Deputado Mário Tomé (PS): Exatamente!

O Orador: Quando se fala na proteção do mar dos Açores, o anterior governo do PSD, do CDS-PP e do PPM abre uma exceção em algumas ilhas para a apanha das lapas, espécie sujeita a defeso. Como se pode falar em proteção do mar dos Açores se não é visível qualquer esforço para proteger os pescadores, os apanhadores, os comerciantes e os industriais? Com esta maneira de atuar, este

Governo e o anterior fazem que querem, mas verdadeiramente não querem.

O plano de reestruturação do setor não aparece e devia ser conhecido antes da implementação das Áreas Marinhas.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: E o estudo que o senhor disse que pediu à universidade, pediu a quem? Era importante saber.

A renovação da frota, a monitorização e a fiscalização efetiva e permanente do mar dos Açores, a implementação de medidas de cogestão, a diversificação das atividades de pesca e a sua valorização são chavões muito falados, mas que demoram a ser postos em prática.

Mas a montante é preciso resolver problemas, Sr. Secretário, que, ao que parece, não incomoda nada o Governo. A gestão das quotas tem sido um desastre.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: O plano de gestão de recursos, nem o ver. A Secretaria do Mar e Pescas, nestes quatro anos, não produziu qualquer legislação, qualquer plano. Os rateios surgiram no chamado POSEI Pescas. Há quatro anos, têm sido referidos problemas em portos de pesca. Os novos regulamentos de alguns portos de pesca feitos na Região foram feitos à revelia dos pescadores. Não estão a ser cumpridos e ninguém fiscaliza.

Os pescadores também vivem e trabalham nestas ilhas e querem um bom futuro para os vindouros. Quando surgiram problemas e alertas relativamente à falta de recursos, muitos tomaram decisões em abandonar as artes mais predadoras. Aumentámos os tamanhos dos anzóis com o objetivo de aumentar assim do tamanho mínimo de algumas espécies, mas, não obstante, o atual Governo, muito recentemente, voltou a licenciar os palangreiros.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pois é!

O Orador: É claro que os pescadores que se preocupam sentem que o seu esforço foi em vão e que esta inquietação com os recursos afinal só existe no papel.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Por vezes, reverter decisões pode ser necessário, Sr. Secretário, para corrigir os erros, mas o que o senhor anda a fazer, nomeadamente a anular decisões tomadas em setembro do ano passado, afeta a confiança dos pescadores. Isto é brincar com quem trabalha.

Sr. Secretário, se não consegue cumprir os compromissos do Governo anterior, suportado pelos mesmos de partidos, prometeu o que prometeu, um Governo do qual o senhor teve responsabilidades como Diretor Regional dos Assuntos do Mar, portanto, da mesma Secretaria que o senhor tutela, alguma coisa está mal.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: Por fim, enquanto a análise de setor for feita utilizando a avaria de gruas ou de portos de varagem, está tudo dito. Falam em planos falhados, pois bem, é natural, mas não desejável, que não se cumpram os 100 % de um plano qualquer. Mas quando não há plano, não há que falhar.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira, do PSD.

(*) Deputado Jaime Vieira (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Depois de ouvir as últimas intervenções do Partido Socialista, eu não podia deixar de vir aqui, em primeiro lugar, dizer, Sr. Deputado Gualberto Rita, que o capacete que eu tenho de usar será um mesmo que o senhor usou noutros tempos. Por isso, peço a sua ajuda para que, efetivamente, indique qual é o capacete.

Dizer o seguinte: aquilo que nós temos observado, de uma forma muito rápida, é que parece que andamos num mundo em que até 2020 não havia problemas, em

que até 2020 os problemas não existiam, e que a partir de 2021, este Governo que tenta resolver, está tudo mal e nada faz de bem.

Depois de hoje as diversas intervenções aqui deste lado da bancada terem enumerado várias medidas que este Governo efetivamente já tomou e vai tomar, mas os senhores nunca estão satisfeitos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não somos nós, são os pescadores e os profissionais da pesca!

O Orador: Para os senhores estarem satisfeitos eram preciso que deste lado vivessem como viveram nos outros anos anteriores, com o desespero de alguns pescadores e com uma comunicação social, diária, mas diária mesmo, a apelar para que se desse um rumo nas pescas. Hoje em dia isto não acontece.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Queria também dizer que quanto à reestruturação do setor, se o Governo diz que ouve o setor, se o Governo diz que tem preocupação em ouvir quem está no dia a dia, falando com os armadores, falando com todo o setor, os senhores não concordam. Se dissessem que não falam com ninguém, também não concordavam. O que é que efetivamente os senhores esperam que este Governo faça? Ao menos também contribuam para isso, porque desta parte já foi dito que têm falado para criar um plano. Isto, efetivamente, é a realidade. Incomoda-vos porque queriam que se fizesse o contrário.

Sr. Secretário, que a sua Secretaria continue a fazer o muito bom trabalho que tem vindo a fazer para resolver os problemas estruturantes que a pesca atravessa.

Sim, porque temos consciência de que nem tudo está bem. Sim, nós temos consciência de que em algumas localidades as coisas não estão como nós queríamos. Mas não é de agora, é do passado.

Deputado Carlos Silva (PS): O que está mal é culpa do PS, mas o que está bem é mérito vosso.

O Orador: São coisas estruturantes. Dizer que efetivamente agora está tudo mal

não é verdade. Estamos a melhorar. Nem tudo se consegue fazer, mas isso leva efetivamente o seu tempo.

Sim, no vosso governo também legislaram para os palangreiros. Sim, no vosso governo, em 2010, como já referido, Marcelo Pamplona deu autorização de barcos a quem se mexia. E a partir daí foi o caos das pescas.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Não há mais inscrições na Mesa.

Vou dar a palavra à bancada do Partido Socialista para, utilizando os 23 segundos, fazer o encerramento do debate. Dou a palavra ao Sr. Deputado Gualberto Rita.

(*) **Deputado Gualberto Rita (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Serei rápido. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Após o debate que aqui se gerou, constatámos que foi preciso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista Açores solicitasse um debate de urgência sobre a reestruturação do setor das pescas, para que o Governo começasse a falar em estratégias e medidas para compensar o setor.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: No entanto, até agora, continuamos sem valores definidos ou medidas concretas que garantam o futuro deste setor tão vital para os Açores.

Esta contínua falta de clareza demonstra, mais uma vez, que os nossos pescadores estão entregues à sua própria sorte, sem o apoio que merecem.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar porque já ultrapassou o seu tempo.

O Orador: O Governo continua a falhar, com promessas vagas, enquanto a sustentabilidade das nossas comunidades piscatórias que fica cada vez mais em risco.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não abdica de exigir respeito e medidas concretas para os pescadores açorianos. O futuro das nossas pescas depende de ações reais e não de palavras vazias.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, damos por terminado o primeiro ponto da nossa agenda.

Peço aos líderes parlamentares para se abeirarem da Mesa, por favor, bem como ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, foi consensualizado, interrompemos aqui os nossos trabalhos e retomamos às 15 horas, com o segundo ponto da agenda.

Muito obrigado. Bom almoço.

Eram 11 horas e 41 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Eram 15 horas e 14 minutos.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com o segundo ponto da agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XIII — “Aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período compreendido entre 2025 e**

2028”. É, naturalmente, uma proposta do Governo Regional, inserida no processo comum de análise e debate.

Os tempos já estão definidos: o Governo Regional, o PSD e o PS dispõem de 20 minutos; o Chega, de 14 minutos; o CDS-PP, de 12 minutos; e as restantes Representações Parlamentares, o PPM, o Bloco de Esquerda, a Iniciativa Liberal e o PAN, de 10 minutos.

Para a apresentação do diploma, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dando cumprimento às obrigações decorrentes da prestação de informação e de compromisso com o rigor das finanças públicas, o Governo Regional submete à aprovação nesta Casa o decreto legislativo regional que aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período compreendido entre 2025 e 2028.

Esta proposta cumpre uma exigência legal prevista no n.º 2 do artigo 17.º e no artigo 20.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas e dá resposta a uma necessidade de alinhamento com os princípios da transparência e rigor orçamental que devem pautar a nossa gestão pública. E referir também que responde desta maneira àquilo que tem sido uma crítica frequente do Tribunal de Contas relativamente à não apreciação e aprovação deste quadro plurianual.

E só para sublinhar, cito o n.º 2 do artigo 17.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas: “A elaboração dos orçamentos é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental que tenha em conta as perspetivas macroeconómicas apreciadas e discutidas pelo Conselho.”

E no artigo 20.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, nomeadamente no seu n.º 5, vem especificada razão pela qual, anteriormente, nos anos em que foi

cumprido, ainda assim o Tribunal de Contas levantou questões, porque era apresentado por departamento do Governo e não por programa. E, nesse sentido, cito o artigo 20.º, n.º 5: “O quadro plurianual de programação orçamental define ainda os limites de despesa para cada programa orçamental, para cada agrupamento de programas e para o conjunto de todos os programas, os quais são vinculativos, respetivamente, para o primeiro [para cada programa orçamental], para o segundo [agrupamento de programas] e para os terceiro e quarto anos económicos seguintes.” É isso que tentamos cumprir. E é sobre isso que o Tribunal de Contas, mesmo quando havia este documento, levantava questões. Este quadro tem em consideração os dados macroeconómicos da Região, bem como as previsões de receitas próprias, as provenientes dos fundos comunitários, as transferências do Orçamento de Estado e os dados relativos à despesa pública regional.

Este processo é importante para garantirmos a tal gestão financeira equilibrada e sustentada que permita promover o desenvolvimento económico e social dos Açores.

É preciso reconhecer, e aqui assumimos, que no ano transato este quadro não foi apresentado. E também reconhecer que este foi apresentado com 15 dias atraso relativamente ao dia 31 de maio, que é quando é previsto apresentar-se. Peço compreensão face, naturalmente, ao período que estivemos a viver, de elaboração dos documentos orçamentais no início de uma nova legislatura.

Não posso, no entanto, também deixar de sublinhar que em futuras revisões da Lei das Finanças das Regiões Autónomas será pertinente afinar alguns dos procedimentos subjacentes à elaboração deste quadro. O que aqui é apresentado reflete os valores que constam das orientações de médio prazo apresentadas e aprovadas nesta Casa em maio passado para o período 2024–2028 e abrange todo o perímetro de consolidação orçamental, o que inclui não só as administrações direta e indireta, mas também as entidades públicas reclassificadas.

Estamos, como disse e repito, a dar cumprimento a uma exigência do articulado da Lei das Finanças das Regiões Autónomas que eu citei e também àquilo que o Tribunal de Contas tem vindo a sublinhar, quer seja da tempestividade da apresentação, como também do conteúdo deste quadro, em função daquilo que referi do n.º 5 do artigo 20.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas. O Tribunal de Contas tem insistido todos os anos que seja apresentado e aprovado o decreto legislativo regional com um quadro plurianual, cumprindo os quatro anos seguintes, de forma a enquadrar devidamente o Orçamento da Região, que será submetido este Parlamento.

Este é um requisito formal que estamos a cumprir e que se insere de forma plena no processo de discussão orçamental que muito em breve terá lugar nesta Casa. Naturalmente, este quadro será atualizado em conformidade com as novas realidades e desafios financeiros que a Região terá de enfrentar nos próximos anos.

Permitam-me, contudo, salientar que este quadro integra a totalidade da despesa da Administração Regional no quadro de estabilidade das respetivas fontes de financiamento. Este documento prevê em todos os aspetos uma evolução conservadora das receitas próprias e assegura a execução do Plano de Recuperação e Resiliência e do programa “Açores 2030”, instrumentos fundamentais para o crescimento e a modernização da nossa economia.

É também importante referir que anteriormente os quadros plurianuais de programação orçamental apresentavam informação por departamento governamental, como eu referi, em vez de ser por programa orçamental, o que contrariava as exigências da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, nomeadamente o artigo 20.º, n.º 5, que eu acabei de citar. Esta foi uma situação várias vezes alertada pelo Tribunal de Contas, e que o Governo Regional corrigiu apresentando documentos que respeitam integralmente o quadro em vigor e estrutura idêntica, aliás, à do Orçamento de Estado.

A concluir, destaco que este quadro anual de programação orçamental deve ser, naturalmente, aprovado por esta Assembleia Legislativa antes da entrega de propostas de Orçamento para 2025, de modo a salvaguardar as exigências do Tribunal de Contas e a garantir uma gestão orçamental transparente e previsível. Disse.

(Neste momento, o Deputado Luís Garcia reocupou o seu lugar de Presidente da Mesa)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Está inscrito o Sr. Deputado Carlos Silva, a quem dou a palavra. Faça favor.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, começo pelo fim, não é verdade que o Governo Regional cumpra o que está disposto na legislação, em particular no artigo 20.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, e isso é claro no n.º 4 e no n.º 5, mas lá chegaremos. O Governo Regional cumpre com a apresentação, mas não cumpre com o conteúdo que é apresentado, que é escasso, a informação é incompleta e até contradiz muito daquilo que tem sido prometido pelo Governo Regional em várias áreas. E irei demonstrar exatamente isto que refiro.

E daqui concluimos que ou o Governo, por um lado, não sabe o que é que faz e é incompetente na apresentação deste quadro plurianual, ou então sabe mas persiste no erro, porque apresenta informação que é incompleta, que não cumpre com o disposto na Lei das Finanças das Regiões Autónomas, que viola a lei. Mas tenta branquear a realidade dizendo: nós estamos aqui a cumprir e até é necessária uma atualização da Lei das Finanças das Regiões Autónomas. Nós não colocamos de parte a necessidade de se atualizar a legislação, mas, enquanto ela existir da forma

que está, tem de ser cumprida. E o Governo não cumpriu nem cumpre com a legislação com a apresentação que aqui é feita.

E é claro, quando nós verificamos o que diz o artigo 20.º da Lei das Finanças Regiões Autónomas, no n.º 4 diz que o quadro plurianual de programação orçamental, e é importante reiterar a importância dessa informação, nós estamos no fundo a falar das projeções do Governo para os próximos quatro anos, em linha com aquilo que deviam ser as orientações de médio prazo. Mas o Governo não consegue cumprir com aquilo que promete.

E esse quadro plurianual deve definir os limites das despesas, mas também deve indicar os limites de despesa não apenas total, mas por programa orçamental. E o Sr. Secretário vem aqui agarrar-se que o anterior Governo divulgava a informação por departamento e não por programa, quando no essencial a informação é quase idêntica. Portanto, não é esse o problema, o problema é que o Governo agora apenas divulga por programa orçamental, mas para 2025. E basta verificar o que está no quadro. O Governo apresenta a informação para 2025. Para 2026, apresenta por subagrupamentos. Para 2027 e 2028, limita-se a apresentar o total. E, portanto, essa informação é incompleta, não cumpre com o disposto na legislação e, no fundo, o Governo está a violar de forma grosseira a legislação e tenta branquear a realidade como se fosse uma coisa menor.

Em segundo lugar, a informação que é prestada, apesar de ser incompleta, também revela contradições. E vejamos o caso da saúde e segurança social, que é a maior dotação disponível: o Governo Regional, no Orçamento para 2024, apresentou uma dotação para o programa de saúde e a segurança social a rondar os 600 milhões de euros. No quadro plurianual que agora apresenta, para o ano seguinte, 2025, o Governo passa de 600 em 2024 para 507 milhões de euros. O que é que isso significa? O Governo vai cortar no investimento na saúde e na segurança social em 100 milhões de euros? É disso que estamos aqui a falar?

Mas, depois, imagine-se, na anteproposta do Governo para 2025 o valor já passa

para 643 para o mesmo ano de 2025. Ou seja, o Governo diz neste documento, com base no quadro plurianual que agora apresenta, que o investimento na saúde e na segurança social ronda os 507 milhões de euros para 2025, mas na anteposta que apresentou aos parceiros sociais há dias diz que afinal são 643 milhões de euros. É uma diferença pequena, são 130 milhões de euros. Não é importante clarificar, está tudo bem. É isso que disse o Secretário das Finanças. Isso leva-nos para algo mais complexo, que é, no fundo, a forma negligente como o Governo tem gerido as finanças públicas da Região, que acha que um erro de 130 milhões de euros é algo menor, que não merece explicação. E que a violação da lei no que diz respeito à Lei das Finanças das Regiões Autónomas também não é algo que seja relevante e que mereça aqui um pedido de desculpas.

O Sr. Secretário vem pedir desculpa porque se atrasou 15 dias, mas esse não é o maior problema, o problema é mesmo não cumprir com a legislação na informação que devia ser divulgada e que não é.

Além da falta de rigor, da violação da lei e do retrocesso na prestação de informação, é importante reiterar isso, muitas vezes o Partido Socialista é acusado de que no tempo da governação não fazia A, B ou C, esse é mais um bom exemplo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E com razão, sempre com razão!

O Orador: ... de que durante os governos do Partido Socialista a informação apresentada era mais completa. Nós agora estamos a regredir na prestação de informação pública. E esse é mais um facto que deve ser realçado.

Por último, Sr. Secretário Regional, quando nós avaliamos aquelas que são as perspetivas de investimento para os próximos quatro anos, aquelas que são as perspetivas do Governo Regional no que diz respeito à gestão das finanças públicas, dos limites de endividamento, do desequilíbrio orçamental, é importante também que o Governo Regional diga de uma vez por todas se concorda e se aceita aquelas que foram as propostas do Partido Socialista no âmbito da

audiência do Orçamento relativamente, por exemplo, à gestão da dívida pública, à necessidade de se estagnar o limite da dívida no que diz respeito ao seu crescimento e também no que diz respeito ao desequilíbrio orçamental.

São muito evidentes os desequilíbrios orçamentais, basta realçar que até agosto de 2024 o desequilíbrio orçamental rondava os 150 milhões de euros. O Governo gasta mais do que aquilo que tem. E esse desequilíbrio materializa-se de forma significativa quando as receitas correntes não são suficientes para pagar as despesas correntes, estamos a falar de coisas muito simples como salários e todas as despesas de funcionamento da Administração Pública. E quando as receitas correntes que o Governo tem não são suficientes para cobrir essa despesa, isso leva a que o Governo recorra a receitas de fundos comunitários para financiar despesas correntes. Isso é preocupante e traduz bem o desequilíbrio e o desnorte na governação e na gestão do dinheiro público.

Portanto, era importante que o Sr. Secretário Regional aproveitasse o momento para dizer se concorda com a proposta do PS para limitar o crescimento da dívida pública, para reduzir em pelo menos 50 % as dívidas a fornecedores e para começar a corrigir o desequilíbrio orçamental que está a levar a Região para um beco sem saída e para um buraco financeiro, que cada vez fica mais difícil de sairmos dele.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) Deputado Francisco Lima (CH): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de começar a minha intervenção, eu gostaria de ler aqui o juízo de conta de

2019 sobre a conta apresentada pelo PS em relação a este quadro, que dizia: “Inexistência de um quadro plurianual de programação orçamental com a definição dos limites da despesa total com referência a programas orçamentais que servisse de referência à elaboração do orçamento.” Estamos a falar da mesma coisa. Ou seja, é aquele ditado popular: “Fala o roto do mal vestido.”

E chegando aqui à questão, o roto está identificado, não sei quem será o mal vestido, mas, manifestamente, este quadro é muito resumido e muito curto.

Nós também sabemos que as orientações a médio prazo lá estão, também sabemos que a cada orçamento esse plano é atualizado. E dito de outra forma, isso trata-se, ao fim e ao cabo, de uma redundância praticamente inútil.

Agora, mergulhando mais profundamente no que aqui vem, ficamos preocupados com o aumento da despesa, uma economia que não cresce. E a gente importa da República exatamente o mesmo problema. Nós já fomos ultrapassados pela Roménia. Há vinte anos, a Albânia tinha 14 vezes menos PIB do que Portugal, neste momento só tem três. Nós não crescemos. Temos os fundos comunitários e não crescemos. Isso é que é preocupante.

E também é preocupante a questão da troika, porque a troika veio em 2013 por culpa do Partido Socialista, é uma herança pesada, muito pesada. O António Costa, ex-Primeiro-Ministro, reverteu a troika, disse que acabou com a troika, mas os açorianos continuam com a troika. A não ser que o Governo dos Açores, na pessoa jurídica da coligação, goste muito da troika, eu acho que está na altura de falarem com o Governo da República para os açorianos e também os madeirenses se verem livres da troika.

E a questão da capitação do IVA acho que é muito relevante, porque nós estamos a ser altamente prejudicados. Essa questão de o diferencial fiscal ser imputado à capitação é uma injustiça, até porque quando os açorianos fazem compras online estão a pagar IVA à taxa normal. E, portanto, isso era uma maneira de equilibrar aquilo que no passado, até 2007, era assim. Nós fomos prejudicados com a troika.

E a não ser que tenhamos muitas saudades da troika, temos de reverter isso. Está na altura. Não sei se o Primeiro-Ministro atual... Ele não se tem revelado grande coisa para os Açores, não sei se depende do estado de humor, mas acho que estava na altura de o Governo dos Açores fazer uma pressão, fazer uma negociação, até porque, que eu saiba, o Governo da Madeira anunciou que os seus deputados, eventualmente, até vão votar contra o orçamento atual porque não contempla essa alteração ao sistema de capitação do IVA. E se for à espera da “norma cavaleiro”, eu não a vi lá e não sei se vai existir. Se calhar, vamos ficar todos apeados, porque vai haver cavaleiro e não vai haver cavalo. E, portanto, nós vamos ficar aqui mergulhados na troika.

De facto, vendo a questão do crescimento da economia, das orientações de médio prazo, é medíocre, 2 % em 2024. E não sei se vai ser, até porque a nível nacional estão a rever em baixa essas taxas de crescimento. E, portanto, ao fim e ao cabo, a gente está a crescer mais na despesa do que a nossa produtividade, do que o PIB, isso é claro. Já era prática no passado, com os Governos do PS, usar os programas ocupacionais para financiar o emprego. Isso até acabou E, portanto, estamos a financiar despesas correntes com, provavelmente, fundos comunitários.

E, neste sentido, eu gostaria que o Sr. Secretário me respondesse, uma vez que sobre o quadro está tudo dito, sobre a sua insignificância e irrelevância, se em relação à capitação do IVA tem boas novidades para esta Casa e para os açorianos. E sobre a revisão da Lei das Finanças Regionais, se já foi feito pelo menos um grupo de trabalho, ou se esse grupo de trabalho nem existe. E se há um prazo para que isso aconteça, uma vez que, objetivamente, não serve aos açorianos a Lei das Finanças Regionais.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, tem a palavra, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começando pelo Sr. Deputado Francisco Lima e concordando com boa parte da sua intervenção, desde sempre tem sido aqui citado que o cumprimento rigoroso da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, nomeadamente o seu artigo 17.º e em particular o artigo 20.º, causa alguma redundância, mas é o que está na lei, é o que o Tribunal de Contas tem vindo a reivindicar já há muitos anos.

E eu renovo aqui neste aspeto, vou tentar na leitura não ser demasiado confuso, mas o artigo 20.º, no ponto 5 diz que “o quadro plurianual de programação orçamental define os limites de despesa para cada programa orçamental, para cada agrupamento de programas e para o conjunto de todos os programas, os quais são vinculativos, respetivamente, para o primeiro [portanto, para o programa orçamental, é o que está aqui no quadro], para o segundo, para os terceiro e quarto anos económicos seguintes.”

Deputado Carlos Silva (PS): Mas aí é que está o problema, o segundo não está!

O Orador: E foi isso que em 2021 se tentou, naturalmente, cumprir, que em 2024 se está tentando cumprir. E tem o valor que tem em termos políticos e técnicos, mas que em termos jurídicos e para o Tribunal de Contas tem vido a ser sucessivamente levantado.

Em relação ao crescimento da economia, eu acho que os dados macroeconómicos dos Açores são por demais evidentes, estamos a crescer há quarenta meses consecutivos, temos a maior população ativa da história, temos a maior população empregada da história.

Deputado Carlos Silva (PS): De 2012 a 2020 cresceu sempre!

O Orador: Temos recordes sucessivos de receita do IRC. Sim, baixou-se o IRC. E a receita de IRC tem vindo a subir, mas muito, com muita pujança.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Estamos a falar, em dois, três anos, quase a duplicar aquilo que era em 2022. Isto revela uma economia pujante.

Mas não precisamos sequer dos dados. Andamos na rua, vemos o que se passa no turismo, na construção civil, na agricultura e vemos a pujança que a economia dos Açores tem neste momento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu acho que devíamos estar todos felizes e satisfeitos. E isto não é só trabalho do Governo e de quem o apoia, é trabalho de todos os açorianos, que vivem um momento ímpar de crescimento económico desta Região Autónoma.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Gostaria de dar ainda mais algumas notas relativamente àquilo que foi aqui a discussão. Foi referido os atrasos de pagamentos ou dificuldades, que já foram assumidos por mim, aliás, na comissão parlamentar. Mas também gostaria de dizer o seguinte: segundo o boletim da DGO, que devem conhecer, o prazo médio de pagamentos de junho de 2024 é igual ao de dezembro de 2020 e é igual ao de dezembro de 2019. Extraordinário!

Deputado Carlos Silva (PS): Isso deixa-o satisfeito?

O Orador: Nomeadamente (até sei de cor os números de 2018), a 31 de dezembro de 2018, o Governo Regional devia à SATA 62,9 milhões de euros. Percebe-se duas coisas: primeiro, o Governo estava a financiar-se com as verbas da SATA;

segundo, estava a desgraçar a SATA.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Muito bem!

O Orador: E é bom não nos esquecermos disto. E a 31 de dezembro de 2020, eram mais de 30 milhões de euros.

E, portanto, é evidente que neste momento a Região está completamente em dia com a SATA.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem.

O Orador: Nós temos compromissos também em nome do Estado Português com o plano de reestruturação que temos mesmo de cumprir. E é isso que estamos a fazer.

Mas, ainda assim, deixo duas notas para memória futura, e já não faltarão muitos dias: chamo particular atenção para, nos próximos dias, aquilo que as agências de notação hão de dizer e aquilo que o boletim da DGO vai dizer em relação ao prazo médio de pagamento a fornecedores, que acho que vai baixar significativamente. Não me quero adiantar aos dados. Fica aqui a referência, para atenção, naturalmente, da câmara. Depois, por altura da discussão orçamental, teremos todos, naturalmente, esses dados e poderemos ver se aquilo que eu estou aqui a sugerir se confirma ou não.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Lima, relativamente à exigência do Tribunal de Contas...

Deputado Francisco Lima (CH): Eu não sou governo, eles é que são.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Também é.

O Orador: ... com o Partido Socialista, à diferença de comportamento do Tribunal de Contas na exigência com o Partido Socialista e com o Governo atual, sobre isso eu não me posso pronunciar. Convém perguntar ao Tribunal de Contas porque é que o seu juízo é diferente quando o Governo apresenta aqui...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é uma insinuação?

O Orador: É verdade que ainda não teve oportunidade de o apreciar, reconheço isso, mas quando o quadro plurianual que é apresentado aqui apenas tem valores para 2025, e o senhor acha que está tudo bem, diz muito da posição do Chega e da sua parceria com o Governo.

Portanto, o senhor acha que está tudo bem quando só apresenta valores para 2025, quando o governo regional do Partido Socialista, em 2019, apresentava para os quatro anos. O senhor acha que isso era mau. E isso é bom. Mas é consigo, sobre isso não posso fazer nada.

Sr. Secretário Regional Duarte Freitas, a economia cresce, e ainda bem, mas cresce apesar do mau Governo que tem. Isso é um facto.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Nós nunca teremos qualquer problema em reconhecer quando a economia cresce, mas o Sr. Secretário não pode é negar as dificuldades que o seu Governo está a impor às empresas, às famílias e às instituições quando demora demasiado tempo a pagar a tempo e horas. E isso o senhor devia de reconhecer também, porque vir aqui alegar e utilizar o indicador de atividade económica que cresce desde 2020, dizem os senhores, há quarenta meses, se for por aí, o indicador cresceu entre

2012, desde a sua criação, até 2020.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: E nunca viram o Partido Socialista fazer disso uma grande bandeira. É o que é, um indicador. É importante analisar, mas isso não faz com que a economia esteja um mar de rosas. E esta expressão é minha, obviamente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É uma expressão saudosista!

O Orador: Relativamente ao prazo médio de pagamentos, o Sr. Secretário fica satisfeito quando o prazo médio de pagamentos apresentado no segundo trimestre de 2024 é o maior de sempre da sua governação. Está a crescer desde 2021 e isso deixa-o satisfeito, porque o seu padrão é sempre comparar com o que vem detrás. O senhor não consegue pensar para a frente, só consegue pensar para trás. E isso é paradigmático na sua governação.

O senhor vem falar da SATA, Sr. Secretário. As dificuldades que a SATA enfrenta hoje estão à vista de todos. Os problemas que ela tinha do passado, é verdade que tinha, não foram resolvidos, foram agudizados. Ela tem hoje mais problemas do que tinha em 2020, isso é evidente, as dificuldades são muitas.

O Sr. Secretário que explique como é que a SATA contrata empréstimos com taxas de juros de 10 %. O senhor acha isso normal? Acha satisfatório? Mas o senhor tem responsabilidades nesta matéria. O que é que o senhor diz em relação a isso?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É preciso ter lata para dizer uma coisa dessas! Fizeram o plano de reestruturação em cima da SATA! Isso é populismo! Isso é contra a Região e contra a SATA!

O Orador: Eu percebo que o Sr. Deputado João Bruto da Costa esteja incomodado com isso, mas é um facto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estou muito incomodado, é verdade! É o que os senhores nos obrigam a fazer!

O Orador: A SATA, hoje, vive uma situação financeira complexa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exato, não pode ter avales. Porque é que não pode ter avales do Governo?

O Orador: Ó Sr. Deputado, deixe-me falar. Isso não é um aparte, é uma intervenção que o senhor quer fazer sobre aquilo que eu estou a dizer. Está incomodado. Inscreva-se.

As dificuldades que a SATA enfrenta são muitas. Está hoje pior do que estava em 2020. É factual. Basta analisar os dados. Todo o dinheiro que já foi injetado na SATA com o plano de reestruturação já foi absorvido pelos prejuízos registados. E não é suficiente. É factual.

E o Sr. Secretário fala aqui do plano de reestruturação. O Partido Socialista tem um requerimento sobre os ACMI, para avaliar exatamente o grau de cumprimento face ao plano de reestruturação, e o Governo não responde há mais de sessenta dias. Não responde, Sr. Secretário, porque sabe que a informação é crítica.

Sr. Secretário, já que quer falar da SATA, explique porque é que a SATA está a recorrer a empréstimos para pagar salários, por exemplo. Explique ao Parlamento porque é que isso está a acontecer. É que não basta utilizar uma parte e não querer explicar a outra, é preciso explicar.

E voltando ao quadro financeiro plurianual, e termino já, foi questionado ao Sr. Secretário porque é que no quadro plurianual, no respeitante a 2025, para a saúde e segurança social, o valor inscrito ronda os 507 milhões de euros, mas na anteposta do Orçamento para 2025, o mesmo ano, o valor é de 643. O que é que explica este erro de 136 milhões de euros? Explique ao Parlamento.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, a certa altura, cuidei que estávamos a discutir o quadro plurianual de programação orçamental, mas parece que estamos a discutir o estado das finanças públicas regionais e o estado da economia.

Quanto ao quadro plurianual de programação orçamental, eu diria que o Governo está a cumprir os serviços mínimos. Pouco há a dizer sobre isso. É tentar responder ao Tribunal de Contas com aquilo que é a exigência do Tribunal de Contas. Tem o artigo 3.º que lhe permite fazer desse quadro orçamental tábua rasa. Assim como o artigo 5.º do Orçamento, que lhe permite fazer do Orçamento aquilo que tem feito até agora, que é tábua rasa.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Bem dito!

O Orador: Mas se vamos entrar na discussão do crescimento da economia, é importante... Aliás, há dias, o site do SREA esteve em baixo, nas vésperas deste plenário, devia ser para nós não conseguirmos consultar esses dados a tempo de chegarmos ao plenário com eles avivados na cabeça.

Mas há uma coisa que é importante lembrar, é que, de facto, a Região tem crescido, cresceu exponencialmente de 2020 para 2022, como não poderia deixar de ser, porque viemos de um período de *shutdown* total da economia. Em 2022, obviamente, cresceu porque há uma reativação da economia e há o primeiro efeito da diminuição dos impostos. E a partir daí tem crescido miseravelmente. E se formos aos dados que existem neste momento disponíveis, de janeiro a agosto deste ano, é fácil de perceber o quão miseravelmente a nossa economia tem crescido.

Mas também é preciso dizer que, em relação ao crescimento do PIB nominal, os tais 1500 milhões de euros que o Sr. Secretário ainda há pouco falou, mais de metade, ou seja, cerca de 800 milhões de euros são decorrentes do aumento da

dívida. E, portanto, são compromissos futuros que as gerações futuras vão ter de assumir. E esta é uma verdade que vai doer muito a todos os açorianos que vão ter de viver nos Açores nos próximos anos. E muitos deles vão sair daqui, porque não vão suportar este encargo que os sucessivos governos regionais têm construído para cima dos seus concidadãos. E, deste ponto de vista, em relação a este papel que nos mandaram, pouco mais há a dizer.

Em relação ainda à questão da SATA, é um facto, o plano de reestruturação foi uma necessidade imposta pela União Europeia, foi uma necessidade que foi apresentada pelo anterior governo regional, da responsabilidade da coligação PSD, CDS-PP e PPM, não foi da responsabilidade dos outros Srs. Deputados que aqui estão, e foi um inconseguimento, porque não conseguiram sequer executar o plano de reestruturação no prazo a que se tinham proposto resolver.

E o que é certo é que, nestes últimos quatro anos, o Grupo SATA acumulou 160 milhões de euros de prejuízos. E nós alertámos. Nós, Iniciativa Liberal, nesta Casa, alertámos várias vezes. Aliás, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, enquanto tutela, já tinha avisado que esta Região não conseguia suportar mais a SATA. Há informação pública sobre isso. E o que é que este Governo fez? Empurrou com a barriga para a frente, literalmente. Empurrou com a barriga para a frente, porque não quer alienar a Azores Airlines. Está em cima da mesa. Já estão a criar um lóbi junto de Bruxelas para permitir que mantenham, porque é um instrumento de política suja ao serviço desta maioria de Governo! A SATA tem sido usada e abusada, ao longo dos anos, como um instrumento de política suja, que custa muitos milhões de euros a todos os açorianos! E está custando muitos milhões de euros aos continentais, aos alemães, aos holandeses.

E é por isso que os senhores estão contando com uma coisa que não vão ter. Os senhores estão contando com uma revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, que quem vai ter de a aprovar vai olhar para esses números todos e vai perceber onde é que gastaram o dinheiro, onde é o que o Partido Socialista, o

PSD, o CDS e o PPM, que governaram esta Região nos últimos 40 anos, gastaram o dinheiro. E é por isso que não vão ter a revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas que estão à espera. E isto é assim mesmo, porque nas famílias são os banqueiros que avaliam a possibilidade de as famílias se endividarem. Para a Regiões, é a Nação que vai decidir e é Bruxelas que vai decidir, não é aquilo que está na nossa cabeça nem na nossa vontade, é aquilo que quem vai pagar vai decidir, porque quem paga manda.

Deputado José Pacheco (CH): Sempre foi assim.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A intervenção do Partido Socialista neste debate, sobretudo a última intervenção, julgo que não pode passar sem algum reparo, porque desafia princípios da lógica...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E da física!

O Orador: ... e atira para o lixo qualquer teoria da ciência política, quando se diz que a economia cresce com um mau governo, quando, todavia, minguava com os bons governos socialistas. É uma coisa extraordinária!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Essa parte já é sua!

O Orador: De facto, este diploma que nós estamos a apreciar, num quadro plurianual de programação orçamental, não deixa de ser um documento com uma previsão de despesa pública para o quadriénio.

E, nessa medida, poderemos todos fazer considerações sobre a densidade e a extensão da informação que contém o diploma e, certamente, ficaremos sempre com argumentos para esgrimir a favor ou contra aquilo que o Governo nos apresentou. Não pode, todavia, isso já ser tolerado com as reivindicações e as exigências que o Partido Socialista aqui vem fazer considerando o seu passado e

os seus procedimentos nesta matéria.

De facto, como já teve a oportunidade de dizer o Sr. Deputado Francisco Lima, o parecer do Tribunal de Contas sobre a conta da Região de 2019 — e propositadamente não fomos buscar a de 2020, que é um ano atípico em tudo e, portanto, não deve servir para exemplo nem para sustentar qualquer tipo de argumentação, — a primeira reserva que faz é exatamente esta: “Inexistência de um quadro plurianual de programação orçamental.” E a primeira recomendação que faz ao Governo Regional é exatamente: “O Tribunal reforça a necessidade de o processo orçamental ser apoiado num quadro plurianual de programação orçamental, elaborado em consonância com a Lei das Finanças Regionais.”

Portanto, quem hoje rasga as vestes e exige tudo e mais alguma coisa ao Governo Regional é quem tem esta folha de serviços.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tudo e mais alguma coisa não, era só preencher o resto, o quadro não estava a ser plurianual. Esses anos têm de estar preenchidos, senão não é plurianual.

O Orador: Portanto, não tem credibilidade nem tem autoridade moral e política para dizer o que aqui foi dito.

Mas podem estas minhas considerações ainda serem contestadas, porque, de facto, o Partido Socialista pode num ou outro ano ter cumprido com o quadro plurianual de programação orçamental. Vejamos então o que fez, por exemplo, em 2014, para o período de 2014–2018: fez um diploma que tem exatamente a redação que tem este que nós estamos a fazer, com ligeiras alterações. Sr. Presidente, eu depois vou entregar na Mesa cópia do decreto legislativo em apreço, para que possa distribuir pela sala. Tem um quadro plurianual de programação orçamental e, de facto, tem mais informação em cada um dos anos comparativamente com aquele que nós agora temos para avaliação.

Deputado Carlos Silva (PS): Afinal, há esperança!

O Orador: Ó Sr. Deputado Carlos Silva, não há esperança nenhuma, porque aquilo que o Governo Regional do Partido Socialista fez — e está o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que era Presidente do Governo e, portanto, responsável em última instância por um diploma que foi aprovado em Conselho do Governo e trazido depois aqui ao plenário —, não tem nada a ver com aquilo que exige o n.º 5 do artigo 20.º da Lei das Finanças Regionais, que diz que...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Este é que tem a ver!

O Orador: ... “o quadro plurianual de programação orçamental define ainda os limites de despesa para cada programa [para cada programa, sublinho] orçamental, para cada agrupamento de programas e para o conjunto de todos os programas.”

Deputada Andreia Cardoso (PS): Os anos não interessam, o que interessa é os programas.

O Orador: O que é que o Partido Socialista fez em 2014? Tem uma distribuição de despesa por Secretarias Regionais. Portanto, não bate a bota com a perdigota.

Deputado Carlos Silva (PS): E a diferença para o programa é assim tanta?

O Orador: Mais, há uma coisa importante neste diploma que o Governo Regional apresenta aqui ao Parlamento, que tem a ver com uma previsão de investimento para o futuro. Isso talvez incomode o Partido Socialista, que por isso mesmo não fez qualquer referência. É que este quadro de programação plurianual tem na sua essência aquilo que nós aprovámos em maio das orientações de médio prazo, que quanto ao investimento diz que, em 2025, 2026, 2027 e 2028, vão os Açores fazer um investimento estimado em mais de 3500 milhões de euros, o que significa uma média anual superior a 890 milhões de euros, que é coisa que a Região nunca teve. Talvez por isso, mesmo um mau Governo, como chama o Partido Socialista, está a pôr os Açores para a frente.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao desempenho da economia dos Açores, penso que não necessitaremos estar aqui a aprofundar mais, porque é reconhecido até pelo Partido Socialista que a economia dos Açores está a crescer. E, portanto, isso também foi verificado na apreciação que o próprio eleitorado fez há seis meses relativamente ao desempenho do Governo. E por alguma coisa também teve esse comportamento e por alguma coisa, nos últimos dois anos, este ano o ano passado, temos um crescimento superior à média de Portugal e à média da União Europeia. E prevemos que nos próximos dois anos continuaremos a crescer em valores superiores à média de Portugal e da União Europeia. Isto significa que, ao longo de quatro anos, vamos encurtar a distância para a média de Portugal e da União Europeia, ao contrário do que nos supostamente bons governos socialistas acontecia no passado, em que se afastavam da média de Portugal e da União Europeia.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: Em vez da economia progredir, regredia. Agora, a economia progride, aproximamo-nos dos valores médios de Portugal e da União Europeia. Até aqui vamos continuar a fazer. Há emprego. O nosso problema neste momento é falta de mão de obra. E o que dizem os socialistas? Isso é tudo, apesar do governo.

Olha, muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Gostava também de clarificar em relação aos valores do quadro plurianual que estão inscritos em 2025 para a área da saúde e dar nota de que os valores que aí estão são os que estavam no Orçamento que foi aprovado em 2024. Na altura, não se tinha considerado ainda o incêndio no HDES, como também não estavam considerados os 75 milhões de euros que já tivemos e contamos ter no próximo ano.

A este respeito, dou nota à câmara, que talvez tenha passado despercebido, mas é bom lembrar, que, se os governos de António Costa tivessem sido tão céleres como o governo de Luís Montenegro, em 2022 tinham dado o despacho para cumprir o que estava no Orçamento para transformação de dívida comercial em dívida financeira na saúde no valor de 75 milhões de euros. Despacho: zero. E ainda com mentiras do próprio Primeiro-Ministro ao Presidente do Governo relativamente a essa matéria. E se quiserem provas, aqui as traremos.

Mas também em 2023, que estava previsto no Orçamento de Estado 75 milhões, o despacho veio só de 50, a tarde e más horas.

Finalmente, em 2024, estava previsto 75 milhões, veio o despacho e já foi pago 75 milhões.

Imaginem os 75 de 2022 mais os 25 de 2023, se tivessem sido passados os despachos, nós podíamos ter amortizado mais 100 milhões de euros de dívida da saúde. A responsabilidade de não ter acontecido é daqueles senhores e do seu governo da República.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

Impõem um garrote financeiro à Região e depois queixam-se dos pagamentos em atraso.

Mas, continuando, em relação ainda a algo que me esqueci de referir em relação ao Sr. Deputado Francisco Lima, em relação à troika, de facto, a questão da dedução das transferências pela capitação do IVA daquilo que é o diferencial fiscal é um dos últimos resquícios da troika em Portugal.

E faço lembrar, penso que já o referi também nesta Casa: desde a década de oitenta se entendeu ter taxas de IVA mais baixas nos Açores para compensar os sobrecustos da insularidade e cadeias comerciais maiores. E a Lei das Finanças das Regiões Autónomas, no final da década de noventa, veio consubstanciar isso, veio colocar preto no branco e veio acrescentar também a possibilidade do IRC e do IRS. Só que o IRC e o IRS têm uma fórmula de cálculo de gerar e de cobrar muito fidedigna, enquanto com o IVA isso não acontece, por isso foi sempre por capitação até 2007. Em 2007, houve uma experiência de retirar a capitação e aumentar as transferências do Orçamento de Estado. Correu mal. Em 2013, repôs-se a capitação. Só que, pela primeira vez, em 2013, repôs-se a capitação, mas deduzindo o diferencial fiscal, isto é, já não é o Estado Português a ser solidário com a Região pela via fiscal, mas é o Orçamento da Região que é solidário com a sua própria insularidade. E isto está errado. Isto, ao longo de muitos anos, desde 2013, aconteceu e não houve governo nenhum nem parlamento nenhum que o alterasse.

E nós estamos convictos, esperançados e a lutar para que, finalmente, um dos últimos resquícios da troika em Portugal seja levantado e isso signifique mais verbas do IVA para os Açores, mais receitas próprias e evitar a necessidade de endividamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Francisco Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, queria comentar o comentário do Deputado Carlos Silva. E sobre essa questão do Tribunal de Contas, não fui eu o juiz que fez o parecer. Espero que o PS não esteja a recuperar a teoria da cabala do tempo de Ferro Rodrigues, em que os juízes não eram independentes, ou eram muito maus para o PS e muito bons para a direita.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não foi nada disso!

O Orador: Eu não sei. Eu sei é que é uma evidência que o parecer é negativo. Aliás, o PS tem uma longa tradição de não cumprir com nada do Tribunal de Contas, quer dizer, era uma desgraça. Sobre isso, não quero matar o mensageiro, limitei-me a ler, acho que li até bem, não me engasguei, o que dizia o Tribunal de Contas. Se não lhe agrada, olhe, faça uma reclamação, mas já vai com muitos anos de atraso. Eu, quando disse isso, não estaria a dizer que o documento do Governo era melhor. Realmente, já vimos todos que é um documento muito resumido. Se cumpre os mínimos do Tribunal de Contas? Vamos ver o que é que o Tribunal de Contas diz.

Agora, ainda sobre a questão do crescimento da economia, não vou falar da SATA e dos outros esqueletos no armário, que é tudo muito mau e já foi aqui relatado. Mas eu não posso deixar de referir que temos uma economia muito assente em monopólios e oligopólios nos transportes, monopólios na energia, quase monopólios na saúde. E, agora, com o HDES, viu-se a importância que temos

também da medicina privada na saúde. Na educação é quase um monopólio estatal, neste caso. Até nos lares de idosos. Na venda do pescado. Nas creches até é um pesadelo, qualquer privado que vá fazer um licenciamento de qualquer creche é um pesadelo, ele enlouquece ou empobrece ou vai à falência devido à burocracia. A burocracia é tremenda.

Também sobre esse quadro, eu não vejo aqui a ser alienados campos de golfe. Portanto, a Região é dona de campos de golfe, é dona de empresas de eletricidade, como a EDA. O Chega não vê o interesse da EDA não ser privatizada na totalidade. Há um custo de oportunidade de ter aquele capital. Muitas vezes, a rentabilidade em algumas empresas da EDA é negativa. Portanto, qual é o complexo? A energia vai custar o mesmo aos açorianos. Esses milhões ou serviam para amortizar a dívida ou para alavancar a economia.

E eu vejo que, apesar de ser um Governo de direita, está demasiado fixado no socialismo.

Deputado Nuno Barata (IL): É um governo comunista. Estamos no governo comunista do Mota Amaral.

O Orador: Nós temos de liberalizar a economia. Temos de ser mais liberais, não podemos continuar com uma economia assente no Estado e nas empresas públicas, neste necrotério de empresas públicas falidas e mal geridas. Isto é a verdade. Vamos quase para 50 anos de uma economia estatizante. E a gente não sai da cepa torta por causa disso.

E quando o Sr. Secretário compara, que é o que faz o Governo da República, com a média da União Europeia, nós não nos podemos pôr na média da União Europeia. Na média na União Europeia estão os países ricos, que estão estagnados economicamente. A gente tem de comparar com a média do nosso campeonato, que é da segunda ou terceira divisão, que é dos mais pobres. A Roménia ultrapassou-nos. A Albânia vai-nos ultrapassar qualquer dia. É nesse campeonato que a gente tem de ver se estamos com bom ou mau desempenho, não pela

convergência da União Europeia se os maiores países estão estagnados. Portanto, é uma questão matemática...

Deputado José Pacheco (CH): E de bom senso!

O Orador: ... e é uma maneira de camuflar o nosso mau crescimento, que é medíocre. Com tantos fundos comunitários, só conseguirmos taxas de 2 % é realmente muito mau. Não podemos ficar satisfeitos em relação a isso.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No debate desta proposta de decreto legislativo regional relativo ao quadro programação plurianual de programação orçamental fica desde logo claro que a sua utilidade nesta fase é praticamente nula, pese embora que aquilo que é escrito e colocado à consideração deste Parlamento para a aprovação não deixe de ser uma espécie de cheque em branco, porque, efetivamente, a informação sobre a distribuição por áreas da programação orçamental prevista é praticamente nula. Mas, no mês que vem, teremos oportunidade de voltar com mais detalhe a este assunto no âmbito da discussão do Orçamento, que se inicia ainda antes nas comissões.

Mas, de facto, este debate é também uma oportunidade para discutir política orçamental. E política orçamental é tudo. Na verdade, é tudo, porque em todas as áreas há orçamento, há distribuição das verbas e há prioridades políticas. E é nas prioridades políticas que está o cerne da questão. Ora, a prioridade política deste Governo ao longo dos anos teve consequências. E muitas delas estão à vista, umas

mais do que outras, certamente. Uma das consequências foi o aumento das desigualdades. Os números que existem do Instituto Nacional de Estatística é de que a Região é uma região mais desigual. Quem tem mais ficou com ainda mais; quem tem menos ficou muito mais longe de quem tem mais valor, tem mais dinheiro nesta Região.

A pobreza aumentou. Tudo isto também decorre, principalmente no que diz respeito à desigualdade, das opções fiscais deste Governo, porque, quando se deixa inalterados os impostos para aqueles que ganham menos e se reduz àqueles que ganham mais e sobre os lucros que são gerados na Região, é essa a consequência. A teoria de que, se baixamos os impostos a quem tem mais e sobre os lucros, o dinheiro choverá sobre os mais pobres e sobre os trabalhadores, qual maná, é mera fabulação, não tem qualquer adesão à realidade. E isso foi a consequência da política do Governo.

Outra consequência é o estado em que os serviços públicos estão a ficar. Na saúde é paradigmático, os problemas avolumam-se. E os problemas na saúde não foram criados pelo incêndio no HDES. O incêndio no HDES é um sintoma do problema, um sintoma da falta de investimento, da falta de atenção, da falta de prioridade política do Governo sobre a saúde. E daí termos ficado nesse estado.

Na educação é confrangedor assistirmos a cada vez mais famílias a chegar a casa e a dizer que das reuniões do início do ano letivo vem um aviso das escolas que não há dinheiro para nada, absolutamente nada, não há dinheiro para material. E se os pais quiserem que os filhos tenham material na escola, têm de arcar, têm de comprar, têm de encontrar forma de arranjar dinheiro, porque as escolas não têm dinheiro. Estamos em outubro e isso é outro problema.

Outro problema é o Governo ter chegado a esta fase da sua governação depois de passar cerca de dois anos, durou mais ou menos dois anos este discurso, dois anos e pouco, talvez três, a dizer que ia salvar a SATA. E 453 milhões de euros depois em ajudas públicas, não salvou a SATA. E a SATA, hoje, está pior do que estava.

Essa é efetivamente uma consequência de uma opção política do Governo, com um plano de reestruturação que tinha como um dos grandes objetivos a privatização da SATA Internacional. Aumentou-se até onde se podia a atividade da SATA Internacional. Consequência: os lucros aumentaram e os prejuízos foram aumentando na mesma proporção, por opção do Governo. E hoje estamos perante uma situação que é muitíssimo grave. Julgo eu que, perante a situação que está gerada, todos esperam do Governo uma palavra sobre o que irá fazer no dia seguinte. Essa explicação, essa prestação de contas tarda. E se o Governo não o fizer, certamente que terá de ser chamado a fazê-lo.

Por outro lado, o Governo apresenta uma anteproposta de Plano e Orçamento que, desde logo, tem uma mudança assinalável: se durante anos andou a tentar enganar meio mundo, se tentou enganar principalmente aqui o Sr. Deputado Nuno Barata a dizer que haveria orçamentos de endividamento zero, hoje assume que isso nunca aconteceu nem vai acontecer. Mas esperava eu, sinceramente, Sr. Secretário, que o Governo, efetivamente...

Deputado Nuno Barata (IL): Pedisse desculpa.

O Orador: Pedisse desculpa. Bem, quanto a isso, o Sr. Deputado Nuno Barata fará as honras da casa nesse pedido.

Esperaria que o Governo, efetivamente, tivesse conseguido, nesta fase, no âmbito da suposta revisão da Lei das Finanças Regionais, garantir junto do Governo da República as mudanças que pretende. Mas aquilo que nós sabemos é que, apresentado o Orçamento de Estado, não está nenhuma proposta de revisão da Lei das Finanças Regionais. E isso é um aspeto de salientar, porque, se não está por opção do Governo da República, naturalmente, as possibilidades são muito mais diminutas.

Mas aquilo que essa opção esconde não é tanto uma intenção de resolver problemas de fundo que existem relativamente à Lei das Finanças das Regiões Autónomas, e já lá vou, é o Governo a tentar resolver à pressa um problema que

ele próprio criou com a sua política orçamental. Baixar impostos aos ricos também tem dessas consequências, um buraco no orçamento, que os senhores agora não sabem como tapar.

Deputado Pedro Neves (PAN): Quem são os ricos? O senhor é rico?

O Orador: Mas sobre a Lei das Finanças das Regiões Autónomas, o Sr. Secretário disse que nenhum parlamento ou nenhum governo fez nada, que nenhum parlamento se debruçou sobre isto.

Mas eu recordo que, em 2017, o Bloco de Esquerda trouxe a este Parlamento um projeto de resolução que recomendava a negociação entre o Governo Regional e o Governo da República para a revisão da Lei das Finanças Regionais, retirando exatamente aquilo que o senhor disse, os resquícios da troika. E como é que votou o PSD e o Sr. Deputado, que era deputado na altura? Absteve-se, com uma justificação muito interessante. Hoje, o Sr. Secretário diz que há um problema no que diz respeito às transferências do IVA. Mas eu vou ler, porque os diários são sempre interessantes de consultar, o que disse o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, que participou deste debate e justificou a posição do PSD. Disse o seguinte: “O Governo da República estava a prejudicar os Açores, mas finalmente há àquilo que para nós é o mais importante, que são as contas e o balanço entre o que foi a redução de transferências fiscais ao abrigo da alteração da lei e aquilo que foram os ganhos com a introdução da capitação do IVA. E, felizmente para a Região, esse saldo é francamente positivo.”

Trocando por miúdos, o que o PSD considerava era que a alteração da Lei das Finanças Regionais, da troika, em 2013, tinha tido um balanço francamente positivo, por isso não votou favoravelmente o projeto de resolução do Bloco de Esquerda. Hoje, como por milagre, a Lei das Finanças Regionais, da troika, já é má. Por isso, Sr. Secretário, o que tem de nos explicar é o que é que mudou de 2017 para 2024. É o facto de estar na oposição na altura e agora estar no Governo?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Estamos com *superavit*!

O Orador: É que, de facto, a alteração do IVA tinha sido positiva nas palavras do Sr. Deputado António Vasco Viveiros em 2017, hoje é negativa. Por isso, julgo eu, sem prejuízo de concordar que é preciso mexer e mudar a Lei das Finanças Regionais, é preciso que o Sr. Secretário diga, escreva e traga a este Parlamento o que é que quer mudar efetivamente na Lei das Finanças Regionais.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Joaquim Machado, entre 2014 e 2019, a informação que foi sempre apresentada pelos governos do Partido Socialista foi sempre mais completa no que diz respeito ao quadro financeiro plurianual. Está disponível. E agora é curioso que o Sr. Deputado critique...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ou não sabe o que está a dizer ou está a mentir!

O Orador: Eu posso entregar na Mesa o de 2019, para o senhor verificar, por departamentos do governo, a informação que é apresentada para os quatro anos. Sei que o senhor é curioso, irá verificar isso.

E, em 2014, é curioso que o senhor diga que a informação não era boa, era escassa, não cumpria com a legislação. Mas como é que votou o PSD na altura esse quadro financeiro plurianual? O senhor sabe? Aparentemente, votou a favor, mas agora diz que não era bom.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Espero que o senhor vote também a favor deste, que ainda tem mais.

O Orador: Ó Sr. Deputado, é impossível, porque esse nem cumpre os mínimos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah, não cumpre os mínimos?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não.

O Orador: Não.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já vou dizer outra vez do Tribunal de Contas.

O Orador: E o artigo 20.º, n.º 5, que o Sr. Secretário Regional das Finanças disse, mas não reconheceu o erro, define ainda os limites de despesa para cada programa orçamental. E isso é feito apenas quando? Em 2025. Mas quais são os limites da despesa para cada área da governação para 2026, 2027 e 2028? No quadro que é apresentado, como é que nós conseguimos obter essa informação?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não conseguimos.

O Orador: Não se consegue, é impossível. De 2026, a informação que tem é: para o subagrupamento da soberania tem um montante; para o subagrupamento da área social, que engloba ciência e inovação, saúde, segurança social, educação, media e comunidades, ambiente e ação climática, tem um valor global; e para a área económica, que engloba também mais cinco subgrupos, tem mais um valor. Não define o limite de despesa para cada área da governação.

E, portanto, o Governo Regional, com a apresentação deste diploma, não cumpre nem os serviços mínimos. E esse é um fator relevante e não pode ser ignorado.

E é curioso que o Sr. Secretário Regional das Finanças, em comissão, tenha reconhecido que a informação apresentada era escassa e até deveria no futuro vir acompanhada de uma maior explicação.

Mas, agora, qual é o problema de reconhecer que aquilo que aqui está não é completo, não cumpre sequer com o artigo 20.º?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Cumpre.

O Orador: Não cumpre. É factual. E os Srs. Deputados sabem perfeitamente disso. Portanto, essa informação é o que é.

E deu-nos uma explicação relativamente à saúde e segurança social. É verdade que o Governo não pode apresentar propostas de alteração depois de entregue no

Parlamento, mas os partidos da coligação podiam atualizar o quadro com a informação que o Governo dispõe.

E como é que explica, por exemplo, que na área das finanças e administração pública, para o quadro plurianual de 2025, o Governo tem uma verba a rondar os 390 milhões de euros, mas na anteproposta do Orçamento de 2025 a verba já é reduzida para 340 milhões de euros? E aqui, Sr. Secretário, qual é a explicação? O senhor vai continuar a cortar nos apoios às empresas? Vai continuar a aumentar as dívidas a fornecedores?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É preciso ter lata!

O Orador: Qual é a explicação para a redução dos 50 milhões de euros?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Qual é a credibilidade disso?

O Orador: E, portanto, isso fica claro, não é nenhuma birra da nossa parte, é o que é, a informação que está no quadro não é completa, não cumpre sequer com os serviços mínimos e é um retrocesso naquilo que era feito. Isso é factual.

Por último e porque foi aqui mencionada a questão das transferências do Governo da República para os Açores, aproveito a oportunidade para perguntar ao Sr. Secretário se os 45 milhões de euros que já foram transferidos para o Governo Regional, se o Sr. Secretário já deu instruções para transferir esse montante para a Portos dos Açores, porque a Portos dos Açores, em pouco mais de dois anos, passou de uma dívida de 70 milhões para cerca de 130 milhões. E, portanto, se foi exigido à Portos contrair endividamento para fazer investimento, a pergunta que se coloca agora, Sr. Secretário, é se já ordenou a transferência dos 45 milhões de euros para a Portos dos Açores, ou se vai ficar com essa verba para apresentar no final do ano alguns indicadores mais favoráveis do que aqueles que tem hoje.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Mendonça, tem a palavra.

Deputado João Mendonça (PPM): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Membros do Governo:

Esta proposta de orçamento para 2025–2028 marca um ponto de viragem para os Açores.

Com uma alocação de cerca de 2 mil milhões de euros em 2025, este orçamento corrige os erros de governações anteriores, particularmente as consequências de anos de gestão socialista, que fragilizaram setores essenciais e comprometeram o nosso progresso.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Paulo, enganaste-te a dar os papéis!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é esse!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Continue, Sr. Deputado, diga tudo o que causa desconforto.

O Orador: Destinamos mais 50 milhões de euros à saúde e segurança social. Chegou o momento de dotar os nossos hospitais de recursos humanos e materiais que lhes faltaram durante anos de subfinanciamento.

Na educação, investimos agora ainda mais 20 milhões de euros. Não podemos mais aceitar escolas degradadas e lacunas na formação dos nossos jovens. O nosso compromisso com o futuro é inabalável, e esse futuro começa por garantir que todos os jovens açorianos tenham as melhores condições para aprender e crescer. No setor económico, os números são claros. A gestão socialista falhou em diversificar a nossa economia e preparar o arquipélago para os desafios futuros. Alocamos 350 milhões de euros para infraestruturas, transportes, turismo e energia.

A modernização dos transportes e a aposta no turismo sustentável são fundamentais para garantir que os Açores se mantenham competitivos a nível

global.

É importante sublinhar que a Região tem revelado um crescimento económico notável. O Produto Interno Bruto cresceu cerca de 4 mil milhões de euros em 2020 para um valor projetado de 6 mil milhões em 2024. Em apenas quatro anos, o PIB reflete a duplicação da riqueza produzida pela Região. Este crescimento reforça a necessidade de medidas robustas e estratégicas, como as previsões neste orçamento.

Minhas senhoras e meus senhores:

A agricultura, há muito prejudicada por políticas desajustadas, receberá mais de 120 milhões de euros, permitindo que este setor vital recupere a sua competitividade.

O setor do mar, com um potencial imenso, foi subaproveitado no passado. Agora, com uma dotação de cerca de 50 milhões de euros, comprometemo-nos a transformar o mar num motor da economia açoriana, promovendo a preservação e a exploração sustentável dos nossos recursos.

Este orçamento é uma resposta direta aos desafios deixados por políticas falhadas. É a bússola que manterá os Açores numa rota contínua de crescimento, estabilidade e justiça social.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Errar é humano, aplaudir o erro é diabólico.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Se não se pudesse aplaudir o erro, nunca se aplaudia o PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Muito rapidamente. Eu creio que o Sr. Deputado Carlos Silva, não tendo lido Goebbels, intuitivamente aplica as regras e os princípios dessa figura que a história condena.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Goebbels... De João Mendonça saltamos para Goebbels.

O Orador: E não é, porventura, por repetir muitas vezes a mesma coisa que o Sr. Deputado Carlos Silva passa a dizer a verdade nem passa a ter razão.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Diga lá, não votaram a favor em 2014?

O Orador: Em primeiro lugar, convém lembrar o que já aqui foi dito, mas o artigo 20.º da Lei das Finanças Regionais diz muito claramente que o quadro plurianual de programação orçamental define os limites da despesa para agrupamentos de programa e para o conjunto de todos os programas de investimento da Região. Isso é coisa que o Partido Socialista nunca fez.

O Sr. Deputado Carlos Silva insiste com o facto de o Partido Socialista ter apresentado...

Deputada Andreia Cardoso (PS): O que significa a palavra plurianual?

O Orador: ... um quadro em anos anteriores, portanto, durante a sua governação, que nada tem a ver com aquilo que define a Lei das Finanças Regionais.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Por isso é que o senhor votou a favor, claro, é porque não tem nada a ver!

O Orador: Aliás, eu e o Sr. Deputado Francisco Lima já citamos aqui o parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região de 2019, mas recuando um ano, que é aquele que o Sr. Deputado Carlos Silva empunha como sendo o ano exemplar do Partido Socialista, 2018, o que é que nós verificamos?

Deputado Carlos Silva (PS): 2019!

O Orador: Em 2018, também disse o Tribunal de Contas que, à semelhança do observado nos Orçamentos de 2016 e 2017... Portanto, em 2016 não fez, em 2017 não fez, em 2018 não fez e em 2019, como já vimos, também não fez. Mas diz o Tribunal de Contas: “A elaboração do Orçamento para 2018, tal como em 2016 e em 2017, não foi enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental.” E, portanto, eu não percebo como é que o Partido Socialista tem o descaramento político de vir dizer, ainda que admitindo que possa ter alguma insuficiência de informação relativamente àquilo que era expectável pelas Sras. e Srs. Deputados, que não cumpre os mínimos. Quem nunca cumpriu nada aponta o dedo a quem, porventura, só cumpre os mínimos.

Sr. Deputado Carlos Silva, a boca, há instantes, resvalou-lhe para a verdade. Se não é uma birrinha, é uma coisa bem pior cujo nome eu prescindo de dizer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Joaquim Machado, eu percebo a intenção de desviar as atenções, mas eu não lhe vou dar...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Esse gosto.

O Orador: ... esse gosto. Sim, obrigado pela informação.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito dificilmente o senhor me pode dar um gosto.

O Orador: Não, não lhe quero dar nada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não consegue, escusa de tentar.

O Orador: Sr. Secretário Regional das Finanças, a manobra de distração não funciona. É importante que clarifique se já deu instruções para transferir os 45 milhões de euros para a Portos dos Açores. Aguardo a sua resposta.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional das Finanças, tem a palavra, faça favor.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É extraordinário, Sras. e Srs. Deputados, quem ficou a dever da República à Região desde 2021 tem o descaramento de vir aqui perguntar se já foi transferido ou não. O dinheiro acabou de chegar. Já devia ter chegado em 2022, em 2021!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Eu peço desculpa, Sr. Presidente, por colocar as coisas neste ponto, mas é uma desfaçatez que ultrapassa tudo aquilo que se podia esperar. Quem não cumpriu com a Região vem agora pedir meças a quem cumpriu e está cumprindo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E a Região tem contratos-programa com a Portos dos Açores como tem com outras empresas. E vai cumpri-los!

Mas, já agora, se fosse a verba consignada, como aqui o Sr. Deputado quer fazer sugerir, eu pergunto: os 285 milhões de dívida que foi pedida pelo governo socialista para a covid, onde é que estão, se depois só foram utilizados 79 milhões, segundo o Tribunal de Contas?

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional das Finanças, então porque é que o senhor encomendou uma auditoria, para dizer que a dívida de 69 milhões de euros era insustentável na Portos dos Açores? Sim!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sim! Já nem se lembra, são tantos os estudos.

O Orador: O seu Governo e o senhor contrataram uma auditoria, paga a peso de ouro, é bom clarificar, em que na altura dizia que a dívida da Portos dos Açores era insustentável. E a dívida na altura rondava os 69 milhões de euros. Ela hoje é de 130 milhões de euros, porquê? Porque foi exigido à Portos dos Açores que fizesse esse esforço, e bem, em investir na recuperação das infraestruturas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quais? E porquê?

O Orador: E, agora, o Governo Regional, aparentemente, não quer transferir o montante para abater o endividamento. Então, a dívida de 69 milhões de euros era má, mas a de 130 passa a ser boa consigo. É elucidativa a sua postura.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Desfaçatez é isto!

O Orador: E, portanto, Sr. Secretário, não vamos abdicar de fazer as perguntas que entendermos ser relevantes. E é importante que o Sr. Secretário clarifique, uma vez mais, se até ao final do ano vai dar instruções para transferir, ou não, o montante que foi recebido pela Região para a Portos dos Açores. É importante

que clarifique.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não entendo muito a celeuma que se está a tentar fazer sobre este diploma. Estamos a falar de um diploma que é extremamente transparente, não é redutor em termos de informação. A informação é bastante vasta, temos tudo até 2028. Conseguimos saber por cada programa quanto é que nós vamos gastar. Não está nada em branco. Conseguimos saber como é que está a saúde das finanças a nível governamental, também está lá. Está tudo lá tudo. Sabemos o que é que vamos gastar dentro da agricultura, por exemplo, o que é que é para a agricultura biológica, o que é que é para a vaca, o que é que é para hortícolas e frutícolas. Conseguimos saber, em termos de Secretaria do Ambiente e Alterações Climáticas, o que é que vai ser gasto relativamente às alterações climáticas e o que é que é gasto para a promoção dos bombeiros. Conseguimos saber tudo. Eu não me percebo... Aliás, o hospital também está lá. Nós conseguimos saber qual é que vai ser a nossa dívida, a despesa e como é que conseguimos amortizar isso até ao ano de 2028. Por isso, eu não entendo porque é que os partidos estão aqui a dizer que só estão a cumprir os mínimos e está completamente redutora a informação.

O que nós temos aqui é quase nada! E querem, obviamente, que os partidos votem favoravelmente um quadro, que não é um quadro. Nós não conseguimos nunca fazer uma análise concreta sobre aquilo que nós temos neste momento.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional das Finanças, tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ninguém aqui negou que o cumprimento estrito daquilo que está na Lei das Finanças das Regiões Autónomas e aquilo que o Tribunal de Contas tem vindo a reivindicar é um pouco redundante, ninguém o nega. Agora, a verdade é que o mesmo Tribunal de Contas que apontava a lacuna de não ser apresentado no passado ou de ser apresentado não por programas como prevê a Lei das Finanças das Regiões Autónomas, é o mesmo Tribunal que em relação ao último quadro plurianual reconheceu positivamente a sua apresentação e o seu conteúdo. E nós estamos a seguir aquilo que foi seguido no último, porque pelos vistos o Tribunal de Contas já concorda com esta lógica.

Se o senhor me diz que poderíamos estar aqui a fazer outras análises numa futura revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, fazer isto mais densificado, sim, mas a verdade é que nós temos orientações de médio prazo, temos planos e orçamentos. E, portanto, isto é uma redundância? Talvez seja, mas está-se a cumprir a lei, ao contrário do que já aconteceu.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não está, desculpe lá!

O Orador: E nós próprios reconhecemos que incumprimos em relação ao último ano e incumprimos de novo por quinze dias este ano. É verdade. Mas em paralelo com isso há aqui alguma redundância.

Só para terminar, muito rapidamente, em relação aos 45 milhões, a verba que foi gasta no furacão Lorenzo foi gasta pela Portos dos Açores, pela Direção Regional do Ambiente, pela Direção Regional das Obras Públicas, por um conjunto departamentos do Governo Regional. E, naturalmente, aquela que foi despendida pela Portos dos Açores é ao abrigo de contratos-programa, que são pagos. Este dinheiro é para pagar aquilo que há muito era devido à Região e que só agora aconteceu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu acho que devíamos todos congratular. E aquilo que está aqui a tentar criar-se é um *fait divers* para fazer esquecer o incumprimento dos governos socialistas e o cumprimento dos governos da coligação atual.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Faço minhas as palavras do Sr. Deputado Pedro Neves relativamente àquilo que estamos aqui a discutir. De facto, não há muito mais a acrescentar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda assim o senhor vai acrescentar!

O Orador: Mas, Sr. Secretário, não pode é terminar o debate insistindo que estamos aqui a cumprir o que está no artigo 20.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não estamos!

O Orador: Não estamos, Sr. Secretário. O Tribunal de Contas ainda não se pronunciou sobre aquilo que estamos aqui a discutir hoje. O Sr. Secretário já reconheceu que o n.º 5 define que tem de conter os limites de despesa para cada programa orçamental para o ano em questão e para os três anos seguintes. Isso não está no quadro, é factual. A informação é escassa, representa um retrocesso. O Governo não está a cumprir a legislação, é factual, é o que é. E é importante que o Sr. Secretário assuma que no futuro vai melhorar essa informação. Isso é positivo. Mas reconheça, não tente branquear a situação dizendo que estamos a

cumprir os serviços mínimos. Não, nem os serviços mínimos estão a ser cumpridos. Portanto, isso é o que é.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Isso é uma candidatura a Presidente do Tribunal de Contas?

O Orador: Não tenho competências para isso.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Mas parece que tem competências.

O Orador: Relativamente à verba dos 45 milhões de euros, Sr. Secretário Regional das Finanças, o que disse aqui é que o esforço que foi feito não foi apenas da Portos dos Açores. Assumindo esse princípio e esse critério, então, dos 45 milhões de euros, qual é a verba que vai para a Portos dos Açores para reduzir o endividamento que ela foi obrigada a contrair?

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Não há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, o artigo 20.º, n.º 5, da Lei das Finanças das Regiões Autónomas estabelece a natureza vinculativa do quadro plurianual de programação orçamental. Na proposta que nos é entregue é estabelecido uma

natureza indicativa. Eu gostava de saber se, da sua parte, o senhor reconhece, ou não, que aquilo que está estabelecido na proposta que o Governo traz a esta Casa viola o que está estabelecido na Lei das Finanças das Regiões Autónomas, nessa parte.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito rapidamente, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Já percebemos aqui várias coisas, uma delas é que o Partido Socialista, ao ser confrontado com o seu passado, confirmando-se que nunca cumpriu este requisito e esta determinação da Lei das Finanças Regionais, já divergiu para outros domínios. Já estivemos a falar sobre a dívida da SATA. Depois, também se lembrou que na última fila da bancada está o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, responsável pela desgraça instalada na SATA desde que foi Secretário da Economia até aos anos em que foi Presidente do Governo, deixou a SATA na situação que nós a recebemos. Isso também não era bom e passou a falar da Portos dos Açores. Entretanto, a Portos dos Açores também não está a render muito, e o Sr. Deputado Vasco Cordeiro vem recentrar o discurso outra vez sobre a matéria que estamos a apreciar, que é um quadro plurianual de programação orçamental. Mas, mais uma vez, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro dececionou-nos, porque, por instantes, no seu horizonte político, e tem toda a legitimidade para determinar sobre aquilo que é a sua atividade política e a sua atividade profissional, mas, por aquilo que se vai dizendo por aí, pela comunicação social, de que está a terminar a sua atividade política, eu julgava que, por instantes, o Sr. Deputado Vasco

Cordeiro...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ai Jesus querido! Isso é demais!

O Orador: ... ia aproveitar esta ocasião, por exemplo, para explicar porque é que, em 2019, 2018, 2017, 2016, os seus governos nunca cumpriram, no dizer do Tribunal de Contas, o que determina a Lei das Finanças Regionais. Portanto, violou o que está determinado na Lei das Finanças Regionais, e esta tinha sido uma boa oportunidade para explicar porque é que o fez. Mas, mais uma vez, apontou o dedo, esquecendo que, quando se aponta o dedo, há um que fica sempre virado para nós.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para responder ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Aquilo que eu considero é aquilo que o Tribunal de Contas considerou ao último documento que foi apresentado. E este está *ipsis verbis* com a mesma lógica. E, portanto, a nossa intenção é que possa ter a mesma apreciação positiva que o Tribunal de Contas teve, ao contrário das apreciações negativas dos tempos do governo do Sr.

Deputado Vasco Cordeiro.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, aquilo que eu digo e o problema que eu levanto, a ilegalidade que eu denuncio nessa proposta é a mesma que o Tribunal de Contas faz referência no seu relatório em relação à apreciação da conta, que diz que o quadro plurianual de programação orçamental assume natureza indicativa, quando deveria ser vinculativa. E, portanto, a pergunta mantém-se: se assim é, se a sua resposta é essa, o senhor está a assumir e a reconhecer que, nesta parte, a sua proposta é ilegal por violação da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Partido Socialista esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Secretário Regional, faça favor.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública**

(Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É evidente que aquilo que aqui estamos a discutir é tentar desmerecer o cumprimento da República, as boas notícias da economia dos Açores. E o que

interessa é arranjar aqui questiúnculas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Questiúnculas?!

O Orador: E quem teve pareceres da conta negativos atrás de negativos do Tribunal de Contas foi o Sr. Deputado Vasco Cordeiro enquanto Presidente do Governo. Vem, aqui, agora, tentar dar uma de professor, a fazer considerações daquilo que ele foi um péssimo aluno. Assim não dá, Sr. Deputado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Dá, dá!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que nós estamos de facto a discutir é o tal documento incipiente e que não cumpre a recomendação do Tribunal de Contas, que é o quadro plurianual de programação orçamental. Foi por aí que eu comecei o meu debate e é isto que nós estamos a discutir, um documento incipiente, com colunas em branco, um documento que, como eu disse, apenas serve para cumprir calendário. Quem puxou o assunto da solidariedade da República, do crescimento da atividade económica em quarenta meses consecutivos e da SATA foi o Governo Regional dos Açores, que nos obrigou a vir à liça com estes assuntos, que, aliás, em cumprimento de responsabilidades assumidas em sede de Conferência de Líderes, estávamos a ser relativamente contidos. E, portanto, é preciso também recordar que quem puxou à liça esse debate não foram os Srs. Deputados, foi o Sr. Secretário Regional.

E, portanto, se é este documento que estamos a discutir, a discussão está mais que

feita. É um documento incipiente, com colunas em branco. Da nossa parte, vale o que vale.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, pede a palavra para...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, é para dizer...

Deputado Nuno Barata (IL): Eu sou o Deputado mais velho desta Casa!

Presidente: Vamos permitir...

O Orador: Eu, se calhar, por respeito à terceira idade do Sr. Deputado Nuno Barata...

(Diálogo entre o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades e o Deputado Nuno Barata)

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente, apenas para informar a Mesa e solicitar à Mesa que distribua pelo Governo e pelas Sras. e Srs. Deputados desta Casa aquilo que eu farei chegar, que é a página 15 do parecer do Tribunal de Contas sobre a conta da Região relativa a 2022, tendo presente aquilo que o Sr. Secretário das Finanças afirmou, onde, no parágrafo identificado nessa página como sete, se diz o seguinte, e cito: “O quadro plurianual de programação orçamental dispõe que os limites de despesa referentes ao período de 2022 a 2025 são indicativos, o que contraria o disposto no n.º 5 do artigo 20.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, segundo o qual o limite da despesa é vinculativo nos primeiros quatro

anos.”

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: Assim fica provado que aquilo que esta câmara se prepara para votar é ilegal face à Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado. Assim que a Mesa rececionar o documento, fá-lo-á distribuir.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Secretário Regional, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação para dar nota que vou fazer chegar à Mesa e distribuir por todos os Deputados o parecer do Tribunal de Contas, na íntegra, da conta de 2022, que, ao contrário daquelas contas analisadas no tempo em que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro era Presidente do Governo, é positivo, quando ele tinha as contas sucessivamente com parecer negativo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma interpelação? Nós não vamos prosseguir o debate em interpelações.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Claro que não, Sr. Presidente, longe disso! O que é isso agora?

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, era para pedir, enfim, a benevolência de V. Exa. para verificar se, efetivamente, no documento que eu entregarei na Mesa estará e constará também, na mesma página — julgo eu que constará, mas essas coisas da tecnologia, como ainda recentemente o Partido Chega demonstrou, às vezes pregam-nos partidas, — aquele que é identificado como o parágrafo oitavo dessa página, que diz, e cito: “Refira-se ainda que o articulado do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2022 não é consistente com o indicado no respetivo mapa orçamental”, no que tem a ver com o quadro de programação orçamental.

Presidente: Sr. Deputado, se o senhor me vai entregar o documento para distribuir pelos Srs. Deputados, não é necessário citá-lo, porque, se é assim, não é preciso enviar aos Srs. Deputados.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É para certificar que tem esse parágrafo.

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, pede a palavra para...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Para uma intervenção.

Presidente: Para uma intervenção, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Partido Socialista dispôs de vinte minutos, tal como o Governo e o PSD, para produzir intervenções sobre esta matéria que estamos a apreciar.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E fizemos!

O Orador: Faltavam 37 segundos quando o Sr. Deputado Vasco Cordeiro acordou para a vida nesta matéria.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E uns nunca chegaram a acordar!

O Orador: Fê-lo de forma despropositada, não utilizando esse tempo, como eu já disse e vou repetir, para explicar por que razão, na conta de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e concedo a benevolência da de 2020, mas, durante sete anos, as contas que apresentou da governação dos Açores nunca tiveram um parecer positivo ou tiveram uma menção positiva relativamente ao cumprimento deste desígnio que o Tribunal de Contas continua a insistir que devia constar, de acordo com o que determina a Lei das Finanças Regionais.

Depois de esgotados esses mesmos 37 segundos, usar aqui o expediente de interpelação à Mesa, que eu acho que, Sr. Presidente, todos nós, incluindo V. Exa. quando também se sentou nestas bancadas já utilizou, que é numa interpelação poder dizer mais qualquer coisa, isso tem limites de razoabilidade.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor nunca usou!

O Orador: Neste caso, considerando, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, aquilo que o senhor foi e é na Região, e a história não pode eliminar, de todo convinha que tivesse tido outra seriedade e outra contenção.

Dito isto, e termino, também entregarei na Mesa os pareceres do Tribunal de Contas, e não os vou ler porque já sabemos o sentido deles todos e qual a conclusão, todos foram negativos, sobre aquilo que foram as contas da Região da responsabilidade do Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, aproveito para saudar, em nome desta Assembleia, o Sr. Rui Melo, antigo Deputado, que assiste aos nossos

trabalhos na galeria. Seja bem-vindo, Sr. Deputado.

(Aplausos da câmara)

Estamos em condições de avançar para a votação, creio eu. Este diploma tem quatro artigos.

Vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Faça favor, Sra. Secretária, para o anúncio da votação.

Secretária: Em votação na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XIII foi aprovada, com os votos a favor do PSD (23), do Chega (5), do CDS-PP (2) e do PPM (1), com os votos contra do PS (23), do BE (1) e do PAN (1), e com a abstenção da IL (1).

Presidente: Pergunto se posso votar os quatro diplomas em conjunto. Não? Todos separados.

Vamos votar na especialidade. Está à votação o artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 1.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do Chega (5), do CDS-PP (2), do PPM (1) e da IL (1), e com os votos contra do BE (1) e do PAN (1).

Presidente: Está à votação o artigo 2.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Faça favor, Sra. Secretária, para o anúncio da votação.

Secretária: O artigo 2.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do Chega (5), do CDS-PP (2) e do PPM (1), com os votos contra do PS (23), do BE (1) e do PAN (1), e com a abstenção da IL (1).

Presidente: Posso colocar à votação os artigos 3.º e 4.º em conjunto?

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos 3.º e 4.º foram aprovados, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do Chega (5), do CDS-PP (2), do PPM (1) e da IL (1), com os votos contra do BE (1) e do PAN (1).

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Faça favor, Sra. Secretária, para o anúncio da votação.

Secretária: Em votação final global, foi aprovada, com os votos a favor do PSD (23), do Chega (5), do CDS-PP (2) e do PPM (1), com os votos contra do PS (23), do BE (1) e do PAN (1), e com a abstenção da IL (1).

Presidente: Está terminado este ponto.

Vamos avançar para o ponto três: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XIII — “Estatuto dos Bombeiros Profissionais da Região Autónoma dos Açores”**. É uma iniciativa apresentada pelo PAN.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para a sua apresentação.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A todos os bombeiros que nos estão a ver e a ouvir, aos bombeiros que estão aqui connosco presencialmente, muito obrigado por estarem aqui.

É com profundo sentido de responsabilidade que hoje subo a esta tribuna para, primeiramente e sem mais delongas, deixar uma palavra de apreço a todos os bombeiros dos Açores que, na execução da sua missão, honram o compromisso assumido de, a qualquer custo, nos proteger diariamente. E apresentar uma iniciativa que considero não apenas necessária, mas justa, obrigatória: o Estatuto dos Bombeiros Profissionais da Região Autónoma dos Açores.

Uma iniciativa que, na sua essência, não é mais do que uma compilação das reais pretensões dos bombeiros, dos trabalhadores bombeiros que, não raras vezes, representam a última linha entre o tudo ou nada — veja-se o caso do incêndio no HDES.

Este documento tem como intuito retribuir o mérito dos bombeiros — se é que é possível pagarmos esta dívida — reconhecendo e homenageando todos aqueles que, com bravura e abnegação, dedicam as suas vidas ao serviço da comunidade: os nossos bombeiros.

A questão de fundo subjacente a esta iniciativa prende-se com a justiça do seu objeto: a criação de um estatuto profissional ampara todos aqueles e aquelas cuja profissão é, exclusivamente, ser bombeiro, 24 horas por dia, 7 dias por semana, 30 dias por mês, 365 dias por ano.

São estas pessoas que recebem, mensalmente, o salário mínimo regional. Perdão, estou a mentir, mais um euro do que o salário mínimo regional e, agora, o “penso rápido” dos 50 euros apenas nos próximos três meses.

Não nos percamos em detalhes processuais e argumentos ilusórios que apenas pretendem distorcer e falsear a objetividade da situação com truques de mágica na arte do agente político. O que hoje e agora importa é fazer justiça a esta classe! A justiça dada a esta classe está dependente de cálculos aritméticos para ver se há

folga orçamental? Qual é o valor desta justiça? Esta é a pergunta que impera e ecoa neste hemisfério.

Vamos a contas, ainda que éticas e morais.... Quanto é que custa intervir no combate ao impacto das alterações climáticas?

Os riscos de hoje, fruto das alterações climáticas e dos fenómenos climatéricos adversos e extremos a que estamos cada mais vez mais expostos, tornam-nos muito vulneráveis. E os riscos futuros proporcionados pelas alterações climáticas? São estes riscos que já nos exigem e vão continuar a exigir uma proteção civil musculada, robusta. Ou vamos ter uma proteção civil privada acentuando as disparidades sociais? Temos de investir na proteção da sociedade civil e dar dignidade a esta classe através de um investimento sério e urgente que deve ser imediato, sob pena de já não ser possível reverter o cenário de fuga de profissionais para outras áreas, ou de termos de investir cada vez mais em incentivos à fixação de profissionais. Não aprendemos com os erros cometidos? O que nos ensinou a história? O barato saí caro e o governo quer borlas permanentes à custa da vida pessoal dos bombeiros.

Pergunto, quanto custa a nossa proteção, a nossa segurança? Certamente menos que não a ter e muito menos que a vida de cada açoriano e açoriana, especialmente numa Região exposta a eventos climatéricos extremos, com risco sísmico significativo, vulcões adormecidos, elevado risco de inundação e alagamento, movimentação vertical de massas de terra, etc.

E qual o custo desta proteção nestes trabalhadores? A vida, a redução da esperança média de vida, da qualidade de vida?... O stress, a pressão e as consequências emocionais desta profissão podem ser avassaladoras e, nalguns casos, irreversíveis.

Vamos pedir a um bombeiro com 57 anos, que toda a vida foi bombeiro, para ser içado numa falésia e resgatar turistas? Ou para subir a montanha do Pico e trazer uma maca carregada com um caminhante que se magoou?

Ser bombeiro é estar na linha da frente na proteção da vida e do património, é ser farol de esperança em momentos de desespero, é ser a mão que ampara na aflição, é garantir a segurança e o bem-estar da nossa comunidade, e é, acima de tudo, uma vocação que exige coragem, sacrifício e dedicação inabalável à comunidade. É ser o primeiro a chegar e o último a sair.

Mas será que têm ao seu lado, neste Parlamento, todos os partidos políticos? Estará esta Assembleia Legislativa pronta para cumprir o que lhe compete, e dignificar e valorizar estes profissionais?

Não basta proferir palavras vãs em homenagens sazonais, agarradas a promessas que não se concretizam. O empenho deve ser permanente a quem, na sua autenticidade, acorre a sociedade na proteção, socorro e salvaguarda da vida de toda a população açoriana.

A recente aprovação, ainda que na generalidade, na Assembleia da República, da profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido corrobora o valor e a premência deste estatuto e deve constituir exemplo para os presentes.

Que este estatuto seja mais que um pedaço de papel, mas um compromisso sério com estes profissionais.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática** (*Alonso Miguel*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Saúdo, naturalmente, todos os bombeiros que hoje nos acompanham na discussão destes dois diplomas que serão debatidos neste Parlamento e subscrevo e acentuo os elogios que foram feitos pelo Sr. Deputado Pedro Neves aos bombeiros açorianos.

Não posso, no entanto, deixar passar em claro algumas das expressões que foram proferidas pelo Sr. Deputado Pedro Neves, designadamente referindo que o

Governo quer “borlas permanentes à custa da vida dos bombeiros”. É inadmissível, Sr. Deputado Pedro Neves!

Esta iniciativa que agora é apresentada pela Representação Parlamentar do PAN, referente à criação de um Estatuto Profissional do Bombeiro na Região, versa, de facto, sobre uma matéria de grande relevância, designadamente a dignidade de uma das atividades mais nobres e mais importantes das sociedades modernas e, por isso, exige uma análise ponderada e responsável, Sr. Deputado Pedro Neves. E, neste sentido, os investimentos muito significativos que o Governo tem realizado ao nível das valorizações salariais, do apetrechamento dos corpos de bombeiros com instalações e equipamentos adequados e da formação e qualificação dos nossos bombeiros atestam, de forma inequívoca, o compromisso do Governo Regional para com a valorização e dignificação desta atividade, num caminho que tem sido percorrido com responsabilidade, com diálogo permanente e franco com os municípios, com a Federação de Bombeiros dos Açores e com as outras entidades representativas do setor na Região, numa estratégia integrada e de planeamento e investimento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No entanto, o diploma que agora está em discussão apresenta um problema de raiz, Sr. Deputado, é que foi construído unilateralmente, sem qualquer tipo de consulta, diálogo ou concertação, desde logo com as 17 associações humanitárias de bombeiros voluntários da Região, que são instituições de direito privado e que têm como propósito criar, deter e manter um corpo de bombeiros, e nem tão pouco com o Governo Regional ou com os municípios dos Açores, que são as entidades responsáveis pela grande maioria das fontes de financiamento das associações.

Deputado Pedro Neves (PAN): Vocês votaram a favor, mas não cumpriram. Obrigaram-me a fazer uma iniciativa.

O Orador: E talvez por isso, Sr. Deputado, esta proposta não tenha colhido o

parecer favorável em sede de comissão de nenhuma associação humanitária de bombeiros voluntários, nem tão pouco da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores. Por isso, também não pode colher uma concordância do Governo Regional, não pela ausência da articulação só por si, mas porque essa ausência de articulação levou à construção de um diploma mal conseguido, Sr. Deputado, uma proposta irresponsável do ponto de vista da sustentabilidade financeira das associações, discriminatória entre bombeiros e que ignora disposições legais vigentes.

Atendendo ao que acabei de referir, esta proposta deve ser analisada com a devida cautela para evitar que, ao invés de se resolverem problemas, se criem problemas ainda mais acentuados e que possam comprometer a sustentabilidade de todo o sistema, que é composto pelas nossas associações e pelos nossos corpos de bombeiros, que são a espinha dorsal das operações de socorro na Região.

No plano da sustentabilidade financeira, prevê-se que o impacto desta proposta fosse avassalador para a maioria das associações da Região, que são, como sabem, associações que dependem de apoios públicos e comunitários, tendo como receita própria aquela que resulta apenas das prestações de serviço, das quotas dos seus associados e de donativos, que são cada vez mais escassos.

A implementação de novos regimes laborais e de benefícios, conforme aquilo que está previsto nesta proposta, iria gerar um aumento significativo dos custos operacionais e tornaria tudo incomportável, enfim, sem um incremento proporcional dos financiamentos públicos. Só para que tenham noção, esta proposta, no primeiro ano, teria um impacto adicional de 5 milhões de euros.

Entre os subsídios e complementos propostos, a atribuição do subsídio de risco como suplemento remuneratório é uma medida que se revela, enfim, de implementação complexa.

Deputado Pedro Neves (PAN): Tudo o que é complexo para o Sr. Secretário põe-se para o lado!

O Orador: É discriminatório entre bombeiros, considerando o modelo que existe com bombeiros assalariados e não assalariados.

Note-se ainda que este diploma se propõe a legislar num quadro de instituições de direito privado, ainda que estas prossigam um objetivo público.

Deputado Pedro Neves (PAN): Mas pode exonerar o comandante, aí o Governo já tem legitimidade!

O Orador: O Sr. Deputado tem tempo, pode-se inscrever.

As imposições dos quadros normativos deste género interferem objetivamente com a autonomia das associações humanitárias e dos seus associados, desvirtuam a sua natureza e podem comprometer a sua capacidade de funcionamento eficaz e sustentável. E, portanto, qualquer alteração ao estatuto de bombeiros voluntários das associações humanitárias, visando por exemplo a criação de corpos mistos, depende exclusivamente da vontade expressa dos seus associados. E, portanto, respeitar a autonomia das associações é uma condução legal e essencial para garantir que as medidas implementadas possam ser eficazes, equilibradas e, acima de tudo, Sr. Deputado, sérias.

Deputado Pedro Neves (PAN): Está fraquinho, está mal preparado...

O Orador: E, portanto, face ao que referi e salvo um melhor entendimento, não é possível impor um estatuto profissional de bombeiro na Região sem alteração dos estatutos das associações. E essa circunstância depende da vontade das associações e dos seus associados.

E, infelizmente, para além de não respeitar o elementar espírito do regime jurídico das associações humanitárias de bombeiros voluntários, esta proposta é uma mera compilação de legislação avulsa, articulada de forma muito pouco coerente e que em alguns casos ignora completamente a viabilidade legal das medidas que aqui estão definidas. E um exemplo muito concreto, Sr. Deputado, daquilo que acabo de referir é a proposta de indexação da atualização dos níveis remuneratórios dos bombeiros à tabela remuneratória única da função pública, quando em causa estão

instituições de direito privado, sujeitas a um necessário processo de negociação coletiva de trabalho, negociação essa que depende da existência de circunstâncias socioeconómicas que o justifiquem.

Porém, esta abordagem não gera apenas inconsistências e lacunas jurídicas, mas, acima de tudo, cria também expectativas nos nossos bombeiros, que na prática e do ponto de vista legal não são possíveis de concretizar, desinformando e desmotivando bombeiros e, conseqüentemente, colocando em risco a eficácia e operacionalidade das associações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é que é essa!

O Orador: Um exemplo também muito concreto disto prende-se com a proposta de criação de um regime de segurança social próprio, Sr. Deputado, que está vertida na alínea c) do n.º 3 do artigo 5.º, que vem criar a ilusão aos nossos bombeiros de que nós temos autonomia legislativa para criar um regime próprio de segurança social, quando todos nós sabemos que não temos e que essas matérias de direitos, liberdades e garantias estão constitucionalmente reservadas à Assembleia da República.

Também no âmbito laboral subsistem-nos dúvidas quanto à competência deste Parlamento em legislar as medidas que são propostas, nomeadamente em relação às diuturnidades e aos períodos de trabalho. No nosso entendimento, esta é também uma matéria da competência da Assembleia da República.

Esta proposta revela também um profundo desconhecimento em relação a matérias que são essenciais e que devem ser consideradas quando discutimos um estatuto dos bombeiros. Por exemplo, no artigo 12.º é proposto que a competência disciplinar seja da exclusiva responsabilidade do presidente da direção da associação. Ora, isso levaria a um esvaziamento do comandante de qualquer competência disciplinar. E sem poder disciplinar, evidentemente, não é possível exercer a ação de comando.

Por fim, a proposta teria também repercussões muito negativas ao nível do

voluntariado, que é um dos pilares fundamentais dos nossos corpos de bombeiros, que nos Açores tem uma tradição profundamente enraizada, sendo que qualquer alteração estatutária que venha acentuar ou criar a diferença entre bombeiro voluntário e profissional afastará voluntários e reduzirá a capacidade de resposta em emergência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E o que é facto é que esta proposta promove a criação de desigualdades a dois níveis: entre os bombeiros da Região e os bombeiros a nível nacional; mas, sobretudo, dentro da realidade regional, desigualdades entre bombeiros com e sem contrato de trabalho, conferindo um impulso negativo na promoção do voluntariado.

Por tudo isto, entendemos que, nestes moldes em que é apresentado, este projeto de decreto legislativo regional não deve ser aprovado, aliás, também como é o entendimento da Federação de Bombeiros e da Associação dos Municípios e dos próprios municípios que essa representa.

Para além de tudo isto, como é sabido também, a nível nacional, o Governo da República acabou de anunciar a criação de um grupo de trabalho para a elaboração de uma proposta da carreira dos bombeiros profissionais e voluntários, sendo que também já tive a oportunidade de contactar o Sr. Secretário de Estado da Proteção Civil e dar-lhe conta do nosso inteiro interesse em fazer parte desse grupo de trabalho. E estão também neste momento em análise outras iniciativas legislativas na Assembleia da República que se interligam com o conteúdo desta proposta do PAN.

E, como tal, se esta iniciativa já de si estava altamente afetada por diferentes constrangimentos, no nosso entender, agora, é manifestamente extemporânea e indesejavelmente precipitada.

Entretanto, e em diálogo permanente com a federação e também com as entidades que representam de alguma forma este setor na Região, nós estamos empenhados

na revisão do Estatuto Social dos Bombeiros, que vai ser discutido já de seguida, que visa apostar no bem-estar dos bombeiros e no reforço do voluntariado através da atribuição de um conjunto de benefícios sociais, concretizando assim um investimento na segurança e na resiliência das comunidades e também um desígnio e um anseio muito antigo dos bombeiros.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(*) Deputada Olivéria Santos (CH): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Há já muito tempo que os bombeiros andam a reclamar por mais e melhores condições de trabalho. O Chega tem acompanhado estas reivindicações, tem falado com bombeiros, tem estado com eles e reconhece que, de facto, é urgente melhorar a situação laboral desta classe profissional, que merece ser e ver valorizada a sua carreira.

Aliás, o Chega Açores até já defendeu publicamente e reitera uma vez mais que, no futuro, os bombeiros até deveriam ser integrados nos serviços do Estado e equiparados às forças de segurança, pois esta é uma responsabilidade do Estado.

Temos de tratar os nossos bombeiros da melhor forma possível, até porque, se não existirem condições económicas atrativas, cada vez haverá menos bombeiros.

Consideramos que esta proposta que hoje é aqui trazida à Assembleia é um passo importante para tornar a profissão de bombeiro mais atrativa e assim cativar mais jovens para esta tão nobre atividade, que ao mesmo tempo é também uma missão

destes homens e mulheres.

Atualmente, vemos e falamos com bombeiros desanimados, alguns desmotivados, com a sua situação laboral. E é precisamente por isso que consideramos que esta atividade tem de ser valorizada e dignificada enquanto profissão.

A diminuição do número de operacionais é preocupante por vários motivos, desde logo porque aumenta a carga horária destes bombeiros com a sobreposição de escalas de serviço, mas também porque pode colocar em causa o futuro das corporações. Podem também ficar sem o socorro à população, pois sem bombeiros, sem ativos, não há respostas à proteção civil e à sociedade.

Num arquipélago como o nosso, ainda recentemente tivemos o incêndio no Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, num arquipélago que é assolado por várias catástrofes naturais, os nossos bombeiros sempre responderam, respondem e acredito que continuarão a responder a todas as solicitações sem hesitar, no âmbito da proteção civil. E, por isso mesmo, o Chega considera que esses homens e essas mulheres merecem toda a nossa atenção.

Há precisamente um ano, o Chega Açores perguntava ao Governo Regional, através de requerimento, onde estava o Estatuto do Bombeiro, que, recorde, foi aprovado há três anos, mas que até hoje ainda não o conhecemos.

Também já questionamos o Governo Regional sobre a atribuição do subsídio de risco aos bombeiros, uma vez que foi aprovado, por unanimidade, nesta Casa, nesta Assembleia Regional, em 2021, um diploma que atribui aos bombeiros da Região um subsídio de risco, mas que até agora ainda não foi aplicado.

Paralelamente às questões laborais, também o financiamento às associações de bombeiros tem preocupado as corporações do arquipélago e preocupa, como é óbvio, também o Chega. Já está em marcha, e muito bem, um projeto que vai neste sentido. E o Chega também está a trabalhar numa proposta, em mais uma forma de ajudar as associações dos bombeiros a resolverem vários problemas financeiros com que se debatem no seu dia a dia. Estamos a trabalhar numa iniciativa que

pretende converter a taxa obrigatória de audiovisual num apoio aos bombeiros. O objetivo não é criar mais um imposto, mas sim diminuir a taxa de audiovisual e convertê-la para que se consiga ajudar as corporações de bombeiros que servem cada localidade.

Sr. Secretário, não se pode continuar a brincar com a vida dos açorianos. Já está mais do que na altura de dizermos e demonstrarmos aos nossos bombeiros que eles merecem todo o nosso respeito.

Disse.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional Alonso, aquilo que V. Exa. diz que é grave neste momento, em 2021 votaram a favor, neste caso a coligação, o seu partido também. Votaram a favor, porque o PAN já tinha inserido em 2021 um projeto, o qual a coligação acolheu. Acolheu bem e disse que iria acionar todos os seus esforços para que o subsídio de risco para os bombeiros fosse implementado o mais rapidamente possível.

Depois, um ano depois, porque isto demora, é complexo, e tudo o que é complexo é melhor não mexer, vamos deixar cair de podre, fazíamos um estatuto, exatamente como a Sra. Deputada Olivéria disse, e muito bem, o Estatuto do Bombeiro Profissional, e não um estatuto social, que são duas coisas diferentes. Como o Sr. Secretário ainda não tinha esta tutela, acredito que possa estar confuso neste momento. E foi o Sr. Presidente do Governo que disse Estatuto Profissional

do Bombeiro. É muito simples. E não era um estatuto social como temos lá fora. E aquilo que aconteceu até agora é que não temos.

E foi por isso que o PAN fez, obviamente, o Estatuto do Bombeiro Profissional, porque basta de gozarmos com os nossos bombeiros, que não têm uma carreira. Exatamente como o Sr. Secretário disse, que dá tudo e mais um par de botas aos bombeiros, só ouvi informação, dá uns pozinhos aqui, vamos dar aqui uns equipamentos... Então, e o ordenado? E, neste caso, a dignificação de darmos uma carreira a quem não tem carreira?

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*): Têm uma carreira, têm!

O Orador: Você consegue dormir à noite? Eu não consigo dormir à noite sabendo que não há uma carreira e o próprio Governo não a quer. Aliás, o Governo diz que não tem legitimidade para estar a mexer na ação privada, mas chega à Proteção Civil e exonera o comandante de um quartel de uma ação privada. Isto é que é muito engraçado sobre a legitimidade ou não do Governo. É para aquilo que apetece. Para onde é que está o vento? O vento está para aqui. Deixa-me exonerar o comandante porque me apetece. Aí já tenho competência. Mas eu não tenho qualquer competência em querer dar mais valorização aos nossos bombeiros assalariados, que são diferentes dos bombeiros voluntários, obviamente. Todos nós dignificamos também os bombeiros voluntários, mas não podemos nunca comparar quem tem a sua profissão fora dos bombeiros e dá o seu trabalho voluntário aos quartéis, ao serviço público regional, com aqueles que é a única profissão que têm. Ó Sr. Secretário, a si não lhe faz confusão nenhuma e quer meter tudo no mesmo bolo.

Aliás, eu tinha que me chicotear agora porque não falei com o Governo. Eu não falei com o Governo porque fiz o estatuto.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*): Não é com o Governo, é com as associações!

O Orador: Esteve na comissão. Há uma diferença entre nós: eu não faço vassalagem a influências, o Sr. Secretário faz. Essa é a diferença entre nós os dois.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Falar com quem paga os ordenados é vassalagem? Nem sequer o ouvi na comissão.

O Orador: E, como tal, legalmente, eu meto a iniciativa, faço a apresentação aqui. Não fiz urgência para ir à comissão, para ouvir todas as pessoas, incluindo o Sr. Secretário, que estava lá como Governo, incluindo a Federação de Bombeiros, incluindo a AMRAA, incluindo os presidentes das associações humanitárias, incluindo também o sindicato, incluindo a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais. Essa é a diferença, eu não faço vassalagem, eu não estou aqui à espera de falar com toda a gente para ver se está toda a gente confortável, porque ninguém está confortável há anos.

Aliás, falou sobre a discriminação a nível nacional e que isto é extemporâneo. Qual dignificação? Qual discriminação? A discriminação é negativa porque nos Açores estamos bem piores. O bombeiro profissional dos Açores está bem pior do que o da Madeira ou do continente. Veja os ordenados. Ó Sr. Secretário, basta olhar para os ordenados e ver quanto é que um bombeiro assalariado recebe nos Açores. Vá ver à Madeira e vá ver ao continente, para falar sobre discriminação. Você não devia sequer falar sobre discriminação.

Vamos falar também: quem é que paga? É muito simples, na proposta da alteração o PAN meteu quem pagava, é o Governo. Não podemos meter esse ónus nas associações humanitárias porque não conseguem pagar, obviamente. Ninguém estava à espera de que as associações pagassem isto. É o Governo que é obrigado, porque isto é um serviço público à sociedade civil açoriana. Aqui não estamos a fazer pãezinhos, estamos a dar o serviço à sociedade açoriana em termos de proteção. Há aqui uma grande diferença. E parece que o Sr. Secretário anda a brincar com os bombeiros. Essa é a diferença.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Não, não!

Pelo contrário!

O Orador: Vou dar um exemplo muito simples, que assim o Sr. Secretário consegue perceber: eu chegava aqui aos agentes da autoridade, neste caso às forças de segurança da PSP, que também estão aqui, e dizia-lhes: olhem, vamos deixar de ter carreira, porque ao Governo não lhe apetece, gosta de borlas. E, já agora, pedia à PSP para fazer de voluntariado duzentas horas para receber cinquenta paus. Eu gostava de saber o que é que a PSP ou a GNR diziam. Mas ao bombeiro, como é o parente pobre, podemos fazer aquilo que quisermos.

V. Exa. acha que à partida está cheio de ilegalidade. Os adjetivos são sempre os mesmos: ilegalidade, falta de preparação, vocês não sabem o que é que estão a fazer... Já estou habituado a isso, Sr. Secretário. V. Exa. sempre disse isso.

Mas não se esqueça de uma coisa muito simples: o Governo, neste caso a coligação, votou a favor em 2021. Isto é muito simples. Disse que ia cumprir com o estatuto e nunca cumpriu. Foi preciso um partido só com um deputado ter de meter aqui o estatuto para ver se a coligação ia votar a favor, como disse que votava em 2021, para dizer que existem ilegalidades. Esta é a diferença. E daqui não se consegue esconder, tem de mostrar o voto contra, para todos os bombeiros verificarem o que é que o Governo e a coligação acham sobre a carreira dos bombeiros.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É meritória a iniciativa que o PAN aqui nos traz, na medida em que nos vem lembrar, que mais não seja por isso, o debate que aqui foi feito aquando do projeto de resolução sobre o subsídio de risco. E se os Srs. Deputados bem se lembram, na altura, a Iniciativa Liberal, pela minha boca, advertiu da impossibilidade da

aplicação daquele subsídio de risco.

Deputado Pedro Neves (PAN): E disse outras coisas também!

O Orador: Foi penoso ter ido a todas as associações humanitárias de bombeiros voluntários dos Açores nos dias seguintes a esse debate e ter de explicar mais uma vez porque é que os bombeiros não iam receber o subsídio de risco que tinha sido aprovado na Assembleia Legislativa Regional dos Açores. O que é facto é que, passados três anos e quase mais seis meses, os bombeiros dos Açores ainda não receberam o tal subsídio de risco que foi aprovado aqui quase por unanimidade. E, como é óbvio, eu tenho de dizer isto, perdoem-me os Srs. Deputados e os Srs. Membros do Governo, a Iniciativa Liberal tinha razão na altura.

Este diploma que o PAN aqui nos traz, para já, é importante realçar o esforço de um deputado único para apresentar um documento desta natureza, com essa dimensão e com essa densidade. É lamentável que o Governo Regional dos Açores, em três anos e meio, depois da promessa que aqui fez neste Parlamento, não tenha conseguido chegar a uma coisa nem sequer próxima disso. E com todos os problemas que este diploma encerra, porque este diploma, e eu vou ser outra vez aquele que atira a pedrada no charco, encerra graves problemas. É por isso que a aplicação dele, se for aprovado, aqui, hoje, vai trazer os mesmos problemas da outra resolução que nós aprovámos há três anos e meio, porque este diploma interfere na vida de associações de direito privado, este diploma não salvaguarda a sobrevivência dessas organizações de direito privado, dessas associações de direito privado, nem mesmo com a proposta de alteração que o Sr. Deputado Pedro Neves entretanto introduziu.

E, portanto, o Chega já assumiu a sua posição ideológica. O Chega entende que essas associações de direito privado devem ser integradas no Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): São comunistas e não sabiam!

O Orador: Ou então extingue-se o voluntariado, extinguem-se as tais borlas,

como diz, e bem, o Sr. Deputado Pedro Neves, porque, de facto, a Região viveu de borlas esses anos todos. Inclusivamente, os Srs. Deputados não de ter memória de eu ter dito aqui nesta Casa, várias vezes, em debates sobre as minhas visitas oficiais às diferentes ilhas, onde reuni com os bombeiros, que era preciso atualizar os valores, por exemplo, do transporte de doentes não urgentes, do transporte de doentes urgentes, porque estavam a ser pagos abaixo do preço de custo que tinham as associações humanitárias de bombeiros voluntários da Região. Eu disse-o aqui várias vezes, perguntei várias vezes. E esses valores foram relativamente atualizados, sendo que em alguns casos são atualizados transversalmente e não são tidas em consideração algumas das especificidades de algumas corporações de bombeiros. Mas isto eu sei que era muito mais difícil, porque era preciso estar aqui a retalhar e a avaliar uma por uma os custos que têm.

Mas este diploma encerra também desse problema, ou nós vamos decidir aqui, e não contem comigo para isso, uma extinção das associações humanitárias dos bombeiros voluntários nos Açores e a integração delas no Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros e vamos aqui criar uma mega estrutura de proteção civil, ou vamos então tentar resolver o problema dos bombeiros por outra via, porque por esta via que está aqui, mesmo que votemos todos por unanimidade este diploma do PAN, com toda essa bonomia, não vamos resolver o problema.

Deputado José Pacheco (CH): Então diga qual é a sua proposta. Qual é o caminho? Os bombeiros querem saber qual é o caminho.

O Orador: A questão é mesmo essa, ou há um diploma que garanta as transferências do Orçamento da Região para as associações humanitárias para fazerem face a essa despesa, ou há a integração e a extinção delas definitivamente, integração no Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

E o Sr. Secretário disse dali uma coisa, eu não sei se todos estavam atentos, mas que me parece importante nós termos noção: essas borlas, durante muitos anos, funcionaram porque as associações iam conseguindo financiar-se. Uma das

vantagens de ter alguns cabelos brancos e falta de cabelo é ter estado cá há uns anos aí para trás e ter assistido à construção dos primeiros quartéis de bombeiros na Região Autónoma dos Açores. Sem ser a Bombaria de Angra e os Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, não havia mais nada. E eu assisti a esse crescimento, à construção desses quartéis todos, que são quase todos iguais, como toda a gente conhece e já visitou.

E, localmente, as populações acarinharam as suas associações humanitárias e contribuía com as suas quotizações e com os seus donativos para o financiamento dessas associações. Hoje, a sociedade civil açoriana está tão empobrecida que não há donativos, nem as associações podem subir as quotas, porque senão os sócios desaparecem, saem pela porta fora.

E, portanto, nós também temos de olhar para isso com essa responsabilidade, com a responsabilidade de quem vive numa região onde já a sociedade civil não consegue suportar estas corporações com os serviços que nós lhes fomos solicitando e que nós lhes fomos exigindo quase. Também essas primeiras associações que foram criadas nos anos oitenta, noventa, do século passado não tinham as responsabilidades que têm hoje os bombeiros dos Açores, eram responsabilidades completamente diferentes, eram situações completamente diferentes. E, portanto, temos de olhar para isso de uma forma mais abrangente e mais profissional.

Não são só os bombeiros dos Açores que estão aqui em causa, não é só a nossa segurança, não é só o empenho de cada um que vai resolver esse problema, há também uma desresponsabilização da sociedade civil. Eu sou do tempo em que, quando havia uma enxurrada, saíamos todos para a rua de pá e pica para limpar a rua. Hoje, saímos para a frente da câmara de televisão a dizer que o Governo ainda não apareceu, para a frente de um telemóvel a dizer que o Governo ainda não apareceu. E, portanto, todos também temos essa responsabilidade. Todos temos de apoiar aqueles homens para que possam prestar um serviço melhor.

Eu sou do tempo em que saíamos para a rua com ramos de árvores verdes para apagar o fogo, porque não havia bombeiros. Não havia bombeiros do Nordeste. Não havia bombeiros na Povoação. Não havia bombeiros em Vila Franca. Havia na Ribeira Grande e em Ponta Delgada. Não havia bombeiros. Os bombeiros voluntários de Vila do Porto eram os bombeiros do aeroporto. Não havia bombeiros voluntários em Vila do Porto, eram os bombeiros do aeroporto que socorriam as comunidades locais.

Portanto, tudo isso evoluiu. E, agora, estamos com um problema grave entre mãos, porque andamos nas borlas e a empurrar com a barriga para a frente, como de costume. E enquanto as associações forem resolvendo isso com as borlas e com as pancadinhas nas costas por causa de um carrinho vermelho que veio a mais, uma ambulância amarela ou uma coisa assim parecida, isto vai continuar na mesma.

Portanto, é de grande valor esta iniciativa que nos traz o Sr. Deputado Pedro Neves, que vem atirar uma pedrada no charco. Mas eu temo que isto não seja exequível. Eu temo que isto não seja aplicável. É preciso fazer muito mais do que isto que aqui está para que isto possa de facto chegar ao bolso dos bombeiros açorianos e que possa de facto dignificar um trabalho que é altamente meritório, que é abnegado, que muitas vezes é de grande sacrifício, que não tem horas, que tem exposição ao risco, é verdade, que tem exposição à insalubridade, é verdade. Mas, tal como eu disse na altura, não se enquadra na legislação que existe. E é por isso que não se pode pagar. Portanto, é preciso alterar tudo isso.

E o Governo prometeu, há três anos e meio, que tudo isso ia ser resolvido num ápice. Passaram três anos e meio, e nós não temos o Estatuto dos Bombeiros Profissionais dos Açores e não temos essa situação resolvida.

E há um problema ainda mais grave, porque podia dizer-se assim: ah, isso faz-se por contrato-programa. Mas também não é bem assim, porque os contratos-programa com as associações de direito privado não são legais. E, portanto, até

isso impede que nós aqui possamos dizer: ah, o Governo resolve isso com um contrato-programa. Não é bem assim. E que contrato-programa? E a associação A? E a associação B? Uma tem três mil habitantes, a outra tem dois mil, uma leva mais do que a outra, como é? Tudo isso tem de ser ponderado devidamente, para se poder aprovar um documento desta natureza e poder devolver, de facto, finalmente, aos bombeiros açorianos a dignidade que eles merecem.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Sr. Deputado Flávio Soares, faça favor.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero, em primeiro lugar, aproveitar esta oportunidade para prestar a nossa homenagem e o nosso sincero agradecimento aos soldados da paz, aos nossos bombeiros, que diariamente prestam serviço excecional de socorro às nossas populações. E faço-o através dos bombeiros presentes nesta Casa e dos senhores presidentes das associações.

Estes heróis, anónimos, enfrentam o perigo com coragem, muitas vezes colocando as suas próprias vidas em risco para salvar as dos outros. O seu compromisso e dedicação são um exemplo para todos nós.

Hoje, o Sr. Deputado Pedro Neves traz-nos uma iniciativa que visa aprovar o Estatuto dos Bombeiros Profissionais da Região Autónoma dos Açores. Embora reconheçamos que uma proposta com esta dimensão e complexidade deva ser debatida de forma ampla e com o envolvimento de todos, independentemente das discordâncias que possam surgir, a verdade é que nos convida a refletir sobre o papel dos bombeiros dos Açores e a encontrar soluções que respondam às suas reivindicações.

No entanto, apesar dos pontos positivos que esta iniciativa possa apresentar, a implementação do Estatuto dos Bombeiros Profissionais poderá ter contornos de

extrema dificuldades, desde logo porque implica um aumento significativo dos encargos financeiros das associações humanitárias.

A proposta, porém, não prevê como se financiará a sua implementação. Este é um ponto crítico que não pode ser ignorado, pois sem o financiamento adequado as associações podem enfrentar dificuldades financeiras insustentáveis. Aliás, como bem referem os pareceres que foram recebidos.

Deputado Pedro Neves (PAN): E a proposta de alteração, Sr. Deputado?

O Orador: Além disso, o diploma não apresenta soluções concretas nem medidas eficazes para resolver o problema do recrutamento. A criação de um instituto por si só não é suficiente para atrair novos bombeiros. A falta de incentivos ou programas de recrutamento torna a proposta insuficiente para garantir a retenção de novos bombeiros, especialmente em ilhas que contam com apenas um corpo de bombeiros.

(Aparte inaudível)

Sr. Deputado Pedro Neves, eu imagino que a minha intervenção possa incomodar, mas eu ouvi atentamente a sua intervenção e por isso deixo o apelo: por favor, deixe-me terminar a minha intervenção de forma calma e serena.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Precisamos de estratégias claras e objetivas que realmente motivem e atraiam profissionais para esta nobre missão. Algumas destas estratégias já constam do diploma do Governo que discutiremos de seguida.

Outro aspeto negativo desta iniciativa é a potencial discriminação entre bombeiros assalariados e bombeiros voluntários, o que pode gerar desigualdades e desincentivar o voluntariado, que é um pilar fundamental dos nossos corpos de bombeiros.

Deputado Pedro Neves (PAN): Esse discurso tem 25 anos!

O Orador: Isto pode colocar em risco a continuidade do voluntariado nos Açores. O voluntariado é a alma do nosso sistema de proteção civil. E qualquer medida que o enfraqueça deve ser reconsiderada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Neves (PAN): Vá ver os números! O Sr. Deputado não conhece os números!

O Orador: O sistema de promoções deve ser mais ágil e transparente, com menos entraves administrativos. Além disso, a limitação do número de vagas para promoção pode restringir as oportunidades de progressão. Precisamos de um sistema que reconheça e recompense o mérito de forma justa e eficiente.

O projeto atribui um papel central às associações de bombeiros, mas não especifica como será garantido o envolvimento adequado dessas entidades no processo de decisão sobre as novas regras laborais.

O diálogo com as associações deve ser aprofundado e rigoroso para garantir que as mudanças sejam exequíveis.

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é o prazo?

O Orador: Outro ponto importante é que a proposta interfere com a autonomia das associações de bombeiros, que são instituições de direito privado. Qualquer alteração do Estatuto dos Bombeiros Voluntários depende da vontade expressa dos seus associados. Respeitar a autonomia dessas associações é crucial para manter a confiança e a cooperação necessárias a um sistema de proteção civil eficaz.

Sras. e Srs. Deputados, a importância dos bombeiros é indiscutível, estes profissionais representam a primeira linha da defesa de diversas emergências que enfrentam diariamente, contudo é essencial que disponham das condições necessárias para desempenhar essa função de forma eficaz e motivada.

Devemos continuar a trabalhar para criar mais e melhores condições para os nossos bombeiros, quer em termos de equipamentos, como quartéis modernos ou

viaturas adequadas, quer em termos de recursos humanos. Nesse sentido, seria importante, por exemplo, a criação de uma equipa especializada para a valorização dos bombeiros nos Açores, que teria, por exemplo, o objetivo de analisar o existente, acompanhar o trabalho que está a ser feito a nível nacional nesta área e desenvolver um modelo de valorização dos bombeiros que se adegue à nossa realidade insular. A equipa deverá integrar representantes do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, das associações dos bombeiros, do comando dos corpos de bombeiros e de todas as outras entidades relevantes para este processo, de modo a apresentar propostas adequadas à nossa realidade, levando em consideração a coexistência de bombeiros assalariados e voluntários.

Nunca devemos esquecer a necessidade de melhorar a capacidade de resposta a emergências e valorizar as condições de trabalho dos bombeiros, promovendo um sistema de proteção civil cada vez mais eficiente. Assim, estaremos a dar um passo decisivo para assegurar a segurança da população e dignificar a carreira do bombeiro.

Estes homens e mulheres dedicam-se de corpo e alma à proteção das nossas vidas e bens. É nosso dever garantir que tenham as melhores condições possíveis para continuar a desempenhar o seu papel vital na nossa sociedade, Sras. e Srs. Deputados, sem demagogias ou populismos, mas com seriedade e responsabilidade.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, faça favor.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática** (*Alonso Miguel*):

Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, o Governo não é contra a profissionalização. O Governo é contra os moldes como o senhor propõe nesta proposta, de forma irresponsável, Sr. Deputado, sem pensar nas associações.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O senhor diz que eu lhe digo que as suas propostas não têm rigor, têm lacunas. Ó Sr. Deputado, o senhor, dos setenta artigos que tem, cinquenta são uma cópia de articulado que está disperso na legislação e que está mal enquadrado e com lacunas jurídicas e operacionais. O que é que quer que lhe diga? Eu podia-lhe ter dito isto em comissão se o senhor tivesse estado lá. Ora, eu estive na comissão a ser ouvido, o senhor não estava presente, quer que eu lhe diga isto onde? Tenho de lhe dizer isto aqui, Sr. Deputado, peço desculpa.

Deputado Pedro Neves (PAN): Ouvi-lo, Sr. Secretário, com essa arrogância?! Não ia perder o meu tempo consigo na comissão!

O Orador: Depois, em relação a essa conversa repetida de um euro acima do salário mínimo, Sr. Deputado, se eu acho que os bombeiros são bem pagos? Não, não são bem pagos. Mereciam ganhar mais? Mereciam sim, Sr. Deputado. Mereciam ganhar mais. Mas vou-lhe dizer uma coisa: aquilo que o senhor diz, que no continente os bombeiros ganham mais do que nos Açores, não, Sr. Deputado, isso não é verdade. Ganham mais os bombeiros aqui, têm diuturnidades e têm suplementos TAS, enquanto que lá fora não têm, Sr. Deputado, recebem quase todos o ordenado mínimo.

Ainda lhe digo mais, são cerca de 9,5 % os bombeiros que são bombeiros de terceira. Portanto, quando se diz que os bombeiros ganham um euro acima do ordenado mínimo, isso não é verdade.

Mais, tem sido feito um esforço que é materializável. Em 2025, será feito o maior investimento de sempre no Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores. O maior investimento de sempre, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Pedro Neves (PAN): Onde é que está o estatuto?

O Orador: Sr. Presidente, peço desculpa, não consigo.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Neves, eu peço-lhe encarecidamente que deixe o Sr. Secretário continuar, porque assim é impossível. Ó Sr. Deputado, nós estamos numa casa em que o debate e a diferença são salutares. Agora, o Sr. Deputado tem tempo, peço-lhe que deixe o Sr. Secretário continuar.

Faça favor, Sr. Secretário.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, se calhar, um aumento de 100 euros na sua algibeira não é significativo, mas aposto que um aumento de 100 euros na base da carreira é significativo para muitas famílias nesta Região das quais algum dos membros é bombeiro. E, portanto, eu julgo que foi um investimento importante e justo. Não é excepcional, reconheço, mas é aquele que foi possível.

Mais, no continente não há uma carreira, não há uma tabela, Sr. Deputado. O que eles estão a fazer no continente agora ou a tentar fazer é copiar o modelo que foi implementado aqui da portaria para as condições de trabalho e que nos permite ter um conjunto de condições que não há a nível nacional.

Deputado Pedro Neves (PAN): Já comparou os ordenados?

O Orador: E, portanto, não está tudo mal. É preciso melhorar? Com certeza, mas temos feito investimentos nos equipamentos, nas instalações, nas formações, na qualificação, nas valorizações salariais e num conjunto de outros domínios. Estamos a fazer o melhor que podemos. E queremos o melhor para os nossos bombeiros.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os bombeiros são profissionais que colocam tantas vezes a sua vida em risco para garantir a segurança de todos. E só por isso já merecem e têm direito a ter, efetivamente, condições de trabalho dignas e uma carreira que lhes dê perspetivas não só de estabilidade, mas também de remuneração compatível com as funções que desempenham, que são fundamentais nos dias de hoje. É impensável não ter um serviço de proteção civil com bombeiros profissionais — que se queira chamar assalariados ou profissionais, eu prefiro profissionais —, que garantam a segurança de todos.

E são essenciais em todas as ilhas, como bem sabemos, em várias áreas e com condições de trabalho que, para além do risco, muitas vezes também são adversas e difíceis.

Por isso, como é evidente, o Bloco de Esquerda concorda com a existência de um Estatuto do Bombeiro Profissional na Região, não sem antes dizer que o sistema que vigora na Região é um sistema já desatualizado, anacrónico, que não faz qualquer sentido e que não tem implementação prática nos dias de hoje.

Se se diz que esta proposta terá problemas de implementação, certamente que não é perfeita e tem problemas de implementação, convenhamos que é preciso admitir que o sistema atual é impraticável e é um sistema que já não serve a Região. E os problemas e as reivindicações dos bombeiros são um sinal disso, que alguma coisa

tem de mudar se nós queremos garantir que temos um Sistema Regional de Proteção Civil que responda perante os enormes potenciais problemas que temos por exemplo ao nível das catástrofes naturais.

E não é, efetivamente, possível, hoje, termos um sistema de proteção civil baseado em voluntariado. É inadmissível, em nosso entender, continuarmos com esse sistema de duzentas horas de voluntariado, que não é mais do que entregar trabalho voluntário e trabalho de graça. Isso não é admissível nos dias de hoje, nunca foi. Desta forma, hoje, não pode continuar. Por isso, rever todo esse sistema é fundamental.

Do ponto de vista meramente formal, admito que a proposta pode ter problemas do ponto de vista da legislação e de legislar para trabalhadores que são do setor privado, mas na verdade isso já acontece. O Sr. Secretário, há pouco, referiu uma portaria de condições de trabalho que é exatamente a mesma coisa.

Deputado Pedro Neves (PAN): Ah, pois é!

O Orador: E não é só nesse setor, convenhamos. Há mais exemplos e haveremos de ter esse debate mais à frente sobre outros assuntos. Há mais exemplos.

É um sistema que foi criado num contexto, que era o que existia, mas que está desatualizado, não pode continuar. Por isso, nós acompanhamos a proposta, sabendo que ela tem problemas, admitimos que tem.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Passa por cima da lei!

O Orador: Mas este sistema atual não resolve nenhum problema da Região no futuro, terá de ser alterado.

E nós continuamos a tapar o sol com a peneira dizendo que vamos criar o Estatuto de Bombeiros. Vamos revendo a tabela salarial ano a ano, a meio do ano quando deveria ser no início do ano. Ficam os bombeiros à espera da revisão da portaria. E todos os anos têm de pedir a revisão da portaria, que é algo totalmente inadmissível. Tudo isto tem de ser alterado. E esta proposta tem, efetivamente, o

mérito de colocar em cima da mesa este problema.

De facto, a proteção civil é cara. A segurança de todos nós custa dinheiro. E vai custar mais, não nos enganemos. A evolução das exigências nesta área, a evolução dos equipamentos, a evolução da exigência da população relativamente à sua proteção civil vai torná-la cada vez mais cara.

E se alguém diz que uma proposta destas, esta ou outra deste tipo, será de implementação cara, bem, é evidente. Como é que se valoriza o trabalho dos bombeiros sem dinheiro? Como é que se valoriza o trabalho dos bombeiros sem lhes aumentar o salário e a capacidade de progressão na carreira?

Como é evidente, a proteção civil é essencial. E esta proposta vem, efetivamente, trazer o problema onde ele deve ser colocado. Que futuro é que nós queremos para a proteção civil e para a carreira de bombeiros?

Sabendo bem que também é preciso chamar as autarquias a este debate, porque não pode ser apenas a Região a arcar com os custos, têm responsabilidade nesta matéria, responsabilidade legal.

Deputado Pedro Neves (PAN): As autarquias dizem que não têm competência. As autarquias não querem pagar.

O Orador: Sabemos que as autarquias, pela sua dimensão, nunca poderão garantir esse sistema por si só, mas é, para nós, incompreensível que haja autarquias de grande dimensão em São Miguel que não tenham bombeiros sapadores. Sai muito mais barato às autarquias. E também têm de contribuir de uma forma ou de outra, seja com a criação de corpos de bombeiros sapadores, seja contribuído para o Serviço Regional de Proteção Civil, para efetivamente pagar a proteção civil, que também é responsabilidade sua, e os salários dos bombeiros, garantindo estabilidade, dignidade no trabalho e uma carreira justa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18 horas e 10 minutos.

Eram 17 horas e 48 minutos.

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 12 minutos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Pedro Neves, a quem dou a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Flávio Soares, o discurso de V. Exa. foi um discurso que parecia ser dos anos noventa. Eu apoiava totalmente se fosse nos anos noventa, em que, obviamente, o motor dos bombeiros era o voluntariado. Neste momento, na terceira década do século XXI, não é verdade. E basta olhar para os factos, basta olhar para os números, dos quais o Sr. Deputado não vem munido ou então não estudou corretamente este diploma. Prefere vir aqui dizer, sem saber qual é o meu móbil de apresentar nesta Assembleia, que eu sou demagogo ou populista sem perceber sequer o porquê de apresentar esta iniciativa.

Deputado Flávio Soares (PSD): Eu não disse que era o senhor, mas se a carapuça lhe serve...

O Orador: E o porquê desta iniciativa, também para responder ao Sr. Secretário Regional Alonso Miguel, tem a ver apenas com uma promessa feita pelo próprio Governo, que não cumpriu até aos dias de hoje. A primeira iniciativa do PAN, em 2020, quando eu fui deputado pela primeira vez, foi o projeto de resolução dos bombeiros, com uma promessa inequívoca da parte do Governo de que iria cumprir. Depois, verificou, e obviamente temos de dar a mão à palmatória, que não podia ser, então tínhamos de fazer um estatuto, porque só com a carreira é que se pode ter o subsídio de risco. Tudo bem. Até hoje, nunca foi cumprida essa

promessa. Por isso é que o PAN apresentou nesta Assembleia, não de uma forma populista, não de uma forma demagoga, mas sim para cumprir aquilo que é uma justiça, que acho que todos concordam, independentemente se esta iniciativa é imprópria, fere a lei, tiramos o olho à Constituição Portuguesa, seja o que for.

O que interessa aqui é que há um bloqueio da parte do Governo. E o Governo não fez absolutamente nada até hoje. Desde 2020 até agora, não fez absolutamente nada relativamente à carreira dos bombeiros profissionais, neste caso aos bombeiros assalariados nos Açores.

Mas sobre os voluntários serem o motor dos quartéis, não é verdade. E eu posso-lhe responder: o quartel da Graciosa, 84 % são profissionais; o de Ponta Delgada, 76 %; o Sr. Deputado vem do Nordeste, se calhar conhece só o Nordeste, é o que tem menos, que é 32 %; se virmos aqui no Faial, são 62 %; Madalena, 82 % de profissionais; Velas, 83 %; Flores, 88 %.

Deputado Flávio Soares (PSD): Não são profissionais, são assalariados. É muito diferente.

O Orador: E podia continuar para demonstrar que, apesar de eu apoiar totalmente os bombeiros voluntários, completamente, aqui só estamos a falar de uma carreira para quem esta é a única profissão que têm, não têm outra profissão além do tempo que dão ao serviço dos açorianos.

Por isso, eu não entendo porque é que acha que eu sou demagogo. Não concorda com a situação? Acha que isto é uma demagogia populista? Eu pergunto: o que é que a coligação, tendo em conta que é o partido com mais deputados, fez relativamente à carreira dos bombeiros?

E agora vão ao congresso nacional, já teve congressos antes, falar com o PSD nacional... Se fossem falar com o PSD Madeira, se calhar aprendiam alguma coisa relativamente aos bombeiros, a forma como os bombeiros são tratados.

Se nós virmos também que esta iniciativa não é boa, o que é que o Governo fez? A iniciativa que nós vamos falar a seguir? Alguma coisa tem a ver com a outra?

Nada tem a ver. Os bombeiros profissionais continuam sem uma carreira depois dessa iniciativa do Governo ser apresentada e ser aprovada. Nada disso poderá acontecer.

Sabendo à partida que esta iniciativa vai ser chumbada, está mais que certo, vai ser chumbada, estou a dizer uma coisa nova para vocês, vai ser chumbada quase de certeza, para não dizer de certeza absoluta, se calhar o Governo podia informar todos nós, se calhar precisamos de um plano de financiamento ou de um novo tipo de financiamento das associações humanitárias. E nada fez até agora. Prefere bloquear tudo o que tem a ver com os bombeiros na profissionalização. Continua a comparar os voluntários com aqueles que são assalariados, que não há comparação.

Deputado Flávio Soares (PSD): Ah, já corrigiu.

O Orador: Nós não podemos fazer essa comparação. Ó Sr. Deputado, estamos a falar de uma carreira. Não estamos a falar de quem tem uma profissão, que é contabilista e é bombeiro voluntário. São coisas completamente diferentes. Você não vai ter duas carreiras na sua vida. Você só tem uma carreira. E depois é voluntário, porque, de forma empática, dá o seu tempo à sociedade civil. Isto é muito simples.

E o problema está nos partidos políticos que, como disse, querem fazer um grupo de trabalho, porque gostam de conversar. Vamos conversar. Já estamos a conversar há 25 anos e não fizemos absolutamente nada para dar uma carreira aos bombeiros. Querem continuar a conversar.

E diz que o PAN, obviamente, não quer conversar absolutamente com ninguém, mas eu meti isto na comissão, não fiz nenhuma urgência, foi para a comissão para ouvir todas as pessoas que nós queríamos ouvir e para as pessoas demonstrarem se eram a favor ou não.

Mas vamos ser sinceros, isto era para dar uma carreira aos bombeiros. Não era se os presidentes das associações ou, neste caso, se a direção de cada quartel estava

a favor ou não, era dar uma carreira a um bombeiro individualmente.

E eu percebo, obviamente, as associações humanitárias relativamente ao financiamento. Eu meti na proposta de alteração o financiamento que é dado pelo Governo. E o Sr. Deputado não viu a proposta de alteração, porque tenta interpretar de outra forma, que não há outra forma. E se mesmo assim tem dúvidas, eu posso alterar essa proposta de alteração para o Sr. Deputado ficar mais contente, para saber que o espírito do legislador é que seja o Governo a pagar aquilo que é uma necessidade da proteção civil à sociedade açoriana. É muito simples.

Acabaram as borlas. Nós não temos de dar bordas. Nós não temos de funcionar com a proteção civil à base de voluntários ou à de bombeiros assalariados, que nem sequer conseguem ter um crédito à habitação. Vão ao banco e não dão um crédito à habitação, porque não têm sequer carreira. Mas para os Srs. Deputados não interessa. O que interessa é que temos de conversar. Vamos todos conversar e continuar a conversar durante mais vinte anos, ou então esperar pela República, ou então por um financiamento novo e diferente para as associações humanitárias. Se calhar, basta olhar para a Madeira para verificar o que é que estão a fazer neste preciso momento. E já altera bastante aquilo que nós temos aqui nos Açores. Basta olhar, basta fazer essa comparação. E acho que os Srs. Deputados não fizeram ainda essa comparação.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Apenas para fazer aqui um esclarecimento ao Sr. Deputado Nuno Barata, parece que eu não me expliquei muito bem. O Chega não defende o fim das associações humanitárias, antes pelo contrário. O que o Chega defende é que deve existir um

corpo profissional de bombeiros, que estejam afetos ao Estado, porque compete ao Estado a proteção civil da sociedade.

Claro que, se for para continuar, e esperemos bem que sim, que continue a haver bombeiros voluntários e que eles se mantenham nas corporações de bombeiros. Agora, a única coisa que a gente disse e que a gente defende, que fique bem claro, não é a extinção das corporações, Sr. Deputado, é que haja bombeiros profissionais integrados no Estado, porque o Estado tem essa missão e tem essa responsabilidade para com as populações. Apenas isso. Foi isso que dissemos. Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do CH: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Flávio Soares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pedro Neves não gosta que existam opiniões diferentes da sua, fica muito revoltado e muito exaltado quando existe uma pluralidade de opinião, quando existe um debate de ideias, que é aquilo que nós estamos aqui a fazer.

Deputado Paulo Simões (PSD): Muito bem!

O Orador: Ninguém da bancada do PSD disse que era contra a profissionalização. Ninguém disse que nós não concordávamos...

Deputado Pedro Neves (PAN): Não fazem nada!

O Orador: Ó Sr. Deputado, tem de aprender a ouvir os outros Deputados!

Deputado Pedro Neves (PAN): É um aparte!

O Orador: Porque se o senhor não consegue perceber e ouvir aquilo que nós estamos a dizer, então não estamos a fazer nada aqui, Sr. Deputado. Ouça o que

os Srs. Deputados e os Srs. Membros do Governo têm a dizer, Sr. Deputado! Ouça aquilo que nós temos a dizer!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Nós respeitamos a sua opinião. O Sr. Deputado pode respeitar, obviamente, a nossa opinião. Pode não concordar com ela, mas respeite, se faz favor, a nossa opinião...

Deputado Pedro Neves (PAN): Eu não estou a fazer nada de mais.

O Orador: ... e a opinião do Governo Regional e as opiniões das associações humanitárias de bombeiros, que nem uma concordou com aquilo que está explanado neste diploma.

Mais, Sr. Deputado, o Sr. Deputado diz que eu não me preparei, que não estudei o diploma, que não sei do que é que estou a falar. Pois, Sr. Deputado, na verdade não fui eu que fiz um diploma com esta complexidade, um diploma com este detalhe, sem ouvir as associações, sem envolver todos os entendidos na matéria, estar completamente isolado, que foi aquilo que o senhor fez.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O senhor apresenta-nos aqui um diploma sem ouvir ninguém. Aliás, tanto que, inclusivamente, disse agora em aparte, quando o Sr. Secretário Regional estava a intervir, que nem queria saber da opinião nem contava com a opinião do Governo Regional para nada. E, portanto, isso só demonstra a abertura do Sr. Deputado na elaboração dos diferentes diplomas.

Sr. Deputado, nós concordamos que há a necessidade urgente de dignificar os

nossos bombeiros. Concordamos que algo tem de ser feito rapidamente. E por isso é que eu propus, de forma oral, a criação de uma equipa especializada para a valorização dos bombeiros nos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): E qual é o prazo?

O Orador: Esta equipa serve precisamente para aquilo que o senhor não fez, para ouvir, auscultar, recolher contributos. E aí, sim, termos um diploma que vá ao encontro não só dos bombeiros, mas também que seja consensualizada com todas as associações, a federação, a própria Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Governo Regional.

Disse. Muito obrigado.

Deputado Paulo Simões (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só informar a Mesa que não ouvi, sim, os presidentes das associações humanitárias nem as direções das associações, mas eu ouvi os bombeiros assalariados, neste caso a Associação Nacional de Bombeiros e o Sindicato dos Bombeiros, que eram as pessoas que defendem os bombeiros. É só para informar a Mesa, porque estamos a falar aqui de mentiras da parte do Sr. Deputado Flávio Soares, que devia ter um bocado de cuidado se eu respondi ou não. Agora, as influências é que é um bocado diferente.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Isso não é propriamente uma interpelação, isso é uma intervenção.

Deputado Pedro Neves (PAN): Já sabemos quem é que você serve!

Deputado Flávio Soares (PSD): O Sr. Deputado respeite-me!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ó Sr. Presidente...

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel, faça favor.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa que o PAN apresentou a esta Casa, o Projeto de Decreto Legislativo Regional — Estatuto dos Bombeiros Profissionais da Região Autónoma dos Açores, e sem saber ainda o que os diferentes grupos e representações parlamentares no final do debate que decorre irão decidir, podemos dizer, sem sombra de dúvida, que a iniciativa tem o valor e o mérito de ter trazido à discussão e à análise a situação dos nossos bombeiros e das nossas associações.

Esta iniciativa teve e tem o mérito de fazer com que muito fosse esclarecido nas audições e pedidos de parecer que foram solicitados, onde tivemos a oportunidade de perceber muito mais sobre as carreiras dos bombeiros, o financiamento das associações, ou a falta dele, e também, ainda, muito importante, fomos esclarecidos sobre muitas das alterações estruturais que são verdadeiramente necessárias serem implementadas para este setor.

E, sim, devemos ressaltar o que foi dito por todos, que existe a necessidade da criação de um Estatuto dos Bombeiros na Região Autónoma dos Açores. Esta é uma verdade que até já foi nesta Casa alvo do Projeto de Resolução n.º 51/2021/A, de 25 de outubro, aprovado por unanimidade, que recomendava que o Governo, no prazo de um ano, apresentasse a esta Assembleia uma proposta de Estatuto do Bombeiro na Região Autónoma dos Açores. Já passou muito tempo. E note-se que, 25 de outubro de 2021, oito meses depois, em junho de 2022, na cerimónia de inauguração do quartel da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Povoação, o Presidente José Manuel Bolieiro anunciou que “garante a revisão

do Estatuto de Bombeiro desenvolvida em processo participativo”. Quatro meses depois, em 2022, 25 de outubro, um ano após a aprovação da resolução, José Manuel Bolieiro voltou a anunciar que “o Estatuto dos Bombeiros vai ser trabalhado pelo Governo dos Açores”. Depois, em 10 de julho de 2023, assume o compromisso, numa notícia na Antena 1, que “a Região vai definir até ao final do ano [volto a repetir, 2023] o Estatuto do Bombeiro Açoriano e um regime de financiamento para as corporações. Passou, efetivamente, muito tempo.

E, sim, voltando novamente àquilo que estava a dizer, temos de realçar, e esta iniciativa vem realçar, a dignidade da atividade que estes operacionais desenvolvem. E é imperativo reconhecer a importância destes homens e mulheres, sejam eles assalariados ou não, devendo ser também necessário ter a devida atenção que qualquer alteração tem de ser feita de uma forma cuidadosa e ponderada.

O que nos foi dito e foi referido nas audições é que não se pode criar por decreto o que deve ser feito com diálogo e concertação entre as associações, os seus corpos de bombeiros e os seus órgãos representativos, que defendem que o caminho que tem de ser feito com muita responsabilidade e com diálogo permanente entre as associações, com a Federação de Bombeiros, com as entidades representativas do setor e de acordo, repito, de acordo com as audições e pareceres recebidos. Esta iniciativa representa uma postura contrária a esta metodologia.

Volto, no entanto, a referir que a intenção desta iniciativa tem na sua essência uma boa intenção, a de promover um verdadeiro sobressalto organizacional na carreira dos bombeiros dos Açores. No entanto, pelo que foram as audições e os pareceres já referidos, pecou pelo percurso, que esqueceu etapas ao não ter sido sujeito à necessária discussão e articulação com as instituições e as associações, que são de direito privado, que têm como propósito criar e manter um corpo de bombeiros, bem como não foi discutida com o Governo Regional e com os municípios, que

são, no fundo, de forma indireta, as únicas fontes de financiamento das associações. E digo de forma indireta, porque na realidade não existe financiamento, mas sim um pagamento da prestação de serviços que são prestados por estas associações.

Mas sobre a iniciativa ainda foi referido que a mesma pretende criar um Estatuto Profissional dos Bombeiros e que tal proposta ao não ser analisada com a devida cautela e caso venha a ser aprovada, disse quem nos prestou esclarecimentos na comissão, vai criar desafios que podem comprometer a sustentabilidade atual do sistema, que, como já foi referido pelas associações e pelos seus corpos de bombeiros, são a espinha dorsal das operações de socorro nos Açores.

Convém lembrar, e foi também patente em todas as audições, que estas associações dependem de apoios públicos e de apoios comunitários, tendo apenas como receita própria aquela que é resultante da prestação de serviços, como já acabei de referir.

Também foi alertado que os subsídios e complementos propostos nesta iniciativa podem pôr em risco as associações. E, portanto, a sua aplicabilidade é também discriminatória entre bombeiros.

E é importante sublinhar que o atual diploma propõe-se legislar num quadro de instituições que são de direito privado, ainda que estas possam prosseguir o interesse público.

Segundo algumas das audições e pareceres, as imposições de quadros normativos deste género interferem com a autonomia das associações e com os seus associados e defendem o respeito pela autonomia das mesmas, dando nota que a aprovação deste diploma implica impor às associações regras que não o podem fazer sem alteração dos seus estatutos.

Foi ainda referido que este diploma apresenta algumas inconsistências e lacunas jurídicas e cria expectativas que na prática são impossíveis de concretizar ou, melhor dizendo, que a serem impostas colocam em risco a eficácia e a

operacionalidade das associações.

Mas continuo dizendo que este grupo parlamentar entende que há necessidade de uma abordagem séria, que respeite e dignifique os bombeiros, que assegure a sustentabilidade das associações e preserve a dignidade dos homens e mulheres que dão o melhor de si pelo bem de todos nós, açorianos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Ainda, para concluir, aquele diploma que o Sr. Deputado Pedro Neves nos trouxe, dizer que ele, sim, é meritório e, como disse, merece todo o nosso respeito. E é meritório porque nos traz à discussão e coloca a nu a falta de atenção que o Governo tem dado às associações e aos seus corpos de bombeiros, deixando passar muito tempo sem apresentar o estatuto, conforme a resolução aprovada.

E deixa, mais uma vez, bem patente a inação deste Governo, que não assume a responsabilidade que tanto apregoa e que os açorianos lhe confiaram, que deveria ser o mais nobre dos seus intentos: governar e governar bem para todos os açorianos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Este é um dos maiores desígnios que se espera de V. Exas., que no caso das associações e corpos de bombeiros se aguarda há muito tempo, pelo menos, como já aqui foi referido, há três anos e meio, desde a aprovação da resolução que foi aprovada nesta Casa. O que se pede é apenas o cumprimento do que foi votado e aprovado nesta Casa.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional do Ambiente, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática** (*Alonso Miguel*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Flávio Soares, não, o Sr. Deputado Pedro Neves não disse apenas que não queria saber da opinião do Governo, o Sr. Deputado Pedro Neves disse que o que o Governo fazia ao ouvir a federação e as associações e a associação de municípios era vassalagem. Portanto, o seu sentido democrático está um bocadinho reduzido e diminuído, Sr. Deputado Pedro Neves.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Efetivamente, este modelo é um modelo que tem muitas imperfeições, é verdade. É preciso melhorá-lo e é preciso mudar muita coisa, também é verdade. Mas a verdade é que um modelo sem voluntariado não funciona. Os Estados Unidos vivem de voluntariado, 65 % dos bombeiros nos Estados Unidos são voluntários. Portanto, o Governo não é contra a profissionalização. Mas o senhor tem de respeitar os estatutos das associações, que têm corpos de bombeiros voluntários. Se elas entenderem que devem alterar para mistos, sim senhor, nós ficamos muito satisfeitos, mas essa alteração não parte do Governo e nós não ingerimos em competências que são de entidades de direito privado.

Depois, para responder ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, ao Sr. Deputado António Lima, o senhor fala na PCT, que não há ingerência. Não, a PCT senta à mesma mesa as associações representadas pela federação, os sindicatos, o Governo Regional. E há um mecanismo de negociação. Não é mesma coisa, Sr. Deputado, portanto, não faça confusões.

Deputado António Lima (*BE*): E quem é que publica a portaria?

O Orador: Depois, a tabela foi aprovada no final do ano. Evidentemente que foi

aprovada no final do ano. Então, foi criada uma instabilidade política, caiu um Parlamento, foi dissolvida uma Assembleia, caiu um Governo.

Deputado António Lima (BE): E os anos anteriores?

O Orador: Nós íamos fazer a aprovação, a renovação e a atualização da tabela quando, Sr. Deputado? E sabe quem é que foi decisivo para atirar o Governo ao chão e para se fazer a dissolução da Assembleia? O Bloco de Esquerda, Sr. Deputado. Portanto, quanto a essa matéria também estamos conversados.

Depois, para terminar, Sr. Deputado Pedro Neves, o senhor deve desconhecer a realidade da ilha das Flores, de certeza absoluta. A ilha das Flores tem um corpo de bombeiros, o corpo de bombeiros de Santa Cruz. A um governante exige-se que antecipe os problemas e que resolva em favor do superior interesse público. Há uma instabilidade latente naquela associação há muito tempo. Era preciso salvaguardar que o socorro às populações não era colocado de modo nenhum em causa. E também era preciso garantir que a ilha funcione normalmente, porque a atividade tão preciosa dos bombeiros, como todos nós reconhecemos, serve para fazer funcionar o aeroporto, serve para fazer o abastecimento de combustíveis, serve para fazer o transporte urgente de doentes, não urgente de doentes e uma série de outras atividades que são fundamentais. E, portanto, a tomada de decisão é uma tomada de decisão legítima, porque salvaguarda o interesse público.

E mais, quem faz a homologação dos senhores comandantes é o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores. Portanto, não há aqui nenhuma ingerência. Quem fez a homologação também tem a responsabilidade de avaliar se está em causa ou não o superior interesse público. Foi essa a avaliação que foi feita. E acho que é uma decisão que vai contribuir para restabelecer a paz naquele corpo de bombeiros e, quem sabe, trazer vontade aos florentinos de apresentarem listas aos órgãos sociais daquela associação.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A atividade de bombeiro, seja ele bombeiro voluntário, bombeiro assalariado, bombeiro sapador, bombeiro municipal, bombeiro profissional, é uma atividade nobre e uma atividade essencial à nossa sociedade, pois é a garantia da nossa segurança. E, portanto, obviamente que estamos todos empenhados e comprometidos em melhorar, dentro daquilo que são as possibilidades, tudo o que for possível fazer para não só valorizar as carreiras, melhorar os salários, melhorar as condições de trabalho, seja ao nível dos quartéis, dos equipamentos, portanto, obviamente que estamos todos.

O Sr. Secretário, hoje, aqui, já nos deu um exemplo muito concreto daquilo que são os investimentos que estão em execução e que estão previstos serem realizados nos próximos tempos para exatamente melhorar as condições de trabalho dos nossos bombeiros.

Obviamente que também a sociedade de hoje é uma sociedade diferente da sociedade de há vinte anos atrás, é uma sociedade mais egoísta, uma sociedade menos participativa. E, portanto, também isto traz um desafio não só aos corpos de bombeiros voluntários que temos na nossa Região, como às próprias associações humanitárias e também à nossa sociedade, porque é cada vez mais difícil recrutar quem queira ser voluntário não só para os bombeiros, como para outras atividades. Hoje, a sociedade está mais materializada e, portanto, as pessoas querem sempre receber algo em troca pelo serviço ou pelo tempo que dedicam à sociedade, a causas muito nobres e necessárias ao nosso funcionamento. Isto é um

problema da nossa sociedade e não é o âmago da iniciativa que está aqui, mas esta iniciativa é a consequência dessa circunstância. E, portanto, somos uma sociedade que também é mais exigente, queremos que quem nos socorre tenha mais habilitações, tenha mais capacidade. Também a própria tecnologia evoluiu e exige dos bombeiros uma permanente atualização. E, portanto, tudo isto é muito mais complexo e exigente. Isto é reconhecido. E o Governo, obviamente, tem isso em atenção.

Agora, o que acontece com esta iniciativa é uma tentativa do PAN, nas próprias palavras do promotor, do Deputado Pedro Neves, de não querer ouvir as associações humanitárias, os representantes dos municípios, a Associação Regional de Municípios, o próprio Governo, por achar que isso é desnecessário para a sua iniciativa. Mas a sua iniciativa assenta numa coisa, assenta na criação de um corpo profissional que tem como contrapartida uma remuneração.

Pudemos ouvir na comissão que os municípios não querem estar presentes nisto, as associações humanitárias não se reveem nesta iniciativa e o Governo também não foi chamado para a elaboração desta proposta. E, portanto, falta aqui um elemento essencial para a materialização desta proposta do PAN, que é o dinheiro. De onde é que vem o dinheiro para pagar estes bombeiros profissionais que o PAN quer recriar? E, portanto, isto é um elemento fulcral da iniciativa, mas que também é omissa, intencionalmente omissa.

E, portanto, o que é que temos aqui? Temos uma tentativa de criar um corpo de bombeiros profissionais nos Açores da noite para o dia, contra tudo e contra todos, sem dialogar, sem acautelar os meios para financiar esta proposta.

Mais, isto, na realidade, o que é que parece? Parece que é uma corrida entre o PAN e o PCP, que na Assembleia da República também está com propostas para criar um corpo profissional, e parece que aqui querem ver quem é que é o primeiro a criar um corpo profissional de bombeiros no país. Mas, Sr. Deputado Pedro Neves, já existem bombeiros profissionais no país, chamam-se bombeiros

sapadores, bombeiros municipais. Mas o senhor não quer transpor essa realidade para os Açores, o senhor quer criar ainda uma outra categoria profissional, que é para lançar então o caos total a nível nacional naquilo que é a proteção civil, nas suas diversas componentes.

E, portanto, o que é que o senhor quer? A sua grande vitória não é a aprovação desta iniciativa. A sua grande vitória vai ser exatamente o chumbo da iniciativa, que é isso que V. Exa. quer, porque, se V. Exa. estivesse preocupado com a aprovação da iniciativa, tinha acautelado diversas matérias, como aquela do financiamento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E, portanto, Sr. Deputado Pedro Neves, nós estamos ao lado dos bombeiros, somos favoráveis à melhoria das condições, da carreira, da remuneração dos bombeiros e de todas as condições necessárias que dignifiquem a sua atividade, que é uma atividade essencial e necessária, mas nós não podemos concordar com esta sua iniciativa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Pinto, eu tenho de desconstruir pelo menos três coisas daquilo

que disse. Primeiro, eu nunca disse que não queria ouvir, neste caso, todas partes relativamente aos bombeiros, simplesmente disse que não queria ouvir o Sr. Secretário Regional Alonso Miguel, porque não me apeteceu.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*): Disse que era vassalagem.

O Orador: Se aceitarem, dói menos.

Agora, eu não estou aqui para esvaziar as comissões permanentes da Assembleia Regional, como tentam dizer, com o argumento da parte do PSD, do CDS e também da parte do Sr. Secretário Regional de que eu não ouvi absolutamente nada, para construir alguma coisa. Não, a comissão serve mesmo é para construir. Eu sei que faz um pouco confusão, porque a comissão serve apenas para brilhar em alguns momentos, mas não dá sequer uns apartes para melhorar a iniciativa, tirando, obviamente, as entidades externas da Assembleia Regional. Sei que estão habituados a isso, tudo bem, são as regras que fizeram.

Contudo, na comissão, eu vou ouvir, obviamente, todas as entidades que estão diligenciadas por todos os partidos. E é para isso que a comissão serve. Senão a comissão era tudo uma badalhada. E obviamente que não. Temos de respeitar as nossas comissões permanentes.

E as únicas duas que eu não ouvi foi a do Sr. Secretário Regional e foi a do Sr. Presidente da Federação, porque não podia.

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Não podia ou não lhe apeteceu? Acabou de dizer que não lhe apeteceu.

O Orador: Nós temos a possibilidade de ouvir por videoconferência, puxo para trás e vou ouvir as comissões, obviamente, com um filtro, porque há pessoas que eu não gosto de ouvir. Obviamente, tenho de admitir. E não tenho qualquer problema em admitir, não sou politicamente correto nem nunca serei.

Relativamente ao PCP, não há corrida nenhuma.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Era muito simples, o Governo tinha de apresentar neste caso na legislatura passada e não o fez. Eu fiz uma promessa. E eu cumpro as minhas promessas, o Governo não cumpre as suas, essa é a diferença, Sr. Deputado Pedro Pinto. E eu cumpri. Se eu for eleito, a primeira coisa que eu vou fazer é fazer o Estatuto do Bombeiro Profissional. Não estou a correr absolutamente atrás de ninguém, tanto que eu fiz em 2021. O PCP, então, se calhar, vai atrás, porque foi só agora que fez, com um agendamento potestativo. E fez muito bem em fazer esse agendamento protestativo.

Sobre o PAN querer chumbar isto, não, isto não tem a ver com o PAN.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar, por favor.

O Orador: Isto tem a ver apenas com assumir as dores, que a maior parte das pessoas não querem assumir.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: É apenas dar uma carreira aos bombeiros profissionais. E fica a saber, Sr. Deputado Pedro Pinto, que foi por isso que não foi aprovado hoje, e o Sr. Secretário Regional sabe.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O PAN esgotou o seu tempo.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado José Eduardo, faça favor.

(*) Deputado José Eduardo (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu próprio e outros nesta Casa, hoje, já se referiram à resolução. E aqui quero fazer uma retificação, porque, com a troca de notas, na leitura disse 51/2021 e o número correto é 53/2021. E também me referi às declarações do Sr.

Presidente do Governo.

E gostaria de lhe perguntar, Sr. Secretário, até porque é importante para que nesta Casa se decida em consciência, porque ainda não decidimos e vamos votar a seguir, sobre a proposta que aqui está a debate: qual o compromisso do Governo em relação às datas em que irá apresentar nesta Casa o novo Estatuto do Bombeiro dos Açores e o regime de financiamento às corporações? Esta resposta é, para nós, essencial e imprescindível para a tomada de uma boa decisão em relação a este diploma que está em análise.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, faça favor.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, ainda bem que interveio novamente, há pouco esqueci-me de me referir também à sua intervenção. O senhor diz que este Governo tem feito pouco pelas associações. Ó Sr. Deputado, os valores de investimento do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros deste Governo e do anterior são os maiores de sempre. Se quisermos detalhar e ir à emergência médica pré-hospitalar, há uma subida, de 2020 para 2024, de 35 %, Sr. Deputado! Não era feita uma renovação da frota vermelha desde 2010, Sr. Deputado! Estava tudo a

cair!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Dito isto, Sr. Deputado, o estatuto que nós nos comprometemos e que vem hoje é o Estatuto Social do Bombeiro. E o modelo de financiamento das associações humanitárias de bombeiros voluntários não vem aqui, é uma resolução do Conselho do Governo, porque a forma jurídica não é essa.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Porquê? Pode vir.

O Orador: Ó Sra. Deputada, se quiser inscreve-se, ainda tem tempo.

Também informo que já está agendado para Conselho do Governo. Portanto, para dar esta nota aos Srs. Deputados. E os compromissos que nós assumimos são para cumprir. Portanto, se este Parlamento entender aprovar hoje ou amanhã o Estatuto Social do Bombeiro, já está agendado para Conselho do Governo o novo modelo de financiamento das associações humanitárias de bombeiros voluntários dos Açores. E o Governo terá sempre o compromisso, dentro das suas possibilidades, de valorizar e dignificar os nossos bombeiros e esta atividade preciosa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Flávio Soares, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Flávio Soares (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou ser muito breve, até porque acho que não há necessidade de estarmos a entrar em detalhes, mas permita-me, Sr. Presidente, que refira aqui dois ou três

aspectos que me deixam muito triste ao ouvir dentro desta Casa. Um deles foi chamarem-me mentiroso. E dizerem que não vão às comissões porque não apetece ouvir determinadas pessoas. E eu acho, Sr. Presidente, que não é para isto que os açorianos nos elegem.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Todas as Sras. e Srs. Deputados têm, obviamente, a sua liberdade para fazer o trabalho que entenderem, de proximidade, de maior distanciamento, de participação presencial nas comissões, de visitas às instituições e entidades, de estar fechado em casa, de participar por videoconferência, obviamente que cada um é livre e tem toda a liberdade de fazer isso como bem entende. Agora, colocar em causa, por acharem que têm mais moralidade para o fazer, o trabalho que cada um faz, independentemente de concordarem ou não, eu acho que isso não pode ser admissível na Casa da Autonomia, que é o Parlamento dos Açores.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas também queria dizer o seguinte: foi referido que eu tinha parado nos anos noventa, porque tinha uma forma retrógrada de olhar para os nossos bombeiros. O que é certo é que a minha opinião e aquilo que eu transmiti em nome do Grupo Parlamentar do PSD foi comungado por quase todos os Deputados de quase todas as bancadas desta Casa, de forma diferente, mas quase todos comungaram que é preciso consensos de opiniões, que é preciso auscultar, que é preciso organizar de forma mais concreta todo este trabalho. E isso, infelizmente, não foi feito pelo Sr. Deputado.

Mas mais grave é que foi dito que os bombeiros voluntários seriam, obviamente,

o fim de linha ou já devia ter terminado há muito mais tempo, que foi mais ou menos esta ideia que foi transmitida. O que é certo é que países muito desenvolvidos no mundo têm cooperações constituídas única e exclusivamente por bombeiros voluntários.

E, portanto, isto demonstra que há um caminho longo a fazer por parte deste Governo, que tem vindo a fazer no que diz respeito a questões de equipamentos, de atribuir às nossas associações os equipamentos mais adequados, mais necessários, com a construção de quartéis. Mas há, efetivamente, um longo trabalho a fazer e muitos passos a dar.

E isto é o que, obviamente, o Sr. Deputado Pedro Neves não gostou. Provavelmente, o Sr. Deputado iria querer que chegássemos aqui e disséssemos que éramos contra a profissionalização dos bombeiros, que éramos contra a iniciativa ou a mensagem que é transmitida no diploma. E, infelizmente, o que o Sr. Deputado não gostou foi precisamente isto, é que nós não dissemos que éramos contra, bem pelo contrário, assumimos um compromisso de que há essa necessidade de olhar de forma diferente para os nossos bombeiros. E é isso que este Governo está a fazer, obviamente, com o apoio dos grupos e representações parlamentares que se disponibilizem para tal.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que, chegado a este momento do debate, é fundamental reafirmar aqui, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a importância desta iniciativa trazida pelo PAN a esta Assembleia, porque trouxe a debate questões que são fundamentais. E, sobretudo, permitiu que debatêssemos, em conjunto com um vastíssimo número de instituições e associações, uma questão que é central.

Falar de dignificação dos bombeiros sem admitir de uma vez por todas que na Região temos corpos mistos de bombeiros, penso que não é contribuir para um debate sério desta matéria. É fundamental partir deste pressuposto. Falarmos ou continuarmos a falar em assalariados, quando percebemos que há dificuldade no recrutamento de voluntários, que há de facto uma relação laboral entre associações privadas e trabalhadores efetivos e com contrato de trabalho com essas associações, não é caminhar no rumo certo.

E, portanto, o Partido Socialista assume aqui que é fundamental, por um lado, partirmos do pressuposto que temos de facto corpos de bombeiros mistos, com bombeiros profissionais e bombeiros voluntários. E partindo desse pressuposto, é errado que continuemos a falar apenas em Estatuto Social dos Bombeiros, é preciso falar definitivamente num Estatuto dos Bombeiros.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

A Oradora: É preciso que o Governo cumpra os compromissos que assume perante a Assembleia, perante as associações e perante os bombeiros de legislar nessa matéria.

E sobre esta matéria é fundamental também, por um lado, o Estatuto dos Bombeiros, com certeza, mas, em paralelo, o financiamento das associações de bombeiros. Estas questões têm de correr em paralelo. Isto, para nós, é fundamental que aconteça, para que possamos, de forma responsável, prosseguir com o trabalho que tem de ser prosseguido em conjunto com essas associações, naquilo que é toda a dinâmica do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Finalmente, com este Governo, isso está a acontecer. É preciso ter lata!

A Oradora: Há também uma questão que é para nós muito importante, que tem a ver com aquilo que é a legitimidade, ou não, que é discutível, com certeza que sim, de a Assembleia Legislativa Regional legislar sobre a carreira dos bombeiros. Este é um aspeto.

Outro aspeto ainda é aquilo que, para nós, de facto, não temos legitimidade para, que é avançarmos naquilo que é de estrita responsabilidade das associações humanitárias de bombeiros ou de quem as representa e dos sindicatos profissionais de bombeiros, no sentido de definir aquilo que é o seu regime salarial, as progressões, as atualizações anuais, etc., como acontece em qualquer profissão que se regula pela Lei Geral do Trabalho. Portanto, isto, para nós, é de facto muito importante: por um lado, reconhecer o papel que a Região tem nesta matéria, que não deve nem pode ser diminuído nem ignorado; mas também perceber que há relações que têm de ser mantidas no domínio privado, preferencialmente nesse domínio. Consensualizadas, concertadas, com certeza que sim. E só conforme a lei prevê. Em caso de não ser possível essa concertação, então o Governo ter essa iniciativa. E não tomar isso como a regra, ou seja, a regra de o Governo assumir essa iniciativa não é uma boa regra. Deve o Governo promover a concertação entre as partes sempre que tal seja possível.

Também sabemos, e é recente, este assunto foi muito recentemente debatido na Assembleia da República, esta questão é uma questão, digamos, bastante atual, que motivou já o Governo da República a criar um grupo de trabalho, constituído por um conjunto de identidades, que pretende debater este assunto e criar então o Estatuto dos Bombeiros. Tudo isto é importante, mas é também importante que a Região não se demita desse processo.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Nunca se demitiu.

A Oradora: Já ouvi o Sr. Secretário falar aqui que encetou diligências junto do Governo da República para participar.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): É verdade. É um direito que a Região tem.

A Oradora: É bom que se efetive essa participação, porque os bombeiros da Região Autónoma dos Açores merecem que o Governo participe e que tenha uma voz ativa neste processo de negociação, de uma carreira que é para todos os bombeiros do país. Isto por um lado.

Por outro lado, é também importante aqui que se diga, a propósito de financiamento aos bombeiros, que o Governo, por um lado, já se comprometeu com o estatuto e não cumpriu, já se comprometeu com o financiamento e não cumpriu, e agora disse o Sr. Secretário, não foi bem em aparte, mas foi em resposta a um aparte meu, que estaria para breve a aprovação ou o agendamento do financiamento dos bombeiros para o Conselho do Governo. Não tem necessariamente de ficar por aí. O Parlamento deve ser central e deve participar das decisões, nomeadamente numa decisão tão relevante como essa. O Partido Socialista deseja participar nessa discussão. E, portanto, era importante que o Governo seguisse os passos que estão a ser seguidos pelo Governo da Madeira...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores nunca fizeram essa discussão, mas agora querem que façamos.

A Oradora: ... e que esse regime de financiamento fosse debatido aqui na Assembleia, com a participação de todos os partidos políticos que queiram, naturalmente, contribuir para que este regime de financiamento seja o mais justo possível e que responda o melhor possível às necessidades das associações.

Portanto, muito já aqui foi dito a propósito da iniciativa, mas eu volto a reafirmar: para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, esta iniciativa é não só legítima, como reveladora de preocupações que, eu diria, penso que são partilhadas por todos os que aqui têm assento. Eu diria que talvez peca por se centrar

exclusivamente nos bombeiros profissionais, no fundo, omitindo uma componente relevante, que continua a ser relevante e que nós queremos estimular e valorizar, que é a dos bombeiros voluntários. E, portanto, havendo um estatuto, ele deve ser único, considerando a componente profissional e a componente voluntária, e deve ser acompanhado do devido financiamento das instituições para esse efeito. E, como já aqui foi dito, com a participação efetiva dos municípios da Região Autónoma dos Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional do Ambiente, tem a palavra, faça favor.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel):
Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Andreia Cardoso, eu não disse em aparte, eu disse mesmo em intervenção. A verdade é que este modelo de financiamento vai a Conselho do Governo. Mas não fizemos como fez o PAN, nós fizemos uma consensualização, uma articulação com a Federação e até com a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, que, legitimamente, podem entender ter o seu próprio modelo de financiamento. Apesar de este modelo estar preparado para receber e para ser um modelo partilhado entre o Governo Regional e os municípios da Região, é legítimo que queiram ter o seu próprio. O nosso não vai esperar mais, vai ser aprovado em resolução do Conselho do Governo, vai ser testado, vai ganhar maturidade.

Deputado Carlos Silva (PS): Virá ao Parlamento ou não?

O Orador: Entrará em vigor mal seja possível. Estão inscritos meio milhão de

euros para esse efeito. E também, se este Parlamento entender, será aprovado o Estatuto Social do Bombeiro. Este é um caminho que está a ser feito, Sra. Deputada.

Pergunto, Sra. Deputada: onde é que andou o Partido Socialista, com sucessivas maiorias absolutas, que nunca fez um modelo de financiamento nem o trouxe a esta Casa, quando, com certeza, o aprovava? Nunca o trouxe a esta Casa, porque nunca o preparou. E, portanto, nós não temos problema de trazer diplomas a esta Casa, trazemos sempre que necessário. Agora, este diploma vai a Conselho do Governo porque é a figura jurídica que assim o determina. E foi consensualizado com a Federação e com a Associação de Municípios. E, portanto, é um processo natural, democrático, participativo e que nós temos intenção de aprovar em breve, tal como o Estatuto Social do Bombeiro Voluntário.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

A Mesa não tem inscrições neste momento.

(Pausa)

Faça favor, Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Secretário Regional, apenas para lhe dizer que o Governo Regional da Madeira, que governa na Madeira há 48 anos, também vai submeter agora o modelo de financiamento à Assembleia Legislativa Regional. Portanto, não há dúvidas quanto à legitimidade de a Assembleia se pronunciar sobre essa matéria

e de decidir sobre essa matéria. Portanto, nós, Partido Socialista, estamos a transmitir ao Governo a vontade de participar neste assunto.

Aliás, dizer, Sr. Secretário, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista assume aqui que, se o Governo não o fizer, quer a matéria de financiamento, quer a matéria do Estatuto dos Bombeiros, trará a esta Assembleia, no decurso do ano 2025, ambas as iniciativas para serem aqui discutidas. Este é um compromisso que nós assumimos. Se não acontecer, nós cá estaremos para tomar essa iniciativa e ambas as iniciativas serem debatidas nesta Assembleia. É um compromisso que assumimos perante as associações de bombeiros, os bombeiros e todos aqueles que intervêm neste setor. Entendemos que é importante que este assunto seja debatido aqui nesta Casa. Não basta apregoar a centralidade, não basta apregoar a propositura e a iniciativa do Parlamento, é preciso efetivá-la. E nós estamos aqui para isso.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não dispõe de mais pedidos de intervenção.

Vamos então começar por votar este diploma na generalidade. Vamos votar o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XIII — Estatuto dos Bombeiros Profissionais da Região Autónoma dos Açores.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XIII foi rejeitado, com os votos contra do PSD (23), do CDS-PP (2) e do PPM (1), com as abstenções

do PS (23), e com os votos a favor do Chega (5), do BE (1), da IL (1) e do PAN (1).

Presidente: Tendo sido rejeitado na generalidade, avançamos para o próximo diploma, ponto quatro da nossa agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XIII — “Adapta o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental à Região Autónoma dos Açores”**. É uma iniciativa do Governo Regional.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática para a sua apresentação.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática** (*Alonso Miguel*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional traz hoje à apreciação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma proposta que visa alterar o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2015/A, de 21 de abril, que veio adaptar aos Açores o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental, vulgarmente designado como Estatuto Social do Bombeiro.

Conscientes da importância da atividade desenvolvida pelos bombeiros e que a adesão a esta tão nobre causa revela coragem e disponibilidade em servir o próximo sem esperar seja o que for em troca, o Governo Regional entende que a mesma merece ser reconhecida e enaltecida.

Reconhecemos todos, seguramente, que os bombeiros, sejam assalariados ou não, são o alicerce das operações de emergência e de proteção civil, desempenhando um papel vital na segurança das nossas comunidades, aspeto este que ganha maior relevância ainda numa região como os Açores atendendo ao nosso contexto arquipelágico e geológico e aos nossos desafios ambientais únicos, acentuados pelos impactos das alterações climáticas.

E, neste contexto, o Governo Regional tem realizado esforços significativos para

valorizar esta atividade através de diversas medidas que visam não só melhorar as condições de trabalho, mas também reconhecer a importância dos bombeiros como pilares da nossa sociedade.

Temos, hoje, através do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, um investimento maior na formação e qualificação dos nossos bombeiros. Efetivamos um reforço do nosso sistema de emergência pré-hospitalar, que padecia de subfinanciamento e escassez de recursos humanos, para valores sem precedente. Encetamos um programa de renovação da frota vermelha, que não acontecia desde 2010, no valor de 3,3 milhões de euros. Procedemos também à aquisição de diversos equipamentos para os nossos corpos de bombeiros, num valor a rondar os 400 mil euros. E ainda, no decorrer deste mês de outubro, contamos lançar um procedimento para a aquisição de equipamentos de proteção individual, no valor de meio milhão de euros. Lançámos também um concurso para aquisição de nove ambulâncias de socorro, adjudicado no valor de 1 milhão de euros. E ainda, muito recentemente, como aqui já foi hoje referido, em sede de portaria para as condições de trabalho, promovemos uma atualização das tabelas salariais, que, a 1 de janeiro de 2025, representam um aumento superior a 100 euros na base da carreira e de cerca de 220 euros no topo da tabela. Efetivamente, muito já foi feito, mas muito há ainda por fazer.

Sras. e Srs. Deputados, a presente Proposta de Decreto Legislativo Regional tem por objetivo introduzir melhorias quanto às condições de atratividade para o ingresso e manutenção de bombeiros voluntários na Região Autónoma dos Açores, bem como novas regras com impacto na regulamentação existente, destinadas a agilizar o funcionamento dos corpos de bombeiros, visando proceder a melhoria da sua eficácia.

Efetivamente, entendemos que a melhoria do atual regime de benefícios sociais atribuídos aos bombeiros da Região é uma matéria que se constitui de grande relevância não apenas como um reconhecimento pelo serviço essencial e

diferenciado que prestam à sociedade, mas também como uma forma de expressar gratidão e respeito pela sua dedicação e coragem.

Por outro lado, ao assegurarmos condições sociais cada vez mais dignas, contribuímos para a atração de novos quadros para o setor. O recrutamento de bombeiros é um desafio contínuo e a competitividade do mercado de trabalho exige um esforço constante para oferecer incentivos que, além dos financeiros, tornem a carreira de bombeiro mais apelativa.

Neste sentido, acreditamos que um regime de benefícios sociais atrativo pode ser decisivo para que indivíduos qualificados e dedicados optem por esta nobre carreira. Como tal, mantendo a generalidade dos benefícios já anteriormente previstos, como por exemplo a majoração de regalias no âmbito da educação e de programas de apoio à habitação, bem como benefícios no âmbito da saúde e de seguros de acidentes pessoais, esta proposta apresenta duas alterações significativas: uma direcionada aos bombeiros de maior antiguidade, facilitando-lhes as condições de passagem à reforma; e outra para incentivo ao voluntariado. Note-se que, atualmente, fruto da bonificação do tempo de serviço para efeitos de pensão, nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 242/2007, de 21 de junho, a passagem à reforma de modo antecipado já pode ser requerida pelos bombeiros voluntários aos 61 anos e quatro meses, mediante o pagamento de 50 % dos valores apurados pela segurança social, 50 % desse valor é suportado pela Liga de Bombeiros Portugueses e os restantes 50 % atualmente são suportados pelo próprio bombeiro.

A nossa intenção com esta proposta é que o pagamento dos 50 % do valor apurado a assumir pelo bombeiro possa ser suportado pelo Governo Regional dos Açores, desonerando assim por completo o bombeiro no acesso a este benefício social.

Entendemos que esta medida é de elementar justiça para os bombeiros que se encontrem no final da sua carreira contributiva e, simultaneamente, constitui um importante incentivo à renovação de quadros de pessoal das associações

humanitárias. Ou seja, para além do óbvio benefício para o próprio bombeiro, possibilitamos também a desoneração das associações e a dinamização das progressões na carreira.

Relativamente ao incentivo direto ao voluntariado, propomos a atribuição de um apoio anual correspondente a 50 % do rendimento mínimo mensal garantido a todos os bombeiros que cumpram duzentas horas de trabalho operacional em regime de voluntariado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A proposta que agora analisamos consubstancia, pois, de forma concreta, um trabalho empenhado e coerente, baseado no diálogo permanente com as associações humanitárias, em prol dos bombeiros açorianos, dando resposta a antigos e legítimos anseios, materializando, uma vez mais, o firme compromisso do Governo Regional dos Açores para com a valorização e dignificação desta nobre e essencial atividade de bombeiro.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(*) Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Já aqui o disse hoje ainda há pouco tempo, volto a reiterar, temos de tratar bem os nossos bombeiros e da melhor maneira possível. Neste sentido, qualquer proposta que for ao encontro das necessidades dos bombeiros vai merecer o apoio do Chega Açores, pois entendemos que os bombeiros merecem todo o nosso respeito, toda a nossa atenção e também que sejam valorizados e dignificados.

A proposta que o Governo traz, hoje, aqui, é de extrema importância, pois irá melhorar o atual regime de benefícios sociais aos bombeiros e garantir condições sociais mais dignas a todos os soldados da paz dos Açores.

Ainda há pouco tempo, na proposta anterior que estivemos a discutir, chamei a atenção que, se não existirem condições, tanto económicas, como sociais, atrativas para os bombeiros, cada vez irá haver menos bombeiros na nossa Região. E isto, certamente, será um problema para todos.

Assim, consideramos que esta proposta é mais um contributo para tornar a profissão de bombeiro mais atrativa e talvez cativar mais jovens para esta tão nobre missão. Trata-se de uma proposta que consideramos que é de elementar justiça para todos os bombeiros dos Açores.

Espero, sinceramente, que este reconhecimento aos bombeiros não se fique por aqui e que o Governo seja de palavra e cumpra com o que acabou de prometer, que vá mais além, que traga o Estatuto do Bombeiro que está prometido há três anos, que o financiamento para as associações de bombeiros se efetive e não tarde. Vamos estar aqui, vamos continuar a lutar pelos bombeiros e vamos continuar a ser a voz daqueles que não conseguem aqui chegar.

Obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

(Pausa)

Podemos passar às votações?

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Esta proposta de decreto legislativo regional vem atualizar o regime jurídico de benefícios sociais que é aplicável aos bombeiros portugueses, efetivamente, que já está em vigor na Região, pese embora agora se pretenda atualizar. Para não haver qualquer tipo de equívoco, esta proposta não se sobrepõe nem é alternativa à que estivemos a votar e a debater há pouco. Por um lado, na proposta anterior falávamos essencialmente de uma carreira, aqui trata-se da atribuição de benefícios sociais aos bombeiros, que vão desde majorações, apoios ao pagamento de propinas e outro tipo de apoios do género, que em pouco ou nada têm a ver com a questão efetiva da carreira, do vínculo. É um conjunto de benefícios sociais que são importantes para, efetivamente, tornar também mais atrativa a carreira, a atividade, a profissão de bombeiro. E, na nossa opinião, é positivo haver atualização desse mesmo regime.

Ora, independentemente disso, a nossa concordância é uma concordância geral com a iniciativa, pese embora tenhamos apresentado um conjunto de propostas de alteração que, por um lado, preveem aditar alguns aspetos que não se encontram e clarificar outros da proposta. Por exemplo, no anterior decreto legislativo regional era feita referência a apoios ao pagamento de creches. As creches neste momento são gratuitas. Todavia, foi lembrado, e bem, em parecer pelo sindicato, que há também outros aspetos que podem ser incluídos aqui, nomeadamente os ATL, que neste caso não são gratuitos, sejam aqueles de cariz municipal ou de instituições particulares de solidariedade social, têm um custo. Por isso, propomos também a sua introdução neste diploma.

Para além disso, há um aspeto que procuramos clarificar, e que, já agora, pergunto qual é a intenção do Governo, que diz respeito ao apoio extraordinário que se prevê no valor de metade do salário mínimo em vigor na Região. Na nossa

opinião, nada temos contra, naturalmente, à atribuição desse apoio, mas ele não pode ser discricionário desta forma, em que não se percebe nem quem recebe, nem quando, nem com que periodicidade.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Qual é a periodicidade? É uma vez por mês? É uma vez por ano? Não diz.

O Orador: Ora, isso é importante clarificar. Não percebemos, do diploma, qual é a intenção do Governo, mas certamente que o Governo poderá clarificar. Posto isto, nós também apresentámos uma proposta de alteração para clarificar qual é o mês em que é pago e qual é a sua periodicidade. Efetivamente, também é importante que haja uma expectativa, não uma discricionariedade, se é pago em janeiro, em fevereiro, em setembro ou outubro de cada ano, deixando ao critério do Governo o período em que se paga. Isso, como é óbvio, pode ter consequências perversas, que não interessa de modo algum abrir a porta a elas, seja qual for o Governo.

Posto isto, apenas para referir que outras propostas de alteração já entraram, têm na generalidade também a nossa concordância, esperando que daqui saia um diploma melhor e que haja abertura da câmara em melhorar o diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta adaptação ao regime jurídico aplicável no continente português, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 64/2009, de 16 de maio, surge na sequência de outra adaptação de 2015 feita também para harmonizar a legislação regional com a legislação nacional. Aqui ficam definidas as competências, benefícios e apoios que são devidos aos bombeiros voluntários, que dão muito do seu tempo ao

serviço da comunidade.

Não é demais relembrar que os bombeiros voluntários são uma peça fundamental na proteção civil nos Açores. E isso tem sido visto e tem sido reconhecido nos períodos críticos que os Açores têm passado nos últimos tempos.

O investimento na formação, nos quartéis, nas viaturas e também nos equipamentos deve ser constante. E é.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Agora é!

O Orador: Mas isso deve ser feito paralelamente com a valorização e a dignificação da função de bombeiro.

No entanto, por outro lado, é preciso avançar com o modelo de financiamento o mais rapidamente possível, porque, como bem sabem, as associações veem-se aflitas para cumprir com os seus compromissos no final de cada mês.

Estamos hoje e estaremos sempre empenhados em defender os soldados da paz, a dignificação da sua carreira, tornando-a mais atrativa.

Este regime já foi anunciado há algum tempo, mas agora está aqui, por isso vai merecer também o nosso apoio.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça o favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, apenas para dizer e deixar salvaguardado que este regime que o Governo, aqui, hoje, nos traz é um regime de apoios sociais aos bombeiros voluntários, nada tem a ver com aquilo que o PAN nos trouxe anteriormente. E não é bastante para resolver o problema que nós temos neste momento com os

bombeiros açorianos.

E, neste sentido, manifestar desde já que a Iniciativa Liberal votará favoravelmente este diploma que o Governo aqui nos traz e algumas das propostas de alteração que entretanto já deram entrada nos serviços da Assembleia, mas deixar bem claro que a Iniciativa Liberal entende que este diploma não é suficiente para acudir àquilo que a Região neste momento precisa, que as corporações necessitam e que os bombeiros merecem.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Flávio Soares, faça favor.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo traz aqui a esta Casa este diploma, que vem cumprir com aquele que foi o compromisso assumido desde o início da anterior legislatura, é certo, mas também é certo que todos estes processos requerem aquilo que foi feito e que foi anunciado pelo Sr. Secretário, o diálogo com as associações, o diálogo com as entidades que representam os bombeiros, que representam as associações de bombeiros, que representam todos os envolvidos. Isto, para nós, é a peça-chave, é fundamental para conseguirmos chegar àquelas que são as reais reivindicações dos bombeiros, mas também poder contribuir de alguma forma com os benefícios que estão aqui plasmados neste diploma e atrair mais bombeiros.

É certo que não vai resolver o problema, mas vai diminuí-lo. E nós estamos convencidos que este é um passo importante. Por isso, desde já, e para terminar, queria felicitar o empenho do Governo Regional, em parceria com a Federação de

Bombeiros, as associações e todos os bombeiros envolvidos, para tentar apresentar um diploma que fosse realmente melhorar as condições dos nossos bombeiros.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional do Ambiente, tem a palavra, faça favor.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sras. e Srs. Deputados, este estatuto social é para todos os bombeiros, uma vez que, também na sequência daquilo que já foi dito hoje, os nossos corpos de bombeiros são corpos de bombeiros voluntários, assalariados ou não, mas voluntários. E, portanto, este estatuto aplica-se a eles todos.

Relativamente à questão do artigo 14.º, do apoio extraordinário, efetivamente, este apoio é para todos, será um apoio anual, de preferência pago em janeiro, no sentido de os bombeiros poderem também prestar horas de serviço voluntário em dezembro, mas, como diz aqui no diploma, em termos e condições a definir por decreto regulamentar regional.

Tomo nota das preocupações das Sras. e Srs. Deputados, que, aliás, partilho. Não será seguramente suficiente para resolver os problemas todos, mas é mais um conjunto de benefícios que torna esta carreira mais atrativa, com benefícios sociais a atribuir aos nossos bombeiros.

E, portanto, estamos em crer que, enfim, como já foi dito, tendo em conta a legislação em vigor, designadamente a Portaria n.º 32-A/2014, de 7 de fevereiro, e tendo em conta o artigo 6.º, todos os bombeiros voluntários, assalariados ou não, se estão obrigados a cumprir duzentas horas de serviço voluntário por ano em

trabalho operacional e em formação para se manterem no quadro ativo, bom, nós o que estamos a fazer aqui é, de facto, dar-lhes um apoio por cumprirem essas horas, que não é nada de excepcional, mas é um apoio, é 50 % da retribuição mínima mensal garantida na Região, que poderá, conjuntamente com outros benefícios definidos neste diploma, tornar esta atividade mais atrativa e captar novos quadros para a carreira.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça o favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, só quero fazer uma retificação: isto não foi o que o Governo prometeu em 2021. Isto, sem dúvida, é uma iniciativa que não tem a ver com o cumprimento daquilo que prometeu, porque aqui não temos nada relativamente a duas coisas: a carreira do bombeiro assalariado e o subsídio de risco relativamente à profissão.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça o favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há pouco, debatíamos a questão da criação de uma carreira de bombeiros profissionais. E, agora, temos uma iniciativa do Governo para melhorar as condições dos nossos bombeiros, quer os assalariados, quer os voluntários. É tudo? Não, não é tudo. É o possível. É um pequeno passo para dignificar e melhorar a atividade dos bombeiros, obviamente reconhecendo a importância da sua missão.

O Sr. Secretário Regional salientou na apresentação desta iniciativa os avultados

investimentos que têm sido feitos pelo Governo da coligação no equipamento das associações humanitárias. E não é demais salientar de novo que a frota vermelha já não era remodelada desde 2010, portanto há catorze anos.

Isto tem tudo a ver com as condições de trabalho dos nossos bombeiros e tem tudo a ver com o serviço que prestam à nossa comunidade.

E, portanto, se neste momento este Governo está fazendo avultados investimentos em equipamento, obviamente que esse dinheiro não sobra para melhorar regalias sociais, para melhorar vencimentos, para melhorar outras componentes do serviço que os bombeiros prestam.

E, portanto, dentro daquilo que é possível, temos aqui uma facilitação da passagem à reforma antecipada, reconhecendo implicitamente a penosidade da ação dos bombeiros, que, obviamente, com mais idade, têm mais dificuldade em manterem-se operacionais dada a carga física que a atividade de bombeiro acarreta. E temos também os incentivos ao voluntariado, nomeadamente a gratificação de um montante correspondente a metade do salário mínimo regional para os bombeiros voluntários que cumpram as duzentas horas, que é a condição mínima que têm de cumprir para serem bombeiros voluntários. É um pequeno passo, mas estamos convencidos que abrirá oportunidades no futuro a podermos evoluir na melhoria das condições dos nossos bombeiros. Portanto, obviamente que conta com o voto favorável do Grupo Parlamentar do CDS.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado João Mendonça, faça favor, tem a palavra.

Deputado João Mendonça (PPM): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XIII, que adapta o regime jurídico dos bombeiros portugueses no território continental ao contexto da Região Autónoma dos Açores, representa um passo essencial para garantir a valorização e a eficácia do nosso sistema de proteção civil. Trata-se de uma medida concreta, necessária e bem fundamentada, que merece a nossa aprovação. Em primeiro lugar, é fulcral reconhecer que os bombeiros, tanto profissionais, como voluntários, desempenham um papel insubstituível na segurança da nossa população. Diariamente, arriscam as suas vidas em prol da nossa, enfrentando com bravura situações de emergência e catástrofes.

No entanto, apesar do seu contributo inestimável, as condições oferecidas para a sua entrada e permanência nos corpos de bombeiros, especialmente para os voluntários, têm revelado insuficiências que precisam de ser corrigidas com urgência. Esta proposta responde precisamente a essa necessidade.

Ao melhorar as condições de ingresso e manutenção dos bombeiros voluntários nos Açores, estamos a assegurar a continuidade de um serviço vital para a nossa Região.

Disse.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Agora, sim, penso não existirem. Vamos então iniciar as votações. Vamos votar na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XIII — Adapta o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental...
Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Para confirmar se deram entrada as propostas do Partido Socialista, se foram distribuídas. Peço desculpa, mas era para, antes de passar...

Presidente: Deram sim, senhor. Deram entrada a este diploma propostas de alteração do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda.

Então, vamos votar na generalidade este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XIII foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos iniciar o debate e a votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, para...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma interpelação.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Naturalmente, as propostas foram distribuídas, mas precisamos de cinco minutos de intervalo para poder, efetivamente, votar com responsabilidade as propostas que foram apresentadas. Custa-me, mas tenho de pedir um intervalo de cinco minutos.

Presidente: Portanto, cinco minutos. Regressamos às 19h40.

Eram 19 horas e 34 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 40 minutos.

Vamos votar o artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 1.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do Chega (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), do BE (1) e da IL (1), e com a abstenção do PAN (1).

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento da alínea b) ao artigo 2.º, proposta efetuada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento da alínea b) foi rejeitada, com os votos contra do PSD (23), do PS (23), do Chega (5), do CDS-PP (2) e do PPM (1), e com os votos a favor do BE (1) e do PAN (1).

Presidente: Votamos o artigo 2.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 2.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do Chega (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), do BE (1) e da IL (1), e com a abstenção do PAN (1).

Presidente: Posso colocar à votação os artigos 3.º e 4.º em conjunto? Não?

O artigo 3.º do diploma está à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 3.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do Chega (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), do BE (1) e da IL (1), e com a abstenção do PAN (1).

Presidente: Está à votação o artigo 4.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 4.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento da alínea c) ao n.º 1 do artigo 5.º apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada, com os votos contra do PSD (23), do PS (23), do CDS-PP (2) e do PPM (1), e com os votos a favor do Chega (5), do BE (1), da IL (1) e do PAN (1).

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do n.º 8 ao artigo 5.º, proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada, com os votos a favor do PS (23), do Chega (5), do BE (1), da IL (1) e do PAN (1), e com os votos contra do PSD (23), do CDS-PP (2) e do PPM (1).

Presidente: Sr. Deputado José Eduardo, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Conforme a alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º refere e remete para os n.ºs 7 e 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 241/2007, menciona despesas suportadas com berçários, creches e estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, nós entendemos que esse aditamento tem assertividade e deve ser feito, porque traz também o benefício do reembolso de 50 % das despesas suportadas com centros de atividades de tempos livres. E, portanto, é esta a nossa proposta, diferente daquele que foi o n.º 8 do Bloco de Esquerda.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado Flávio Soares, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para questionar o Partido Socialista se tem a estimativa do custo dessa proposta de aditamento que apresenta a esta Casa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Vamos então votar. Está à votação a proposta de aditamento do n.º 8 ao artigo 5.º apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como

estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento do n.º 8 foi aprovada, com os votos a favor do PS (23), do Chega (5), do BE (1), da IL (1) e do PAN (1), e com os votos contra do PSD (23), do CDS-PP (2) e do PPM (1).

Presidente: Vamos votar o artigo 5.º com estas propostas que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 5.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigos 6.º e 7.º, posso colocá-los à votação em conjunto? Estão à votação os artigos 6.º e 7.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos 6.º e 7.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do artigo 7.º-A apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Os artigos 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º e 13.º não têm propostas de alteração...

Está à votação o artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 9.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS

(23), do Chega (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), do BE (1) e da IL (1), e com a abstenção do PAN (1).

Presidente: Estão à votação os artigos 8.º, 10.º, 11.º, 12.º e 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos 8.º, 10.º, 11.º, 12.º e 13.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração ao artigo 14.º apresentadas pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: As propostas de alteração foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 14.º com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 14.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do Chega (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), do BE (1) e da IL (1), e com a abstenção do PAN (1).

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, do artigo 15.º ao 20.º não há propostas de alteração. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos 15.º, 16.º, 17.º, 18.º, 19.º e 20.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do n.º 2 ao artigo 21.º

apresentada pelo Bloco de Esquerda...

Sr. Secretário Regional, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática** (*Alonso Miguel*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Enfim, já está votado o artigo 14.º. Em todo o caso, sendo pago no mês de novembro implica que quem completar as duzentas horas no mês de dezembro não tenha os 50 % do apoio. Portanto, isto é, na minha visão, redutor, porque o mês de dezembro pode dar para completar as duzentas horas. Fica o alerta ao Parlamento. É com a melhor das intenções, Sr. Deputado, porque, na verdade, quem completar as duzentas horas em dezembro fica de fora do apoio. Portanto, só para chamar a atenção.

Sr. Presidente, em relação a esta proposta do Bloco de Esquerda para adição do n.º 2 ao artigo 21.º, no fundo, para que volte a ser obrigatório o 12.º ano para serem admitidos como bombeiros, no entender do Governo, é um erro, porque com este sistema de incentivos nós podemos, de facto, puxar quadros que não tenham o 12.º ano, mas que possam recorrer a este apoio para poderem completar o 12.º ano. Isto não quer dizer que nós baixamos a fasquia da exigência, não, porque os cursos ministrados pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores continuam a exigir o 12.º, mas para integrar a carreira como bombeiros não é, de facto, necessário ter o 12.º. E com este sistema de apoios, nós podemos incentivar e trazer gente empenhada e que se possa formar com base neste sistema de incentivos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, em primeiro lugar, lamento que o Sr. Secretário tenha decidido intervir sobre um ponto que já foi votado depois de ser votado. Isto, efetivamente, não faz qualquer sentido. Se quiserem votar novamente e alterar o mês em que é pago, de novembro para dezembro, da parte do Bloco de Esquerda não há problema nenhum.

Mas também é preciso dizer que este apoio extraordinário, este artigo que aqui está não tem nenhuma referência a horas de voluntariado, às duzentas horas. nenhuma referência. Não está indexado de modo algum ao cumprimento de horas de voluntariado, não está escrito. Mas quer que seja em dezembro? Da parte do Bloco de Esquerda, não há nenhum problema. Novembro foi o mês, porque, efetivamente, é o mês em que é pago o 14.º mês, como é evidente, por facilidade de tesouraria. Se querem que seja em dezembro, da nossa parte, podemos votar novamente e podemos alterar em sede de redação final essa questão do mês. Da nossa parte, não há nenhum impedimento.

(Burburinho)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu quero ouvir o Sr. Deputado António Lima, ele está a fazer uma proposta em concreto, e eu não consigo.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Pronto, como estava a dizer, da nossa parte, não há nenhum problema em se votar novamente o artigo com uma retificação na redação, em vez de ser o mês de novembro, que seja o mês de dezembro, para não suscitar qualquer tipo de dúvida nem potencialmente prejudicar. Aliás, até porque o Governo tem o poder de prejudicar os bombeiros se entender e depois dizer que a culpa é do Bloco de Esquerda. E eu não quero que isso aconteça.

Em segundo lugar, no que diz respeito à formação, eu acho que por princípio tenho muita dificuldade em perceber como é que se reduz a exigência, como o

Governo está a fazer, a nível da escolaridade, porque, quando se quer a Região cada vez mais qualificada, a mensagem que se passa é dizer que nem sequer é preciso a escolaridade obrigatória. Não é uma boa mensagem. Nem estamos a inovar, estamos apenas a manter aquilo que já existe.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Relativamente ao artigo 14.º, há necessidade de voltarmos a votar ou fazer uma alteração em redação final, ou acham que, se está aprovado, está aprovado?

Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, uma interpelação apenas para dizer que da parte do Grupo Parlamentar do PSD não temos nada a opor a que em redação final possa ser considerado o mês de dezembro e não o de novembro, para obstar a que existam problemas efetivamente com o pagamento do mês de dezembro, que, naturalmente, ficando dezembro, têm até dia 31, que penso que é o que terá de ser em termos de redação final.

Muito obrigado.

Presidente: Toda a câmara tem este entendimento? Peço à comissão que em redação final tenha isso em atenção.

Vamos então votar a proposta de aditamento do n.º 2 ao artigo 21.º, proposta efetuada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento ao artigo 21.º foi aprovada, com os votos a favor do PS (23), do Chega (5), do BE (1), da IL (1) e do PAN (1), e com os votos contra do PSD (23), do CDS-PP (2) e do PPM (1).

Presidente: Está à votação o artigo 21.º com esta proposta de aditamento que acabámos de acrescentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como

estão.

Secretária: O artigo 21.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os restantes artigos não têm propostas de alteração. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto. O 25.º não?

Então, votamos o artigo 25.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 25.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do Chega (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), do BE (1) e da IL (1), e com o voto contra do PAN (1).

Presidente: Estão à votação os artigos 22.º, 23.º, 24.º, 26.º, 27.º e 29.º. Deixamos o 28.º de fora.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 28.º foi aprovado, com os votos a favor do PSD (23), do PS (23), do Chega (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), do BE (1) e da IL (1), e com a abstenção do PAN (1).

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global, foi aprovada por unanimidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos. Continuamos amanhã de manhã, às 10 horas, com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos.
Boa noite a todos.

Eram 20 horas e 02 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Carlos Correia Garcia

Documentos entrados

1- Projetos de Lei:

Assunto: N.º 273/XVI/1.^a (PAN) - Aprova o regime jurídico aplicável à compra e venda a granel de produtos alimentícios e não-alimentícios - Audição n.º 16/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024 - 10 - 03

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2024 - 10 – 23;

Assunto: N.º 318/XVI/1.^a (L) - Cria um Plano Nacional de Promoção da Segurança Digital e Presencial de Crianças e Jovens - Audição n.º 17/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024 - 10 - 08

Comissão: Assuntos Sociais

Data-Limite de Parecer: 2024 - 10 – 28.

2- Propostas de Lei:

Assunto: N.º 20/XVI/1.^a - Procede à segunda alteração à Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública - Audição n.º 14/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024 - 10 - 02

Comissão: Política Geral

Data-Limite de Parecer: 2024 - 10 – 07;

Assunto: N.º 23/XVI/1.^a - Criação da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras (UNEF) na Polícia de Segurança Pública (PSP) - Audição n.º 15/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024 - 10 - 03

Comissão: Política Geral

Data-Limite de Parecer: 2024 - 10 – 23.

3- Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 12/2020, de 6 de abril, que estabelece o regime jurídico do comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeito de estufa aplicável às instalações fixas, transpondo a Diretiva (UE) 2023/959 - MAEN - (Reg. DL148/XXIV/2024) - Audição n.º 11/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2024 - 10 - 08

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data-Limite de Parecer: 2024 - 10 - 16;

Assunto: Que procede à transposição da Diretiva n.º 2003/87/CE, com a redação dada pelas Diretivas n.ºs 2008/101/CE, 2009/29/CE, 2023/958 e 2023/959, estabelecendo o regime jurídico do comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeito estufa no que respeita às atividades de aviação internacional - MAEN - (Reg. DL 161/XXIV/2024) - Audição n.º 12/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2024 - 10 - 08

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data-Limite de Parecer: 2024 - 10 - 16;

Assunto: Que altera o quadro regulatório aplicável às energias renováveis - MAEN - (Reg. DL 225/XXIV/2024) - Audição n.º 13/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2024 - 10 - 08

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data-Limite de Parecer: 2024 - 10 – 16.

4- Projetos de Portaria:

Assunto: Visa a Segunda alteração ao Regulamento Específico das Medidas de Apoio do Programa Mar 2030, aprovado em anexo à Portaria n.º 186/2023, de 3 de julho, para o período de programação 2021-2027 - Audição n.º 14/XIII - GR

Proveniência: Gabinete do Ministro Adjunto e da Coesão Territorial

Data de Entrada: 2024 - 10 - 11

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2024 - 10 – 21.

5- Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 18/XIII

Assunto: Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 29/2006/A, de 8 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Apoios a Atividades Culturais

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2024 – 09 – 24

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2024 – 10 – 25;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIIEPjDLR018.pdf>

N.º 19/XIII

Assunto: Regime Jurídico da Taxa Turística Regional

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2024 – 10 – 08

Comissão: Economia

Limite de parecer: 2024 – 11 – 11.

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjDLR019.pdf>

6- Propostas de Decreto Legislativo Regional:

N.º 17/XIII

Assunto: Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2015/A, de 5 de março, que estabelece o regime jurídico de segurança contra incêndio em edifícios na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 - 09 - 23

Comissão: Política Geral

Limite de parecer: 2024 – 11 – 08;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjDLR017.pdf>

N.º 18/XIII

Assunto: Aprova o regime de dedicação plena no Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 - 10 - 14

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2024 – 11 – 25.

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjDLR018.pdf>

7- Projetos de Resolução:

N.º 16/XIII

Assunto: Estratégia Regional de Prevenção e Combate ao Suicídio

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2024 – 09 – 19

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2024 – 10 – 23;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIPEjR016.pdf>

N.º 17/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIPEjR017.pdf>

Assunto: Em defesa da mobilidade dos açorianos

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2024 – 10 – 09

Comissão:

**COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM
COMISSÃO**

8- Petições:

N.º 9/XIII

Assunto: Criação de condições para Salvar a Praia do Monte Verde e a Levada da Condessa na Ribeira Grande

Proveniência: Mário Fernando Oliveira Moura

Data de Entrada: 2024 – 09 – 29

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: Em processo de admissão

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpeti2202.pdf

N.º 10/XIII

Assunto: Recomendar ao Governo a recuperação urgente das Termas do Varadouro

Proveniência: Nuno Rosa

Data de Entrada: 2024 – 10 – 11

Comissão: Economia

Limite de parecer: Em processo de admissão

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpeti2354.pdf

N.º 11/XIII

Assunto: Pelo fim da discriminação entre docentes e pela dignificação do trabalho docente

Proveniência: António José Calado Lucas

Data de Entrada: 2024 – 10 – 14

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: Em processo de admissão

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpeti2360.pdf

9- Requerimentos:

Assunto: Novo Centro de Saúde da Ribeira Grande tarda em avançar

Autores: Carlos Silva, Andreia Cardoso, José Eduardo e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 17

Referência: 54.02.02 – N.º 148/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque148.pdf

Assunto: Dificuldades nos passes de transporte coletivo de passageiros

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 18

Referência: 54.08.00 – N.º 149/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque149.pdf

Assunto: Porto comercial de Santa Maria

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 18

Referência: 54.09.01 – N.º 150/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque150.pdf

Assunto: Estudos contratados pela Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, serviços dependentes e empresas públicas tuteladas

Autores: Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Eduardo e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 18

Referência: 54.02.00 – N.º 151/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque151.pdf

Assunto: Plano de Ação para impulsionar a execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

Autores: Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Eduardo e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 19

Referência: 54.02.00 – N.º 152/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque152.pdf

Assunto: Atualização do Livro Vermelho dos Vertebrados para as espécies dos Açores e relatório do estado do ambiente referente ao triénio 2020-2022

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 19

Referência: 54.06.00 – N.º 153/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque153.pdf

Assunto: Respostas Sociais especializadas para crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais

Autores: Flávio Pacheco, Andreia Cardoso, Berto Messias, Carlos Silva, Inês Sá, Isabel Teixeira, Lúcio Rodrigues, Luís Vieira Leal, Mário Tomé, Marlene Damião, Joana Pombo Tavares, José Ávila, José Eduardo, José Miguel Toste, Lubélio Mendonça, Marta Matos, Patrícia Miranda, Russell Sousa, Sandra Costa Dias (PS)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 19

Referência: 54.02.00 – N.º 154/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque154.pdf

Assunto: Governo dos Açores omite informação detalhada sobre o reforço de vagas de creche para o próximo quadriénio

Autores: Flávio Pacheco, Andreia Cardoso, Berto Messias, Carlos Silva, Marta Matos, José Eduardo, José Miguel Toste, Lubélio Mendonça, Lúcio Rodrigues, Luís Vieira Leal, Berto Messias, Inês Sá, Isabel Teixeira, Joana Pombo Tavares, José Ávila, Mário Tomé, Marlene Damião, Patrícia Miranda, Russell Sousa, Sandra Costa Dias (PS)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 23

Referência: 54.02.00 – N.º 155/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque155.pdf

Assunto: Asfixia financeira do Governo Regional ao Hospital da Horta pode colocar em risco prestação de cuidados de saúde

Autores: Lúcio Rodrigues, Inês Sá, Andreia Cardoso, Carlos Silva, Marta Matos e José Eduardo (PS)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 23

Referência: 54.02.07 – N.º 156/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque156.pdf

Assunto: Aparecimento de peixes com comportamento invulgar à superfície do mar dos Açores

Autores: Lubélio Mendonça, José Eduardo, Dora Valadão, José Ávila, Lúcio Rodrigues, Mário Tomé, Gualberto Rita, Inês Sá, Andreia Cardoso, Carlos Silva e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 24

Referência: 54.02.00 – N.º 157/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque157.pdf

Assunto: Lançamento de foguetes atmosféricos na ilha de Santa Maria

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 24

Referência: 54.06.01 – N.º 158/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque158.pdf

Assunto: Ecotaxa Marítima

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 24

Referência: 54.08.00 – N.º 159/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque159.pdf

Assunto: Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Cruz das Flores

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 25

Referência: 54.09.08 – N.º 160/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque160.pdf

Assunto: Processo de cogestão da amêijoa da Caldeira da Fajã de Santo Cristo

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 30

Referência: 54.09.05 – N.º 161/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque161.pdf

Assunto: Programa de Manutenção de Emprego

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 10 – 01

Referência: 54.09.00 – N.º 162/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque162.pdf

Assunto: Legado de Alice Moderno e linha "SOS Animal Açores"

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2024 – 10 – 03

Referência: 54.08.00 – N.º 163/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque163.pdf

Assunto: Situação financeira das Unidades de Saúde de Ilha

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 10 – 03

Referência: 54.06.00 – N.º 164/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque164.pdf

Assunto: Atraso na adjudicação dos navios elétricos pode comprometer metas do Plano de Recuperação e Resiliência

Autores: Mário Tomé, Andreia Cardoso, Carlos Silva, Gualberto Rita, Luís Vieira Leal, Marlene Damião, Patrícia Miranda, Isabel Teixeira, Lúcio Rodrigues, Marta Matos, José Eduardo e José Ávila (PS)

Data de Entrada: 2024 – 10 – 03

Referência: 54.02.00 – N.º 165/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque165.pdf

Assunto: Aparecimento de centenas filtros "K3" na costa sul da ilha de São Miguel

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 10 – 04

Referência: 54.06.02 – N.º 166/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque166.pdf

Assunto: Evolução da dívida pública regional

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2024 – 10 – 04

Referência: 54.10.00 – N.º 167/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque167.pdf

Assunto: POSEI Pescas

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 10 – 04

Referência: 54.09.00 – N.º 168/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque168.pdf

Assunto: Maus-tratos a touro durante tourada à corda na ilha Terceira e ausência de meios de contacto com o Provedor Regional do Animal

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 10 – 04

Referência: 54.06.03 – N.º 169/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque169.pdf

Assunto: Desporto jovem em risco: 140 atletas impedidos da prática desportiva

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2024 – 10 – 04

Referência: 54.08.00 – N.º 170/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque170.pdf

Assunto: Degradação do parque automóvel das Unidades de Saúde de Ilha da Região Autónoma dos Açores

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 10 – 04

Referência: 54.06.00 – N.º 171/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque171.pdf

Assunto: Anexos ao contrato de fornecimento de fuelóleo às centrais termoelétricas da EDA

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 10 – 07

Referência: 54.06.00 – N.º 172/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque172.pdf

Assunto: Reabilitação POA Rosais - Pavimentação Ponta/Sete Fontes/Farol

Autores: Catarina Cabeceiras e Pedro Pinto (CDS-PP)

Data de Entrada: 2024 – 10 – 08

Referência: 54.01.05 – N.º 173/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque173.pdf

Assunto: Reabertura do Circuito Interpretativo do Monumento Natural da Pedreira do Campo e Investimentos no Paleoparque de Santa Maria

Autores: Joana Pombo Tavares, João Vasco Costa, Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Eduardo e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2024 – 10 – 09

Referência: 54.02.01 – N.º 174/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque174.pdf

Assunto: Candidatura ao COMPAMID

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2024 – 10 – 10

Referência: 54.08.00 – N.º 175/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque175.pdf

Assunto: Horário de consultas reduzido na Unidade de Saúde de ilha do Corvo

Autores: Lubélio Mendonça, Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Eduardo, Marta Matos e José Miguel Toste (PS)

Data de Entrada: 2024 – 10 – 10

Referência: 54.02.09 – N.º 176/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque176.pdf

Assunto: Dívida financeira e novos empréstimos

Autores: Carlos Silva, Andreia Cardoso, José Eduardo e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2024 – 10 – 11

Referência: 54.02.00 – N.º 177/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque177.pdf

Assunto: Dívidas a fornecedores e apoios por pagar

Autores: Carlos Silva, Andreia Cardoso, José Eduardo e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2024 – 10 – 11

Referência: 54.02.00 – N.º 178/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque178.pdf

Assunto: Tabelas salariais dos trabalhadores portugueses da Base das Lajes

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 10 – 11

Referência: 54.09.00 – N.º 179/XIII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque179.pdf

10- Respostas a Requerimentos:

Assunto: Programas de Manutenção do Emprego

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 19

Referência: 54.01.00 – N.º 133/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp133.pdf

Assunto: Baixas fraudulentas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 20

Referência: 54.09.00 – N.º 108/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp108.pdf

Assunto: Doentes deslocados das ilhas sem Hospital esperam reembolsos do Serviço Regional de Saúde há mais de 6 meses

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 20

Referência: 54.02.00 – N.º 116/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp116.pdf

Assunto: Despesas com empresas públicas e institutos

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 20

Referência: 54.09.00 – N.º 118/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp118.pdf

Assunto: Clube de Golfe da ilha Terceira

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 20

Referência: 54.09.03 – N.º 129/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp129.pdf

Assunto: Tarifas da Marina de Angra do Heroísmo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 20

Referência: 54.09.03 – N.º 130/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp130.pdf

Assunto: Incêndio no Centro Processamento Resíduos de São Jorge na iminência de causar graves problemas de Saúde Pública

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 20

Referência: 54.02.05 – N.º 132/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp132.pdf

Assunto: Estado de abandono do Centro de Processamento de Resíduos da ilha do Corvo constitui um verdadeiro crime ambiental

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 20

Referência: 54.02.09 – N.º 136/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp136.pdf

Assunto: Conselho Regional da Agricultura

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 20

Referência: 54.09.00 – N.º 143/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp143.pdf

Assunto: Planos de atividades, negócios e investimentos dos Hospitais da Região Autónoma dos Açores de 2016 a 2024

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 23

Referência: 54.06.00 – N.º 74/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp74.pdf

Assunto: Sucessivas irregularidades no abastecimento por via marítima à ilha das Flores estão a prejudicar economia local

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 23

Referência: 54.02.08 – N.º 144/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp144.pdf

Assunto: Atraso no pagamento das contribuições às Associações de Proteção Animal

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 24

Referência: 54.06.00 – N.º 135/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp135.pdf

Assunto: Porto do Topo em São Jorge

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 25

Referência: 54.09.05 – N.º 140/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp140.pdf

Assunto: Estrada alternativa à Ribeira Quente

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 30

Referência: 54.09.02 – N.º 141/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp141.pdf

Assunto: Incumprimento de políticas para o bem-estar animal

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 30

Referência: 54.08.00 – N.º 147/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp147.pdf

Assunto: Encerramento da Escola Primária da Madalena

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 10 – 03

Referência: 54.09.06 – N.º 69/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp69.pdf

Assunto: Problemas na Escola Secundária Manuel de Arriaga

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 10 – 03

Referência: 54.09.07 – N.º 106/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp106.pdf

Assunto: Barcos chineses ao largo da ilha das Flores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 10 – 03

Referência: 54.09.08 – N.º 128/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp128.pdf

Assunto: Encerramento do bar da consulta externa do HDES

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 10 – 03

Referência: 54.09.02 – N.º 139/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp139.pdf

Assunto: Trabalhadores com contratos precários e ao abrigo de programas ocupacionais no Serviço Regional de Saúde

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 10 – 03

Referência: 54.06.00 – N.º 145/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp145.pdf

Assunto: Hospital modular em Ponta Delgada

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 10 – 09

Referência: 54.09.02 – N.º 134/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp134.pdf

Assunto: Dificuldades nos passes de transporte coletivo de passageiros

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 10 – 09

Referência: 54.08.00 – N.º 149/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp149.pdf

Assunto: Porto comercial de Santa Maria

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 10 – 09

Referência: 54.09.01 – N.º 150/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp150.pdf

Assunto: Atualização do Livro Vermelho dos Vertebrados para as espécies dos Açores e relatório do estado do ambiente referente ao triénio 2020-2022

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 10 – 11

Referência: 54.06.00 – N.º 153/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp153.pdf

Assunto: Aparecimento de peixes com comportamento invulgar à superfície do mar dos Açores

- **Proveniência:** Governo

Data de Entrada: 2024 – 10 – 11

Referência: 54.02.00 – N.º 157/XIII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp157.pdf

11- Informações:

Assunto: Ofício SAI-SRAPC/2024/179 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores os Relatórios do 2.º semestre de 2023 e do 1.º semestre de 2024 relativo ao trânsito de animais, conforme determina o n.º 2 do artigo 12.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2022/A, de 30 de maio

Proveniência: João Manuel Dias Alferes das Pedras, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2024 – 09 – 10;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um exemplar do Relatório à Assembleia da República sobre a atividade do Provedor de Justiça no ano de 2023, bem como do Relatório relativo ao trabalho desenvolvido pelo MNP – Mecanismo Nacional de Prevenção Contra a Tortura

Proveniência: Maria Lúcia Amaral, Meritíssima Juiz Provedora de Justiça

Data de Entrada: 2024 – 09 – 12;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de prorrogação de prazo para emissão de parecer da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XIII (GOV) – “Aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período compreendido entre 2025 e 2028”, até 14 de outubro de 2024

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 09 – 12;

Assunto: AT/1418/2024 a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que nos termos do Regimento da ALRAA, o Sr. Deputado Carlos Freitas (PSD) passa a substituir na Comissão Especializada Permanente de Política Geral o Sr. Deputado José António Soares (PSD), com efeitos a partir de 1 de setembro de 2024, mês e ano inclusive

Proveniência: Marco Silva, Assessor do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 09 – 12;

Assunto: Correspondência enviada por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Parecer sobre o Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030, versão final de julho de 2024, aprovada por consulta eletrónica, com a maioria de 27 votos a favor, realizada de 11 a 13 de setembro de 2024

Proveniência: Sofia CastelBranco da Silveira, Secretária Executiva do CNADS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 16;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que foi nomeado Assessor do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o licenciado Humberto Marcelino Nunes Bettencourt, com efeitos a partir de 9 de setembro de 2024

Proveniência: Andreia Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 17;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que exonerou Tiago Alexandre de Sousa Matias, do cargo de Assistente do Gabinete do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com efeitos a partir de 30 de setembro de 2024

Proveniência: Andreia Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 17;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que exonerou Catarina Alexandra Bettencourt Ávila, do cargo de

Assistente do Gabinete do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2024

Proveniência: Andreia Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 17;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que nomeou Maria Inês Tavares Silva, Assistente do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, com efeitos a partir de 15 de setembro de 2024

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 09 – 18;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, das Petições n.ºs 1/XIII – Por um sistema de evacuações médicas mais eficaz pela FAP na RAA, até 29 de novembro de 2024, 4/XIII - Pelo regresso à utilização dos manuais em papel e utilização dos tablets e computadores como recurso de apoio e 6/XIII - Ampliação das Instalações do Judo Clube de Ponta Delgada, ambas até 15 de novembro de 2024, dos Projetos de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XIII - Programa de apoio aos estudantes do ensino superior e ensino superior técnico profissional dos Açores e 15/XIII - Cria a Rede Pública de Creches da Região Autónoma dos Açores e da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XIII - Regime Jurídico de Apoios ao Sistema de Ação Social na Região Autónoma dos Açores, todos até 29 de novembro de 2024

Proveniência: Sandra Costa Dias, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 09 – 18;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia

Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 19 de setembro de 2024, a Comissão de Economia deliberou admitir a Petição n.º 8/XIII – Alteração da Legislação Regional sobre Inspeções Periódicas a Motociclos na RAA, Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 40/2006/A, de 31 de outubro

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 09 – 19;

Assunto: Ofício SAI-SRAPC/2024/192 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Relatório do Estado do Ambiente dos Açores, de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010/A, de 25 de maio, na sua atual redação

Proveniência: João Manuel Dias Alferes das Pedras, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2024 – 09 – 20;

Assunto: Of. 102/2024 enviado por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, remetendo cópia de um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino, ao qual a Câmara Municipal também se associou, aprovado pela Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua sessão de 11 de setembro de 2024

Proveniência: Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha, Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 23;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a informar Sua

Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que foi nomeada Assessora do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a licenciada Ana Isa dos Santos Cabral, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2024

Proveniência: Andreia Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 23;

Assunto: Ofício ref.^a S/2263/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 6/2024 – FS/SRATC – Subvenções a privados no âmbito do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, aprovado em sessão de 19 de setembro de 2024

Proveniência: João José Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024 – 09 – 23;

Assunto: Ofício SAI-SRAPC/2024/201 remetendo a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o II Relatório “Campanhas para a Promoção do Bem-Estar Animal” em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2023/A, de 14 de abril

Proveniência: Sandra C. C. Alemão, Adjunta do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2024 – 09 – 24;

Assunto: AT/1506/2024 a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, nos termos do Regimento da ALRAA, o Sr. Deputado José Ávila passa a substituir a Sra. Deputada Andreia Cardoso na Comissão Especializada Permanente de Política

Geral, com efeitos a partir de 25 de setembro de 2024, mês e ano inclusive

Proveniência: Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 25;

Assunto: AT/1507/2024 a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, nos termos do Regimento da ALRAA, a Sra. Deputada Inês Sá passa a substituir o Sr. Deputado Russell Sousa na Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais, com efeitos a partir de 25 de setembro de 2024, mês e ano inclusive

Proveniência: Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 25;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que exonerou Frederico de Melo Alves Soares, do cargo de Chefe do Gabinete do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com efeitos a partir de 30 de setembro de 2024

Proveniência: Andreia Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 25;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que nomeou Frederico de Melo Alves Soares, para o cargo de Assessor do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2024

Proveniência: Andreia Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 25;

Assunto: AT/1508/2024 a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, nos termos do Regimento da ALRAA, o Sr. Deputado Russell Sousa passa a substituir o Sr. Deputado José Ávila na Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com efeitos a partir de 25 de setembro de 2024, mês e ano inclusive

Proveniência: Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 25;

Assunto: AT/1509/2024 a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, nos termos do Regimento da ALRAA, o Sr. Deputado Flávio Pacheco passa a substituir o Sr. Deputado André Rodrigues, que por motivos da sua eleição ao Parlamento Europeu deixou o lugar vago na Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com efeitos a partir de 25 de setembro de 2024, mês e ano inclusive

Proveniência: Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 25;

Assunto: Of. S/120/2024/XIII remetido por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da eleição do atual Presidente da Comissão de Política Geral para o cargo de Vice-Presidente da Direção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos regimentais aplicáveis, apresenta a candidatura do Deputado José Manuel Ávila a Presidente da Comissão de Política Geral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, bem como a remeter a declaração de aceitação de candidatura

Proveniência: Andreia Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 25;

Assunto: Of. S/121/2024/XIII remetido por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a apresentar a candidatura da Deputada Inês Soares de Oliveira e Sá a Relatora da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, bem como a remeter a declaração de aceitação de candidatura

Proveniência: Andreia Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 25;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que nomeou Rui Pedro Borges Soares, Assistente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para desempenho de funções na sua área de especialidade, no âmbito do registo fotográfico e audiovisual, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2024

Proveniência: Andreia Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 25;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, das Petições n.ºs 63/XII – Assistente operacional, assistente técnico e técnico superior da Administração Pública Regional dos Açores, até 4 de novembro de 2024, 3/XIII - Alteração legislativa com vista a permitir a contabilização das avaliações de desempenho obtidas ao abrigo de contratos a termo resolutivo para efeitos de valorização remuneratória e 7/XIII - Processo extraordinário de integração de assistentes operacionais e bolseiros ocupacionais nas escolas, ambas até 16 de outubro de 2024

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão Especializada

Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 09 – 27;

Assunto: Ofício ref.^a S/2405/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 7/2024 – FS/SRATC – Administração Regional Direta – Compromissos por pagar a 31-12-2023, aprovado em sessão de 26 de setembro de 2024

Proveniência: João José Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024 – 09 – 27;

Assunto: Of. n.º 218/2024 enviado por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, remetendo cópia de um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Alvarino Pinheiro, aprovado por unanimidade e por proposta dos Grupos Municipais do PS, do PSD, do CDS-PP e do Grupo de Cidadãos Eleitores, GCE, em sessão ordinária da Assembleia Municipal da Praia da Vitória, realizada a 27 de dezembro de 2022

Proveniência: Paulo Manuel Martins Luís, Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Data de Entrada: 2024 – 09 – 30;

Assunto: Ofício ref.^a 57876481 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para que o Sr. Deputado Berto José Branco de Messias, possa ser ouvido em audição na qualidade de testemunha, no âmbito do Inquérito 309/24.8T9PDL, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores – Juízo de instrução de Ponta Delgada

Proveniência: Dr. Francisco de Siqueira, Juiz de instrução

Data de Entrada: 2024 – 09 – 30;

Assunto: Ofício SAI-SRAPC/2024/206 remetendo a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores as Demonstrações Financeiras do 2.º trimestre de 2024 das empresas que integram o Setor Público Empresarial Regional (SPER), em cumprimento do estipulado na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2011/A, de 28 de outubro

Proveniência: Sandra C. C. Alemão, Adjunta do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2024 – 09 – 30;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando a prorrogação da substituição temporária por motivo relevante, nos termos previstos no n.º 1 do art.º 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, até ao dia 30 de outubro (inclusive)

Proveniência: João Fernando Castro, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 10 – 01;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/XIII (GOV) – Visa adaptar o Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro e o Decreto-Lei n.º 102/2021, de 19 de novembro à Região Autónoma dos Açores, até 30 de setembro de 2024, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XIII (PAN) - Serviço de Atendimento Veterinário Itinerante, até 4 de novembro de 2024 e da Anteproposta de Lei n.º 4/XIII (CH) - Décima alteração ao Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, até 11 de novembro de 2024

Proveniência: Flávio Soares, Presidente da Comissão Especializada Permanente

de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 10 – 01;

Assunto: Ofício informando Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 2 de outubro de 2024, se procedeu à eleição do Presidente da Mesa da Comissão Especializada Permanente de Política Geral, tendo sido eleito o Sr. Deputado José Ávila (PS), tendo ficado a Mesa assim constituída: Presidente - Deputado José Ávila (PS); Relatora – Deputada Isabel Teixeira (PS) e Secretário – Deputado Paulo Gomes (PSD)

Proveniência: José Manuel Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 10 – 02;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que nomeou Viviana Raulino Moniz para o exercício de funções de Auxiliar de Secretária a tempo parcial, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2024

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 10 – 02;

Assunto: Ofício ref.^a 57894480 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para que a Sra. Deputada Ana Maria dos Santos Silva e Jorge, possa ser ouvida em audição na qualidade de testemunha, no âmbito do Inquérito 128/23.9T9SRQ, que corre termos no Juízo de Competência Genérica de São Roque do Pico

Proveniência: Dra. Tayoane Vieira de Lima, Meritíssima Juiz de Direito

Data de Entrada: 2024 – 10 – 04;

Assunto: Ofício 51/024/RL a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o agendamento, para a sessão legislativa de outubro de 2024 de uma interpelação ao Governo Regional subordinada ao tema “Solidariedade nacional na reparação dos estragos do Furacão Lorenzo”

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 10 – 07;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que foi proposta para Presidente do Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, a Dra. Maria Paula Raposo Fonseca Macedo Paz Ferreira, e a solicitar as diligências necessárias para o início do processo de audição para a indigitação

Proveniência: José Manuel Bolieiro, Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2024 – 10 – 07;

Assunto: Ofício S/123/2024/XIII a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o agendamento, para a sessão legislativa de outubro de 2024 de um debate de urgência sobre a Reestruturação e Modernização do Setor das Pescas

Proveniência: Andreia Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 10 – 08;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para apreciação e emissão de parecer dos Projetos de Decreto Legislativo Regional n.ºs 17/XIII (PS) - Segunda

alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2016, de 29 de setembro - regime jurídico de licenciamento, organização e fiscalização do exercício da atividade de ama na Região Autónoma dos Açores e 18/XIII (BE) - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 29/2006/A, de 8 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Apoios a Atividades Culturais e do Projeto de Resolução n.º 16/XIII (PAN) - Estratégia Regional de Prevenção e Combate ao Suicídio, todos até 31 de dezembro de 2024

Proveniência: Sandra Costa Dias, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 10 – 09;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 17/XIII (PSD/CDS-PP/PPM) – Em defesa da mobilidade dos açorianos

Proveniência: Rui Lucas, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 10 – 09;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 10 de outubro de 2024, a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou admitir a Petição n.º 9/XIII – Criação de condições para Salvar a Praia do Monte Verde e a Levada da Condessa na Ribeira Grande

Proveniência: Flávio Soares, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 10 – 11;

Assunto: Ofício ref.^a P5185/2024 (SGD) a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a Ata n.º 25 da reunião do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras, em cumprimento do estabelecido no n.º 8 do artigo 15.º da Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro

Proveniência: Natacha Cunha, Secretariado do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras (CAPF)

Data de Entrada: 2024 – 10 – 14.

12- Relatórios:

Assunto: Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que a Deputada Ana Maria dos Santos Silva e Jorge, possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo de instrução n.º 128/23.9T9SRP

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 10 – 11;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20383.pdf

Assunto: Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Berto José Branco Messias, possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo de Inquérito (Atos Jurisdicionais) n.º 309/24.8T9PDL

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 10 – 11.

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20384.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 10 – 14;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20412.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 203/XVI/1.ª (PCP) - Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas regiões autónomas - Audição n.º 13/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 09 – 26;

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIIP1954-AR.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XIII (PAN) – Estatuto dos Bombeiros Profissionais da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 10 – 03;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjDLR006.pdf>

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XIII (GOV) – Regime jurídico da carreira especial dos trabalhadores dos matadouros da Rede Regional de Abate da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 10 – 03;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPpDLR001.pdf>

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XIII (GOV) – Adapta o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental à Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 10 – 03;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPpDLR006.pdf>

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 20/XVI/1.^a - Procede à segunda alteração à Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública - Audição n.º 14/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 10 – 04.

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIIP1956-AR.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 10 – 14;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20416.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 8/XIII (BE) – Promoção do uso saudável de tecnologias nas escolas

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 09 – 24;

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjR008_4.pdf

Assunto: Do requerimento de audição do Senhor Eng.º João Mota Vieira

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 10 – 11;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20399.pdf

Assunto: Sobre a Petição n.º 4/XIII – Pelo regresso à utilização dos manuais em papel e utilização dos tablets e computadores como recurso de apoio

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 10 – 11;

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpare1072.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 15/XIII (CH) – Recomenda ao Governo Regional dos Açores a adoção de medidas eficazes no combate à fraude no âmbito da atribuição do rendimento social de inserção, do subsídio de desemprego e do subsídio de doença

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 10 – 11.

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjR015.pdf>

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 10 – 14;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20417.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XIII (GOV) – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2022/A, de 22 de março, pelo qual foi criado o Instituto do Vinho e da Vinha dos Açores, IPRA, abreviadamente designado por IVV Açores, IPRA

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 09 – 19;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPpDLR005.pdf>

Assunto: Sobre a Petição n.º 5/XIII – Regulamento de Tarifas da Marina de Angra do Heroísmo

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 09 – 24;

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpare1119.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XIII (GOV) – Aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período compreendido entre 2025 e 2028

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 10 – 08.

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPpDLR010.pdf>

13- Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 17, 21, 23 e 24/XIII.

O redator, *André Silva*